



Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ATA DA 77ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – BRASÍLIA – 03 e 04 DE DEZEMBRO DE 2014.

1 Nos dias três e quatro do mês de dezembro de 2014, na sala de reuniões do Instituto do
2 Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, em Brasília, Distrito Federal,
3 reuniu-se para a 77ª Reunião, o CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO
4 CULTURAL, sob a presidência da senhora JUREMA MACHADO, Presidenta do
5 IPHAN, para deliberação da seguinte Ordem-do-Dia: **1ª Parte: dia 3 de dezembro de**
6 **2014, das 9 às 18 horas. Pela manhã: 1. INFORMES. 1.1.** Informes da Presidência.
7 **1.2.** Aprovação da Ata da 76ª Reunião do Conselho Consultivo. **1.3.** Informes DPI –
8 Informes sobre a postulação de envio de Dossiê para a UNESCO sobre Boas Práticas e
9 informe sobre seminário da diversidade linguística e apresentação do MaPI – Mapas do
10 Patrimônio Imaterial. **2. PROPOSTAS DE REGISTRO. 2.1.** Bem cultural de natureza
11 imaterial denominado Maracatu Rural, no Estado de Pernambuco, como Patrimônio
12 Cultural do Brasil, Processo 01450.010231/2008-52, para inscrição no Livro de
13 Registro das Formas de Expressão, Relatora: Conselheira Maria Cecília Londres
14 Fonseca. **2.2.** Bem cultural de natureza imaterial, denominado Maracatu Nação, no
15 Estado de Pernambuco, como Patrimônio Cultural do Brasil, Processo
16 01450.01023/2008-04, para inscrição no Livro de Registro das Formas de Expressão,
17 Relator Conselheiro Luiz Phelipe de Castro Andrès. **À tarde: 2.3.** Bem cultural de
18 natureza imaterial denominado Cavalo-marinho, em Pernambuco, como Patrimônio
19 Cultural do Brasil, Processo 01450.010230/2008-15, para inscrição no Livro de
20 Registro das Formas de Expressão, Relator Conselheiro Arno Wehling. **2.4.** Bem
21 cultural de natureza imaterial denominado Tava Miri dos Mbyá Guarani, Sítio São
22 Miguel das Missões, Rio Grande do Sul, Processo 01450.016457/2007-85, para
23 inscrição no Livro de Registro dos Lugares. **3. AUTORIZAÇÃO PARA**
24 **EXPORTAÇÃO TEMPORÁRIA DE OBRAS DE ARTE PROTEGIDAS. 3.1.**
25 Autorização do Conselho para exportação temporária da obra “Virgem com Menino

26 Jesus e São João Batista Criança e um Anjo”, do artista italiano Piero di Cosimo (1462-
27 1522), feito pelo Museu de Arte de São Paulo/MASP, proprietário da obra, Processo
28 01450.010459/2014-90, Relatora Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira.
29 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: ACIR PIMENTA MADEIRA FILHO,
30 representante do Ministério do Turismo; ÂNGELO OSWALDO DE ARAUJO
31 SANTOS, representante do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM; CARLA MARIA
32 CASARA, representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
33 Naturais Renováveis – IBAMA; CARLOS EDUARDO DIAS COMAS, representante
34 do Ministério de Educação; CLÉO ALVES PINTO DE OLIVEIRA, representante do
35 Ministério das Cidades; CRISTIANA NUNES GALVÃO BARRETO, representante da
36 Sociedade de Arqueologia Brasileira – SAB; NIVALDO VIEIRA DE ANDRADE
37 JUNIOR , representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB; ROQUE DE
38 BARROS LARAIA, representante da Associação Brasileira de Antropologia – ABA.
39 ÂNGELA GUTIERREZ; ARNO WEHLING; LUCIA HUSSAK VAN VELTHEM;
40 LUIZ PHELIPE DE CASTRO ANDRÉS; LUIZ VIANA QUEIROZ; MARCOS
41 CASTRIOTO DE AZAMBUJA; MARIA CECÍLIA LONDRES FONSECA; MYRIAM
42 ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA; ULPIANO TOLEDO BEZERRA DE
43 MENESES, representantes da sociedade civil. Justificaram ausência, os conselheiros:
44 CARLOS EDUARDO DIAS COMAS, EUGÊNIO ÁVILA LINS E MARIA DA
45 CONCEIÇÃO ALVES DE GUIMARAENS, representantes, respectivamente, do
46 Ministério da Educação, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios-ICOMOS-
47 Brasil, e do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB. BRENO BELLO DE ALMEIDA
48 NEVES; ITALO CAMPOFIORITO, NESTOR GOULART REIS E SYNÉZIO
49 SCOFANO FERNANDES, representantes da sociedade civil **Abertura dia 3 de**
50 **dezembro de 2014.** A Presidenta JUREMA MACHADO agradeceu a presença de todos
51 e abriu a 77ª sessão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, com as seguintes
52 palavras: “Bom dia a todos. Muito obrigada aos Conselheiros, aos representantes dos
53 estados, representantes das manifestações e dos bens culturais dos quais vamos tratar
54 hoje, presentes nessa reunião. Espero poder nominar daqui a pouco cada um deles, no
55 momento das análises dos respectivos bens. Esta é uma reunião muito importante por
56 concentrar alguns temas que há tempos demandavam conclusão por parte do IPHAN e
57 análise pelo Conselho, porque são temas relevantes, temas estratégicos, processos que já
58 estavam há muito tempo a demandar uma decisão final. Agradeço muito pelo empenho

59 tanto dos dois dias de reunião, quanto das Relatorias, assim como pelo esforço em
60 preparar o Parecer em um prazo curto. Mas, tenho certeza de que com a experiência e a
61 qualidade do trabalho vamos ter os resultados a que nos propomos. Começo pelo
62 tradicional ponto dos informes e, infelizmente, temos a ausência aqui dos conselheiros
63 Ítalo Campofiorito, Nestor Goulart e Carlos Eduardo Comas, membros da Câmara
64 Setorial de Arquitetura e Urbanismo. Eles estiveram na reunião, sobre o tema Marina da
65 Glória, que me parece, agora, chegou-se a uma solução muito boa e que foi tratada da
66 seguinte maneira. Não sei se os senhores se lembram de um dos últimos debates que
67 tivemos no Conselho, quando decidimos que a Câmara Setorial produziria parâmetros
68 para oferecer aos projetistas para que fosse revisto o projeto da Marina. Isso foi feito. A
69 Prefeitura do Rio de Janeiro vem conduzindo o processo, com a empresa de nome BR
70 Marinas sucessora da empresa do Eike Batista, a OGX. Essa é uma empresa
71 especializada em marinas e foi quem apresentou o projeto à Prefeitura do Rio de
72 Janeiro. Esse projeto se pautou nas diretrizes que a nossa Câmara Técnica produziu
73 ainda em 2013. O projeto foi desenvolvido, e apresentado pela Prefeitura ao seu
74 Conselho Municipal de Patrimônio, do qual o conselheiro Ítalo faz parte. Naquele
75 momento nós já recebemos no IPHAN uma sinalização muito positiva do Ítalo de que o
76 projeto tinha mudado substancialmente, que estava com muita qualidade, tinha uma
77 solução muito razoável e muito focada no uso de marina. Na sequência da aprovação
78 pelo Conselho Municipal, a Prefeitura deu entrada na Superintendência do Rio de
79 Janeiro e nós iniciamos a análise, pelo Rio de Janeiro, depois fizemos uma reunião
80 também no Rio com a mesma Câmara Setorial, na qual estiveram os colegas hoje
81 ausentes e o DEPAM. Fizemos uma análise conjunta, passando pelas três instâncias,
82 consolidada em deliberação final do DEPAM. Ao final, em linhas gerais, o projeto
83 preserva aquele antigo edifício do arquiteto Amaro Machado, uma solução muito
84 interessante, em ponte, pelo fato de que permite uma boa circulação e tem uma
85 implantação muito linear. Adota também uma solução bastante interessante ao deslocar
86 os piers da orla, de forma a criar piers flutuantes, um pouco deslocados do terreno
87 propriamente dito, de forma que o pedestre pode circular por todo o terreno, porque os
88 piers estão flutuantes e deslocados a, mais ou menos, 10 metros da linha d'água. Soma-
89 se a todo o projeto, um projeto paisagístico desenvolvido pelo Escritório Roberto Burle
90 Marx, que, em parte, será implantado pela empresa executora da Marina e em parte pela
91 Prefeitura do Rio de Janeiro, porque a área do projeto é mais extensa do que a área da

92 concessão e também porque e tem-se um cronograma que prevê parte da implantação
93 das obras anteriores aos Jogos Olímpicos, ou seja, para atender aos Jogos Olímpicos, e
94 parte posteriormente. Basicamente o paisagismo será posterior e vai ser implantado pelo
95 município, conforme compromisso do Prefeito Eduardo Paes. Acho que se chegou a
96 uma solução bastante desejável, bastante favorável, tanto para permitir o uso dos Jogos,
97 que é a grande expectativa, quanto ao uso efetivo de Marina. O segundo ponto dos
98 informes é também de boas notícias. O IPHAN fez juntamente com o Ministério da
99 Cultura e os demais Ministérios envolvidos na Comissão criada pelo Decreto nº 7.387,
100 de 09 de janeiro de 2010, que institui o Inventário Nacional de Diversidade Linguística,
101 o reconhecimento das três primeiras línguas contempladas por esse Inventário, que são
102 o Mbyá-Guarani; o Talian, falado no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina; e o
103 Assurini, do Tocantins. O reconhecimento foi divulgado no contexto de um seminário
104 sobre diversidade linguística no MERCOSUL, com uma receptividade muito grande
105 tanto dos linguistas, quanto de todos falantes das línguas várias lá presentes. Está
106 demonstrado, que essa é uma política que veio para ficar. O IPHAN desenvolveu desde
107 a metodologia até formas de contratação desses inventários que vão identificar e fazer a
108 primeira documentação das línguas. A documentação linguística já vem sendo feita com
109 eficiência por várias instituições e uma das ideias do Inventário é justamente aproveitar
110 conhecimentos acumulados, como é o caso do Museu do Índio, do Museu Goeldi, de
111 universidades. Alguns inventários vão ser muito eficazes por abordar a documentação
112 linguística de mais de uma língua simultaneamente. Todo esse procedimento resulta em
113 se perseguir um método visando responder a um conjunto de compromissos feitos em
114 reunião promovida pelo Legislativo, ainda em 2010, e que resultou no Decreto
115 mencionado. O tema se consolidou tanto na equipe do DPI, onde temos um especialista
116 para conduzi-lo, assim como no meio acadêmico e, também, na Comissão que está
117 criada. A outra boa notícia no campo do patrimônio imaterial foi o reconhecimento da
118 Roda de Capoeira como patrimônio imaterial, de acordo com a Convenção de 2003 da
119 UNESCO. O dossiê chegou para decisão do Comitê Intergovernamental com avaliação
120 muito positiva, ou seja, praticamente não houve debate. A repercussão foi enorme,
121 inclusive internacional. Nós levamos do Brasil um grupo representativo de mestres
122 capoeiristas, selecionados com a ajuda da Fundação Palmares, e lá eles se encontraram
123 também com grupos locais. Existem grupos de capoeiristas bem estabelecidos na
124 França, envolvendo pessoas de várias nacionalidades e, para nossa surpresa, além de



125 participar da plenária da UNESCO, os mestres agendaram um conjunto de
126 apresentações, debates e aulas em Paris. Uma agenda de sete, oito dias, envolvendo
127 várias regiões da cidade, inclusive sendo convidados por grupos de palestinos, por
128 grupos, enfim, de imigrantes com uma grande identificação com a manifestação, o que
129 foi muito interessante”. Em seguida a Presidenta passou a palavra para a Diretora do
130 Departamento do Patrimônio Imaterial, Célia Corsino, para informar ao Conselho sobre
131 a titulação da Roda de Capoeira como Patrimônio Cultural da Humanidade, que assim
132 se pronunciou: “Nós quisemos mostrar na UNESCO o espírito da capoeira, mais do que
133 a história da capoeira no Brasil, e, na verdade, o que foi titulado como Patrimônio
134 Cultural da Humanidade não é a capoeira, é a Roda de Capoeira, porque aqui nós temos
135 dois registros: o registro dos mestres de capoeira e o registro da roda de capoeira. A
136 partir do ano que vem, temos a intenção de fazer uma ação forte na questão da roda. Já
137 tivemos um primeiro prêmio, o Viva Meu Mestre, não que seja insuficiente, mas
138 pretendemos ter essas duas linhas: a questão dos mestres e a questão da roda”. Dando
139 continuidade à sua exposição, Célia Corsino abordou a questão da Política Nacional de
140 Diversidade Linguística, a qual o IPHAN é o coordenador dessa política. para o
141 Ministério da Cultura, os Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, da Justiça,
142 esqueci um, e MPOG e IBGE participam dessa política. Disse, esperar começar as ações
143 de apoio, fomento e salvaguarda das línguas dentro de uma ação coordenada com outros
144 Ministérios. Em seguida, Célia Corsino informou que, em 2015, não haverá indicação
145 de candidaturas do Brasil à lista da Unesco de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, nos
146 termos da Convenção 2003, mas que, no entanto foi procurada pela ArteSol, uma ONG
147 brasileira, de São Paulo, que trabalhou muito com a questão do artesanato solidário e
148 que é credenciada na UNESCO, e nos apresentou um dossiê com a intenção de
149 apresentar o projeto decorrente do trabalho que eles fizeram junto a questão do
150 artesanato, para o próximo ano, mas que esse dossiê não será apreciado, pois chegou
151 muito atrasado e, como determina a Resolução 01, ele precisa passar pela Câmara
152 Setorial do Patrimônio Imaterial, mas há a intenção de na primeira reunião do ano ainda
153 apreciar esse dossiê para ser encaminhado. A Presidenta Jurema Machado, em seguida,
154 esclareceu que a Convenção de 2003 prevê essa lista representativa do Patrimônio
155 Imaterial da Humanidade, na qual se inscreveu a capoeira, e nela já havia sido tínhamos
156 inscrito o frevo, o Círio de Nazaré, a Arte Kusiwa e o samba de roda do Recôncavo
157 Baiano, e ela também prevê outras duas listas de boas práticas, e o ArteSol entraria na



158 lista boas práticas. Destacou que é um patrimônio em risco que requer salvaguarda
159 urgente por não ser um bem registrado. De posse, novamente da palavra, Célia Corsino
160 passou a falar do MAPI, Mapeamento do Patrimônio Imaterial, apresentando-o como
161 um sistema informatizado com base cartográfica vinculado ao Sistema Integral de
162 Conhecimento de Gestão desenvolvido no DEPAM. Acrescentou que o MAPI é um
163 cadastro simplificado, um mapeamento da identificação e documentação dos bens
164 imateriais no território nacional. Ele indica todas as ações e todas as instituições que
165 estão relacionadas às ações e aos bens. Estará disponível ainda a partir de dezembro,
166 faltando apenas a homologação do rol das ações que são feitas de identificação, de
167 reconhecimento e de apoio e fomento à questão da Política de Salvaguarda do
168 Patrimônio Cultural Imaterial. Finalizado o ponto dos informes, passou-se à **aprovação**
169 **da Ata da 76ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural**. A
170 Presidenta Jurema Machado consultou os Conselheiros se havia alguma recomendação
171 para alteração no texto da Ata e como não houve qualquer objeção ao texto,
172 **considerou-a aprovada**. A seguir deu encaminhamento ao segundo ponto da pauta, as
173 propostas de registros. Entretanto, antes do parecer do primeiro relator, fez a seguinte
174 ponderação: “eu queria fazer um comentário de ordem geral. Como nós estamos com
175 uma reunião muito concentrada, com um volume grande de pareceres e análises dos
176 cada vez se aprimorando mais e inclusive fazendo um papel importante de consolidar
177 uma leitura de todo o processo, eu queria pedir, a partir de observações, na maior parte
178 dos casos os pareceres consolidam as informações contidas no processo para depois
179 passar ao parecer propriamente dito. Assim, naquilo que for a consolidação das
180 informações contidas no processo pondero que a leitura não seja feita, ou feita da forma
181 mais sintética possível, para se passar exatamente ao objeto, ou seja, fazer alguma
182 observação sobre o processo apenas nos casos em que caiba, por exemplo, se houver
183 alguma lacuna ou alguma dúvida, senão seria interessante passar imediatamente a
184 análise do bem para que se consiga cumprir e até ter mais tempo para os debates”.
185 Baseada nessas premissas passou a palavra ao Relator do Processo de Registro do
186 Maracatu Nação, Luiz Phelipe de Castro Andrés, solicitando que ele começasse fazendo
187 a leitura sintética da Parecer. O Conselheiro fez uma preliminar: “Eu queria apenas
188 cumprimentar a Presidenta por essa iniciativa, porque vários Conselheiros já tinham
189 observado que a leitura dos pareceres era extremamente demorada, alongada e isso
190 compromete muito o êxito da reunião. Acho que apresentar uma síntese é a melhor

191 solução para o bom desempenho dos trabalhos. Eu estou absolutamente de acordo com
192 a proposta, que é muito sensata. Só me pergunto o seguinte, na Ata será que não era
193 possível aparecer integralmente o Parecer, porque a Ata deve se transformar na
194 principal referência, justamente para entender o pensamento, as variações dos
195 conflitos”. A Presidenta esclareceu que ao final das reuniões as resoluções aprovadas
196 iam para uma ata sintética chamada de Extrato das Decisões assinada por ela e pelo
197 Secretário do Conselho, e que estava funcionando muito bem. Enfatizou que o
198 documento abreviou o prazo entre a deliberação do Conselho e a homologação dos
199 tombamentos pelo Ministro da Cultura, pois a transcrição da gravação das sessões do
200 Conselho levava muito tempo implicando em um lapso de tempo muito grande entre as
201 reuniões e a aprovação da Ata completa e envio do processo para o Ministério, e com
202 essas Atas Sínteses as homologações estavam saindo com o menor prazo possível. Tudo
203 isso, sem prejuízo da Ata completa, o registro mais importante para o IPHAN, pois ela
204 contém a totalidade dos pareceres, material importante para pesquisadores e público em
205 geral, finalizou. Vinculado ao tema e antes de passar a palavra para o Conselheiro Luiz
206 Phelipe de Castro Andrés, a Presidenta aproveitou para registrar a presença de várias
207 autoridades do estado de Pernambuco e de representantes das manifestações, além de
208 acentuar o papel que teve o Governador Eduardo Campos no apoio à produção dos
209 dossiês. Esclareceu, ainda, que foi pessoalmente a Pernambuco para receber das mãos
210 do Governador, com grande festa e com a presença de todos os detentores, os três
211 dossiês que foram produzidos com o apoio do Governo do Estado que não mediu
212 esforços para tocar o projeto, com a contratação de consultores e liberação dos recursos
213 necessários para que o Conselho tivesse em mãos, na reunião, o material produzido. Ao
214 mesmo tempo, destacou a importância de se ter uma Política de Patrimônio Imaterial
215 que seja compartilhada com estados e municípios, e o corolário disso foi o trabalho do
216 governo de Pernambuco Por fim, listou o nome dos convidados: Frederico Almeida,
217 Superintendente do IPHAN no Estado de Pernambuco; Jorge Patrick, do Governo do
218 Estado; Romero de Oliveira, Técnico do IPHAN; Fábio de Sousa e José Grimário, da
219 FUNDARPE; Marcelo Canuto, Secretário de Cultura de Pernambuco; Severino Pessoa,
220 Presidente da FUNDARPE e Manoel Salustiano. Antes de começar ler o Parecer, Luiz
221 Phelipe de Castro Andrés em atendimento à solicitação da Presidenta, teceu o seguinte
222 comentário: “Bom, primeiro eu queria até fazer uma ressalva, porque o seu aviso, a sua
223 sugestão e recomendação de fazer pareceres chegou um pouco tarde no meu caso. Eu



224 queria justificar o seguinte, é claro que eu já refletir sobre isso, é que nós fazemos aqui
225 uma votação, essa votação implica em um juízo de valor e o Conselheiro Relator é o
226 único que tem acesso e tempo para examinar vastos dossiês, que são resultados de
227 milhares de horas de trabalhos de equipes que se dedicam, às vezes por anos, até que
228 chegue esse momento. Então, acho que eu me sinto sempre na obrigação de passar para
229 os demais Conselheiros aquilo que eles não tiveram tempo de conhecer, mesmo porque
230 o parecer final não só é o coroamento de todo esse longo e, às vezes, muito longo
231 processo, mas ele é a peça que fica e que depois pode ser questionada. Embora nós não
232 sejamos de formação de direito, mas acabamos produzindo peças que têm um valor
233 jurídico, e as comunidades depois levam o parecer como coroação de todo este
234 processo. De modo que eu sempre procuro fazer sempre pareceres circunstanciados com
235 a consciência da grande responsabilidade que cabe ao Conselheiro Relator de traduzir
236 aquilo que está no processo e que os outros não têm tempo de ver. Então nesse caso,
237 como sempre, fiz um parecer circunstanciado. Tenham paciência. Em geral, faço
238 pareceres de treze páginas, que leva a uma leitura de trinta minutos”. A fim de dirimir
239 dúvidas sobre sua manifestação e em alusão ao comentário do relator, Jurema Machado
240 esclareceu: “o Conselheiro tem a autonomia para produzir. De forma alguma nessa
241 minha fala, quis interferir na forma de trabalho, no conteúdo e, no seu caso
242 especialmente, eu só tenho a agradecer pela riqueza do trabalho que é feito. O que eu
243 disse foi no sentido que essa parte da análise do dossiê pudesse ser simplificada na
244 leitura e não no conteúdo. As pessoas produzam da forma como acharem melhor, mas
245 que a leitura fosse reduzida, uma vez que nós teremos o material completo. De qualquer
246 forma, de fato, nós já vínhamos fazendo esses comentários, mas eu solicitei isso muito
247 em cima da hora. Fique a vontade para utilizar a forma que você entender melhor”. Com
248 a palavra o relator, Luiz Phelipe Andrès, iniciou a leitura do Parecer, aqui reproduzido.
249 **“Processo nº 01450.010232/2008-04. Pedido de Registro do Maracatu Nação a ser**
250 **inscrito no Livro das Formas de Expressão como Patrimônio Cultural Brasileiro.**
251 Ilma. Sra. Presidente do IPHAN, Ilmos Srs Conselheiros. Foi com satisfação que recebi
252 da Sra. Presidente do IPHAN, Dra. Jurema de Sousa Machado, a tarefa de examinar e
253 opinar sobre o processo de registro do Maracatu Nação do estado do Pernambuco, como
254 patrimônio cultural do Brasil. Sinto-me honrado pela missão que me coube, na
255 qualidade de conselheiro integrante da Câmara do Patrimônio Imaterial, de ser o relator
256 do parecer final e submetê-lo à apreciação deste Egrégio Conselho. Para tanto, devo

257 cumprir o ritual de transmitir aos demais conselheiros, uma síntese do vasto dossiê que
258 me veio às mãos. Na verdade um privilégio de conhecer de perto, este valioso acervo de
259 informações. Cumpre-me desde já ressaltar a excelente qualidade do material reunido e
260 também registrar que minha tarefa foi muito favorecida, uma vez que este parecer se
261 baseia no minucioso parecer técnico que preparou a antropóloga Ellen Kron, da equipe
262 da Coordenação de Registro. Devo lembrar que o Departamento de Patrimônio
263 Imaterial, a cuja equipe a citada antropóloga pertence, foi criado em 07 de Abril de
264 2004, e vem adotando procedimentos exemplares na metodologia de registro e
265 salvaguarda dos bens sob sua alçada. Não só no que se refere à metodologia consolidada
266 para a realização dos estudos e pesquisas aplicados na composição dos dossiês, como
267 também, no ato contínuo de preparar o material de divulgação e difusão de seus
268 conteúdos, colocando-os didaticamente ao alcance da sociedade e dos meios
269 acadêmicos, como forma de socialização das informações reunidas. Assim é que, ao
270 examinar os autos deste processo, pude constatar que o mesmo está muito bem instruído
271 e atende às normas exaradas pelo IPHAN e a partir de agora procurarei destacar os
272 aspectos mais relevantes: em 17/04/2008, a proposta inicial solicitava o registro de um
273 conjunto de quatro folguedos pernambucanos – O Maracatu Nação, o Maracatu Rural, o
274 Cavalo Marinho e o Caboclinho – tendo sido a mesma apreciada pela Câmara do
275 Patrimônio Imaterial em suas 10ª e 11ª Reuniões, que deliberou pela pertinência do
276 pleito, mas com a ressalva de que fossem realizadas pesquisas separadamente. Em
277 07/07/2008, o presente processo se originava com a solicitação enviada pelo então
278 governador de Pernambuco Sr. Eduardo Henrique Accioly Campos. Acompanha-o, o
279 Memo. nº. 0567/2008, da Superintendência do IPHAN em Pernambuco, com a
280 documentação sobre o bem e a avaliação técnica preliminar realizada pelo seu Núcleo
281 do Patrimônio Imaterial. Posteriormente o pedido foi ratificado pelo Secretário de
282 Estado da Cultura de Pernambuco. No período de novembro de 2011 a dezembro de
283 2012, o INRC do Maracatu Nação foi realizado pelas equipes técnicas da Fundação do
284 Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE e o Centro Técnico de
285 Assessoria e Planejamento Comunitário – CETAP. Todo o trabalho teve também a
286 participação da Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco – AMANPE, todos
287 em estreita colaboração com a Superintendência Regional e sob a orientação do
288 Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN. Para tanto a FUNDARPE reuniu
289 uma equipe multidisciplinar com grande experiência em pesquisas sobre o tema



290 específico do maracatu nação, alguns com vários livros publicados sobre o assunto,
291 além de serem autores de dissertações de mestrado e teses de doutoramento, também
292 sobre este tema, sendo que, parte dos integrantes com participação direta nos grupos de
293 maracatu, seja no cortejo (como dançarinos ou costureiros) ou no batuque. Dois deles
294 integravam a diretoria da própria AMANPE. Esta estratégia favoreceu a aproximação
295 com os “maracatuzeiros”, como se autodenominam seus protagonistas. O que se pode
296 observar, é que esta equipe de pesquisadores, especialistas e funcionários das
297 instituições de cultura envolvidas, se colocou em campo com método e dedicação. Entre
298 os que integraram a somam-se nada menos do que 56 profissionais, o que torna
299 impossível mencioná-los sem incorrer no risco de cometer omissões. No curto período
300 de 13 meses, esses profissionais foram responsáveis pela coleta de centenas de
301 depoimentos cuidadosamente registrados nos modelos de ficha do INRC, e foram ao
302 encontro da história dessa cultura. Aquela história que brota da infinidade de vozes, dos
303 testemunhos apaixonados dos protagonistas e seus pares, assim como de adeptos e
304 simpatizantes, mestres, compositores, brincantes, batuqueiros, dançarinos, músicos
305 percussionistas, intérpretes, e coreógrafos. E também do que está nos livros,
306 dissertações e teses acadêmicas e demais artigos e textos já publicados sobre o assunto.
307 A pesquisa definiu, na Região Metropolitana do Recife, os municípios de Recife,
308 Olinda, Igarassu e Jaboatão dos Guararapes como áreas de abrangência da investigação
309 mais aprofundada. Para esta delimitação seguiu-se o critério da localização das sedes
310 dos grupos. O relatório do INRC constata que fora dessas localidades não se encontram
311 legítimos Maracatus Nação no sentido consolidado durante a pesquisa. Aliás, os debates
312 acerca do que define o verdadeiro Maracatu Nação foram intensos. As relações
313 comunitárias, os fundamentos religiosos e o processo histórico de constituição dos
314 grupos foram aspectos que influíram na delimitação. Logo se verificou a existência de
315 uma área de conflito com os chamados “grupos percussivos”, que se expressam na
316 mesma linguagem musical e se espalharam para outros estados do Brasil e até para o
317 exterior. Muitos grupos percussivos reivindicam o status de maracatu nação, mas o fato
318 é que a pesquisa acabou contribuindo para elucidar as diferenças entre essas categorias
319 em disputa. O trabalho de campo incluiu observações de ensaios nas sedes dos grupos e
320 na Rua da Moeda, no bairro do Recife. Durante o carnaval foram analisadas
321 apresentações dos Maracatus Nação, com ênfase nas três celebrações mais importantes,
322 como a Abertura do Carnaval, o Concurso das Agremiações Carnavalescas e a Noite

323 dos Tambores Silenciosos do Recife. No total, foram inventariadas 26 nações de
324 maracatu: 19 na região do Recife, 5 em Olinda, 1 em Igarassu e 1 em Jaboatão dos
325 Guararapes, sendo que o mais antigo e conhecido é o Maracatu Nação Elefante, datado
326 de 1805, que já desapareceu, mas vive na memória dos demais grupos que cultuam sua
327 história. Todo este trabalho ensejou uma detalhada identificação e descrição de
328 elementos, como o cortejo e seus personagens, a musicalidade, os instrumentos
329 musicais e as formas de sua fabricação, as toadas e loas, os mestres de batuque e
330 batuqueiros, a transmissão do conhecimento, os processos de ensino e aprendizagem, a
331 relação com o sagrado, a participação no carnaval e os desfiles, a performance; a
332 caracterização atual, fatores históricos e lugares considerados simbólicos por seus
333 protagonistas; as questões patrimoniais; as relações com o mercado cultural e,
334 finalmente as salvaguardas. Um estudo verdadeiramente completo. O resultado final do
335 INRC, que consta dos autos deste processo é de imensa diversidade e traduz infinita
336 riqueza cultural. Não é por acaso que o assunto tem sido foco de interesse para dezenas
337 de estudos e teses de pesquisadores da academia e apaixonados pelo assunto e sinto que
338 se não será fácil sintetizá-lo em toda sua dimensão nos termos deste parecer. E como
339 resultado de todo estes esforços foram produzidos os seguintes documentos e estudos
340 técnicos que foram anexados na instrução do processo: ANEXO I) Depoimentos orais
341 enviados com o pedido de Registro. ANEXO II) Dossiê de Registro do Maracatu
342 Nação. ANEXO III) Relatório Analítico do INRC do Maracatu Nação. ANEXO IV)
343 INRC do Maracatu Nação Vol. 1: Fichas de Identificação de Sítio. ANEXO V) INRC
344 do Maracatu Nação Vol. 2: Anexo 2 - Registros Audiovisuais. ANEXO VI) INRC do
345 Maracatu Nação Vol 3: Anexo 3 - Bens Culturais inventariados e fichas de Celebrações
346 do sítio. ANEXO VII) INRC do Maracatu Nação Vol. 4: Fichas de Formas de
347 Expressão, Ofícios e Modos de Fazer do sítio. ANEXO VIII) INRC do Maracatu Nação
348 Vol. 5: Recife. Ficha de Localidade. Anexo 3 – Bens culturais inventariados e Anexo 4
349 – Contatos. ANEXO IX) INRC do Maracatu Nação Vol. 6: Recife. Fichas de
350 Celebrações e Edificações. ANEXO X) INRC do Maracatu Nação Vol. 7: Recife.
351 Fichas de Formas de Expressão. ANEXO XI) INRC do Maracatu Nação Vol. 8: Recife.
352 Fichas de lugares. ANEXO XII) INRC do Maracatu Nação Vol. 9: Olinda - todas as
353 fichas. ANEXO XIII) INRC do Maracatu Nação Vol. 10: Igarassu e outras localidades -
354 todas as fichas. ANEXO XIV) INRC do Maracatu Nação: Versão Digital. Relatório
355 Analítico, Dossiê, Fichas e Anexos. (DVD) ANEXO XV a) Vídeo Documentário 20

356 min (DVD) ANEXO XV b) Vídeo Documentário 45 min (DVD) ANEXO XV c) Vídeo
357 Documentário 60 min (DVD) ANEXO XVI) INRC do Maracatu Nação: Fotografias
358 (DVD) ANEXO XVII) INRC do Maracatu Nação: Entrevistas em Áudio (DVD)
359 ANEXO XVIII a) Documentário Imagens Brutas 1 (DVD) ANEXO XVIII b)
360 Documentário Imagens Brutas 2 (DVD) ANEXO XVIII c) Documentário Imagens
361 Brutas 3 (DVD) ANEXO XVIII d) Documentário Imagens Brutas 4 (DVD) ANEXO
362 XVIII e) Documentário Imagens Brutas 5 (DVD) ANEXO XVIII f) Documentário
363 Imagens Brutas 6 (DVD) ANEXO XIX) INRC do Maracatu Nação: Versão Digital.
364 Relatório Analítico, Dossiê, Fichas, Anexos e Fotografias. (Pen- Drive) ANEXO XX)
365 Termos de autorização de uso de imagem. APENSO I) CD – Maracatu Nação Tigre -
366 Axé Opé Ofá; APENSO II) CD – Polo Cultural da Bomba do Hemetério; APENSO III)
367 CD – Maracatu Estrela Brilhante de Igarassu 180 anos; APENSO IV) CD – Maracatu
368 Nação Estrela Brilhante do Recife. APENSO V) DVD – Clipe Belas Catitas, Maracatu
369 Leão Coroado. APENSO VI) DVD – Associação dos Maracatus Nação de Pernambuco,
370 Grupo especial. Carnaval 2012. APENSO VII) Livreto – Polo cultural da Bomba do
371 Hemetério. APENSO VIII) Livro – Maracatu, Baque Virado e Baque Solto. Série
372 Batuque Book. APENSO IX) Livro – Maracatu Leão Coroado. APENSO X) Folderes,
373 convites e cartões de contato. Por outro lado, do ponto de vista jurídico, o processo foi
374 encaminhado à Procuradoria Federal em 29/10/2014, onde a procuradora Genésia Marta
375 Alves Camelo elabora o excelente parecer de nº 390/2014-PF/IPHAN/SEDE, e em 23
376 páginas analisa e sumaria todo o seu teor para atestar que: “para além das questões
377 técnicas e de mérito cultural, o processo atende aos requisitos estabelecidos no Decreto
378 nº 3.551/2000 e a resolução IPHAN nº 01 de 03/08/2006”. E se posicionar
379 favoravelmente concluindo que: “Verifica-se no processo em tela a existência de
380 elementos suficientes para a motivação do ato de registro, ressaltando que o juízo de
381 valor deverá ser realizado pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural”. Na
382 sequência, seu parecer foi devidamente aprovado pelo procurador-geral do IPHAN Dr.
383 Ronaldo Guimarães Gallo, em 14/11/2014. Seguindo-se a competente publicação dos
384 avisos no Diário Oficial da União. E para favorecer a formulação do juízo de valores
385 por parte dos colegas conselheiros, vou aqui apresentar os tópicos que foram minuciosa
386 e competentemente desenvolvidos pelos pesquisadores e pareceristas ao longo do
387 processo de pesquisa e coleta de dados. Iniciaremos pela conceituação mais abrangente,
388 amadurecida ao longo da pesquisa: o Maracatu Nação de Pernambuco pode ser definido

389 como uma forma de expressão que conjuga um cortejo pelas ruas, embalado por um
390 conjunto musical percussivo. Protagonizado principalmente por grupos de afro
391 descendentes, evocam coroações de reis e rainhas do antigo Congo africano. Também
392 denominado “maracatu de baque virado”, é uma manifestação artística, que possui
393 fortes vínculos com a religiosidade e que se insere na cultura popular e carnavalesca da
394 Região Metropolitana do Recife, incluindo, portanto Olinda, Igarassu e Jaboatão dos
395 Guararapes. Observa-se que esses grupos pertencem a comunidades que estão situadas
396 nos bairros periféricos, seguindo a tendência de outras capitais brasileiras nas quais o
397 crescimento populacional empurra as populações pobres para áreas mais vulneráveis,
398 onde há carência de equipamentos urbanos e baixos índices de desenvolvimento
399 humano, revelando e acentuando a desigualdade social. Os primeiros relatos sobre a
400 existência das nações de maracatu no Recife surgiram no início do século dezenove. Em
401 seu circunstanciado parecer técnico, Ellen Krohn descreve as nações de África e
402 coroação de reis de Congo e nos facilita a compreensão do que era entendido por nação,
403 maracatu(s), reis de congo e irmandades do Rosário no período entre o século XVI e
404 XIX. Assim ela vem citando Julia Tsezanas, autora da dissertação de mestrado O
405 Maracatu de Baque Virado: história e dinâmica cultural que analisa documentos,
406 estudos historiográficos e do folclore que tratam das festas e cortejos realizados para
407 reis negros no âmbito das irmandades do Rosário de Pernambuco. Cortejos em
408 homenagem a reis negros existiram em quase todo o período colonial, e ainda existem
409 reminiscências em práticas atuais. Na América Portuguesa, a eleição de reis negros e
410 sua comemoração festiva estiveram mais difundidas no século XVII. Esses reinados
411 eram constituídos por representantes eleitos entre os libertos e escravos associados em
412 comunidades étnicas e religiosas. Até o século dezenove, as festas de coroação ocorriam
413 nos dias de santos nas irmandades católicas negras, as “irmandades de homens pretos”.
414 Estas se constituíam em associações leigas de fiéis em torno de um santo padroeiro e de
415 uma rotina religiosa e social, refletindo em sua composição os diferentes extratos
416 sociais, raciais e étnicos. Essas irmandades surgiram com mais frequência nos territórios
417 dos atuais estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia e
418 assumiam responsabilidades políticas, sociais e religiosas, como a construção de igrejas,
419 culto de seus padroeiros, festas em homenagem aos santos e procissões, além do auxílio
420 solidário, para compra de cartas de alforria. Esses compromissos funcionavam como
421 instrumento regulador que garantia a oficialidade das irmandades perante as



422 autoridades. Este termo nação também foi usado de início pelos administradores da
423 coroa portuguesa e comerciantes para identificar grupos de procedência africana.
424 Faziam isso com base em um sistema que relacionava povos, territórios, rotas e portos
425 envolvidos no tráfico negro, além das especificidades culturais e linguísticas. No
426 “maracatu de baque virado”, como também é chamado maracatu nação, o conceito de
427 nação tem um significado especial atribuído pelas pessoas envolvidas na manifestação e
428 para sua própria existência. Isto porque configura uma estrutura básica de associação
429 entre aqueles que participam de um conjunto de práticas. “Ser uma nação é o que dá ao
430 maracatu a propriedade de ser tradicional” (Tsezanas, p.22). Pois, para além das
431 hipóteses que associam essas manifestações com as nações vindas de África, é o que
432 lhes confere o caráter frente a outros grupos que surgem por influência de sua
433 musicalidade. E essa distinção se reflete em um compromisso com práticas do passado e
434 com sua continuidade. Em Pernambuco, no século XIX, já então eram chamados de
435 nações, os grupos de negros que se reuniam para batucar, principalmente em dias de
436 festa em devoção a Nossa Senhora do Rosário e esta prática era denominada maracatu.
437 Tsezanas conclui que os maracatus são chamados, atualmente, de “nações” por suas
438 ligações com as irmandades de homens negros em Pernambuco e seus reinados festivos.
439 No século dezoito, havia intensa atividade das associações de homens pretos composto
440 por irmandades, corporações de ofício e grupos militares bastante influentes na vida
441 social do Recife. Como exemplo, a Irmandade do Rosário de Santo Antônio do Recife
442 foi uma das mais ricas da cidade. Dentro de sua estrutura, possuía na hierarquia cargos
443 em nível administrativo e outros compostos por títulos de nobreza, cujo mais alto era de
444 rei de Congo. Em sua alçada se organizava uma extensa e complexa rede de hierarquias
445 e influências. (Tsezanas, p. 24). Esta ligação entre Reinados do Congo e Irmandades de
446 Nossa Senhora do Rosário parece ter sido um padrão associativo que marcou as
447 sociabilidades negras do Brasil colonial. O rei de Congo foi um importante
448 representante do poder político e simbólico nesse contexto, capaz de aglutinar
449 identidades, sociabilidades e articular politicamente comunidades de africanos e
450 descendentes. Na segunda metade do dezenove a literatura anuncia o aparecimento de
451 maracatus desligados das irmandades e dos reis de nação, bem como a migração de sua
452 festa para o carnaval. Este período ainda parece indefinido do ponto de vista da
453 historiografia, levando em consideração que muitos documentos históricos
454 apresentavam vínculos das festas do Rosário a reuniões de negros, chamadas de



455 maracatus. Com a alteração das relações escravistas a partir de 1850, após o fim do
456 tráfico de escravos, esses agrupamentos que se reuniam em nações para batucar e fazer
457 festa despertou mais desconfiança por parte das elites. Esse processo de dissociação das
458 manifestações festivas daquelas práticas realizadas pelas irmandades pode ter durado
459 algumas décadas a partir de 1850, período no qual também as coroações de reis congos
460 entram em declínio. Mas como revela o INRC, o fim da escolha de reis congo não
461 significou o término da coroação de reis e rainhas dos maracatus, realizados agora por
462 membros dos grupos, possivelmente em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário
463 dos Homens Pretos no bairro de Santo Antônio. Uma breve notícia do Jornal do Recife
464 no dia 03 de março de 1922 mostra que a rainha do Maracatu Dois de Ouro tinha sido
465 coroada pelo Maracatu Leão Coroado diante daquele templo. Depois desta notícia, a
466 pesquisa não encontrou nenhuma outra que relatasse celebração semelhante, até a
467 década de 1980. Com o surgimento do Maracatu Porto Rico, situado no Pina e sob o
468 comando de D. Elda, começa a circular a história de que a mesma teria sido coroada no
469 interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Logo, o tema da
470 coroação das rainhas volta a circular fortemente entre seus praticantes. A partir de
471 então, outras rainhas começam a agenciar suas próprias coroações. E este ritual tem
472 servido para reforçar a relação desses maracatus com os valores de tradição.
473 Atualmente, a coroação de reis e rainhas é uma cerimônia pública, de caráter sacro em
474 que uma autoridade religiosa (normalmente um pai de santo ou mãe de santo) impõe
475 sobre a cabeça do rei ou rainha uma coroa. Antes se entoam cânticos aos orixás, dentre
476 os quais se destacam Exu e Iansã, além dos orixás patronos dos que recebem a coroa.
477 Também existem rituais privados de purificação ligados à casa religiosa, cujos pais e
478 mães de santo pertencem. A cerimônia de coroação confere ao rei ou rainha e seu
479 maracatu grande valor simbólico, além de legitimidade entre seus pares. Atualmente,
480 são diversas as rainhas coroadas, com tendência de aumento. O Maracatu Nação é,
481 portanto uma manifestação cultural que possui forte vínculo com a religiosidade,
482 expressa por meio da relação desses grupos com os xangôs (denominação da religião
483 dos orixás em Pernambuco), jurema sagrada (denominação da religião de características
484 afro-ameríndias, que cultua mestres e mestras, caboclos, entre outras entidades) e
485 umbanda. Entre os maracatuzeiros existe a afirmativa de que essa dimensão religiosa
486 sempre foi intrínseca e reconhecida como símbolo da tradição. Tais vínculos também
487 podem ser evidenciados pelas sedes dos Maracatus Nação, que por vezes são terreiros



488 do xangô ou da jurema. Das 27 nações de maracatu pesquisadas 10 delas abrigam
489 terreiros, nos outros casos, as obrigações são realizadas em terreiros associados ao
490 Maracatu Nação ou mesmo acontecem dentro da sede, ainda que ela não seja um
491 terreiro. Em seu capítulo de histórico o dossiê nos passa a percepção de que o que torna
492 os Maracatus Nação uma forma de expressão específica, enraizada em Pernambuco, é
493 uma série de confluências que vão além das festas de coroação de reis e rainhas, às
494 quais se agregam também as procissões de Nossa Senhora do Rosário bem como
495 batucadas e sambas, tão comuns no Recife do século dezenove. Aliás, data do final do
496 dezenove o registro segundo o qual, autoridades recifenses buscavam o controle social
497 sobre vários divertimentos populares que se expressavam na cidade, (Dossiê, p.40). O
498 Carnaval se encontrava no centro desta questão. Os blocos, troças, maracatus e
499 caboclinhos foram instados a desfilar “ordeira e civilizadamente”, seguindo traçados
500 pré-estabelecidos, sob o pretexto de que essas manifestações eram propícias para
501 explosão de violência. De fato, a história das religiões de terreiro no Recife e sua
502 relação com os maracatus foram fortemente marcadas pela experiência da perseguição,
503 que se acentuaram, sobretudo entre as décadas de 1920 e 1940. O fato é que os
504 maracatus apareceram nas páginas dos jornais, como “coisas de negros incivilizados” e
505 que incomodavam os “cidadãos de bem” com brigas e pelo barulho dos tambores.
506 Assim, enquanto eram forçados a abdicar das antigas festas de coroações, os maracatus
507 migraram para o carnaval, onde tinham permissão para desfilar pelas ruas. Diante desta
508 circunstância adversa e humilhante, fica patente que a transferência para o espaço do
509 carnaval revela que os próprios grupos adotaram estratégias para a manutenção de suas
510 práticas. É que, com as licenças obtidas na polícia, os maracatus garantiam ao mesmo
511 tempo o direito para o desfile de carnaval e para ensaiar durante todo o ano. (Dossiê,
512 p.41) Acrescente-se aí o preconceito em relação às religiões praticadas por esses grupos.
513 As perseguições aos “cultos” ou “seitas” aumentaram progressivamente nas décadas de
514 1920 e 1930. No governo de Agamenon Magalhães (1937-1945), centenas de casas ou
515 terreiros foram fechados e seus sacerdotes expostos à humilhação pública nas páginas
516 dos jornais. Por décadas os grupos disfarçaram seus vínculos com as religiões para
517 despistar a polícia ou mesmo pelo preconceito que sofriam. Neste contexto, até mesmo
518 os folcloristas e intelectuais já consideravam os maracatus fadados ao desaparecimento.
519 Por tais motivos, essa expressão cultural acabou sendo, naquela época, associada à
520 tristeza, melancolia e indolência. Mas situação começa a mudar nas décadas de 1940 e

1950, quando folcloristas, carnavalescos, brincantes, artistas de nome e intelectuais se engajam no movimento cultural que buscava enaltecer símbolos que pudessem constituir a identidade pernambucana. Assim, tratam de legitimar elementos da cultura que consideravam autênticos, e que representassem o modo de ser local, afirmação de uma identidade regional. No início dos anos 1950, embora o maracatu já começasse a ser visto como uma manifestação cultural das mais tradicionais de Pernambuco, a condição socioeconômica de seus integrantes continuava muito precária, e os grupos seguiam enfrentando dificuldades. Observa-se que o interesse da intelectualidade não se transferiu para o todo da sociedade e a situação assim permaneceria por mais algumas décadas. (Dossiê, p.79) Nos anos 1940, o maestro César Guerra Peixe esteve no Recife, estudou a história do Maracatu Elefante, e a trajetória de Dona Santa, rainha emblemática, reconhecida como referência de memória para os maracatuzeiros. Em 1955 publicou Maracatus do Recife, – que trata do sofrido percurso dos maracatus. Como resultado da mediação cultural promovida por intelectuais e representantes da cultura popular, nos anos 1940, Dona Santa torna-se símbolo de uma tradição africana ainda viva no Recife. E passa a se relacionar com grupos de jornalistas, pesquisadores, escritores e autoridades locais, tornando-se tema de reportagens de revistas e filmes. Com a morte de Dona Santa, em 1962, e o desaparecimento do Maracatu Elefante, os rumos da manifestação permaneceram na incerteza sobre sua continuidade. A Comissão Pernambucana de Folclore, preocupada com o fato, incentiva a criação de um novo grupo, o Porto Rico do Oriente, de Eudes Chagas, cuja coroação foi arquitetada por Katarina Real. Na década de 1980, outros elementos contribuíram para que o maracatu fosse visto sob nova perspectiva. Em primeiro lugar, os movimentos negros atuantes na Região Metropolitana do Recife definiram estratégias de valorização de sua cultura, e apostaram nos maracatus. Como exemplo, jovens militantes deste movimento passaram a frequentar o maracatu Leão Coroado, bem como valorizar eventos em que os negros estivessem presentes, como a Noite dos Tambores Silenciosos. O surgimento de políticas públicas voltadas à cultura popular, também incentivou a criação de novos grupos culturais, como o Balé Popular do Recife e o Maracatu Nação Pernambuco – este grupo composto por jovens artistas contribuiu para difundir e quebrar o estigma que incidia sobre os maracatus como manifestações obsoletas e antiquadas. No início dos anos 1990 surgiu a banda Chico Science e Nação Zumbi, que misturava o ritmo do rock, hip hop e outros ritmos a elementos das culturas populares pernambucanas como

554 maracatu, caboclinho, ciranda, cavalo-marinho, dentre outros. Essa banda tornou-se
555 famosa no Brasil e passou não só a divulgar, como também a ser associada ao ritmo do
556 maracatu. O movimento que tornaria o Maracatu Nação disseminado por todo o Brasil é
557 revigorado pelo interesse de jovens, inspirados pelas novas referências que surgiram,
558 em atuarem como batuqueiros nas nações de maracatu. Essa expressão cultural passa,
559 assim, por um interessante fenômeno de rejuvenescimento. Nesse contexto, surgem, no
560 Recife, Olinda e arredores, além de outros estados do Brasil e lugares do mundo, grupos
561 culturais que, a exemplo do Maracatu Nação Pernambuco, adotam o mesmo ritmo,
562 possuindo por vezes também um corpo de dança e uma corte real. Esses grupos muitas
563 vezes se autodenominam como maracatus, entretanto, são considerados pela grande
564 maioria dos maracatuzeiros entrevistados, como grupos percussivos ou ainda maracatus
565 parafolclóricos. Como foi visto, o Carnaval, com seus desfiles e cortejo funcionou como
566 estratégia de sobrevivência dos grupos. Registros de memória levantados pelo INRC
567 sugerem que, de 1940 até 1980, o carnaval é o período que os Maracatus Nação mais
568 saíam às ruas e possuíam maior visibilidade. É importante registrar que desde 1935, a
569 Federação Carnavalesca de Pernambuco fora fundada com o objetivo de regulamentar e
570 organizar o carnaval. Assim se decidia quais grupos deveriam receber maior ou menor
571 apoio. Desde então as disputas por recursos entre as agremiações de carnaval em Recife
572 se acirraram. Principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, eles disputavam
573 atenção com as escolas de samba e os clubes de frevo, sendo que nos anos 1990 as ruas
574 são tomadas por blocos puxados por trios elétricos. A cena cultural dos maracatus nação
575 passaria a mudar de modo mais abrangente nos últimos dez anos. Valendo-se do fato de
576 que o ritmo do maracatu já se tornara valorizado pela população de Recife, Olinda e
577 arredores, a Prefeitura da Cidade do Recife renova o modelo do carnaval oficial, na
578 competição com os carnavais de Salvador e Rio de Janeiro. (Dossiê,p.83) Por conta da
579 popularidade, o maracatu nação é escolhido para ser o destaque da celebração de
580 Abertura do Carnaval, mas não só por sua popularidade, como também por ser uma
581 manifestação da cultura negra. Para representar a manifestação cultural, os escolhidos
582 foram os maracatus nação considerados autênticos, ou seja, aqueles presentes nas
583 comunidades, compostos por pessoas negras em sua maioria. (Dossiê, p.83) Este
584 evento, organizado pela Prefeitura do Recife, ocorre em formato semelhante desde
585 2002. A Abertura do Carnaval tem como atração principal o percussionista Naná
586 Vasconcelos e a presença de vários grupos de Maracatus Nação. Todos os anos a

587 celebração é prestigiada por grande público que lota a Praça do Marco Zero, em Recife.
588 Já o evento denominado “Noite dos tambores silenciosos” é uma celebração que ocorre
589 sempre na segunda-feira de carnaval, no Pátio do Terço, em frente à Igreja de Nossa
590 Senhora do Terço. Os Maracatus Nação seguem pela Rua Vidal de Negreiros em
591 direção ao adro da igreja, onde prestam homenagem aos seus antepassados, cantando
592 toadas, acompanhados do batuque e do cortejo real. O Pátio do Terço passou a ser
593 reconhecido como um lugar de práticas ancestrais e de resistência cultural, como um
594 local de grande força espiritual. A Noite dos Tambores Silenciosos é banhada por uma
595 simbologia religiosa constituída ao longo do tempo, pois tem permitido aos Maracatus
596 Nação expressar sua religiosidade publicamente. Esta celebração pode ser
597 compreendida como uma das formas de valorização das religiões e cultos desses grupos,
598 evidenciando os vínculos que os mesmos mantêm com o sagrado. Não se pode deixar de
599 mencionar aqui a importância dos detalhes do cortejo e seus personagens: O cortejo, em
600 conjunto com o batuque, constitui a forma de expressão do maracatu nação. O INRC
601 definiu como cortejo o conjunto de “figuras” ou “personagens” que acompanham a
602 corte real, ou seja, o séquito do rei e da rainha do maracatu nação. Os principais
603 personagens aí representados são um rei, uma rainha, damas de paço e bonecas
604 denominadas “calungas”. Mas há outros personagens que integram o maracatu para o
605 desfile de carnaval são: os batuqueiros, o caboclo arreamar, o porta-estandarte, as damas
606 de frente, os lanceiros, as baianas ricas, as baianas de cordão, os orixás e/ou entidades
607 da jurema, os escravos de balé, a corte mirim, os casais nobres, príncipes e princesas, o
608 porta-pálio, os pajens, os soldados romanos, as vassalas e o rei a rainha. Cada um deles
609 possui uma forma de se expressar no desfile. Os membros da corte apresentam
610 movimentos mais contidos. A dança é semelhante para todos os grupos e na maioria das
611 vezes, não apresenta passos ou coreografias ensaiados. Trata-se de expressão corporal
612 espontânea, com movimentos mais expressivos nos braços e mais contidos nos pés, com
613 a sola inteira no chão, na cadência do batuque. Pode-se destacar a importância de alguns
614 personagens pelos aspectos simbólicos: A dama do paço é responsável por conduzir a
615 calunga, boneca que representa em alguns casos, os eguns (espírito dos ancestrais),
616 orixás ou mesmo entidades da jurema. É unânime o argumento de que são portadoras
617 dos fundamentos espirituais de proteção do grupo, evitando que algo ruim aconteça no
618 percurso. Assim, conduzi-la é uma tarefa de grande responsabilidade, que implica no
619 cumprimento de alguns rituais de limpeza por parte da dama de paço, como tomar um

620 banho de ervas, denominado amassi em alguns terreiros, e manter um resguardo,
621 abstinência sexual e não ingerir bebidas alcoólicas. Atribui-se a essas razões o fato de,
622 no passado, as damas de paço haverem sido predominantemente senhoras mais velhas.
623 Além da proteção, as calungas também funcionam como marca da identidade dos
624 maracatus. São bonecas negras confeccionadas com madeira ou pano, também
625 conhecidas como “bruxa de pano”. De acordo com os maracatuzeiros, para ser
626 considerado um Maracatu Nação é preciso ter fundamentos religiosos e as calungas
627 podem ser consideradas ícones desses fundamentos, ou seja, são elas que carregam o
628 axé. O rei e a rainha são os personagens centrais na composição hierárquica do cortejo,
629 representando a realeza do maracatu. Apresentam-se portando as insígnias do poder
630 real, como, coroa espada e cetro. O figurino é suntuoso e destaca-se dos demais. Em
631 geral, aparecem ao final do cortejo protegidos por soldados e pajens que conduzem os
632 abanos e as capas da vestimenta real. De acordo com os maracatuzeiros, a rainha deve
633 ser uma mulher negra e de preferência iniciada na religião dos orixás. Pode ser
634 reconhecida como a protetora espiritual da nação por conhecer os segredos que a
635 religião congrega. Seu prestígio e reconhecimento são maiores se foi coroada em uma
636 cerimônia, pois as coroações guardam relevâncias simbólicas muito significativas para a
637 organização dos espaços de poder dentro dos grupos. Este também parece ser um
638 aspecto de projeção para o grupo no mercado cultural, por reforçar o caráter de tradição.
639 No caso do rei, ele não parece estar submetido às mesmas exigências que condicionam a
640 posição da rainha. Nem ao menos usufruir do mesmo prestígio ou ocupar a mesma
641 centralidade dentro da nação. Sua função acaba sendo a de figurar junto à rainha. Ainda
642 assim, importa perceber que ser rei e rainha de uma nação de maracatu significa ser
643 reconhecido como referência para determinado grupo social. A musicalidade, como
644 vimos, tem sido um dos grandes fatores de perpetuação, é principalmente através dela
645 que se tem estabelecido o vínculo com as novas gerações sendo também o elemento
646 aglutinador dessa expressão cultural, uma vez que o conjunto musical, marcado pelo
647 canto coletivizado, é projetado nos demais elementos da manifestação por meio dos
648 gestos, movimentos e danças do cortejo e dos personagens que o compõe. Os
649 maracatuzeiros denominam o corpo orquestral ou percussivo que compõe a expressão
650 do Maracatu Nação de batuque. Assim, o batuque é a reunião dos batuqueiros que
651 fazem e executam os baques de maracatu, acompanhados pelas toadas, sob a regência
652 de um mestre de batuque. Todos esses elementos são imprescindíveis para a sonoridade



do maracatu. A formação deste batuque é composta por instrumentos de percussão. A melodia e a rítmica são constituídas pela articulação dos sons que compõe o baque. Em sua origem, esses instrumentos eram confeccionados pelos seus executantes, tendo por matéria-prima: tronco de árvores, galhos, cipós, peles de animal, flandres, chapas e varões de ferro fundido ou de aço, cordas de sisal, tripa de animal, sementes, entre outros. Esses instrumentos podem ser divididos em dois grupos: os membranofones e os idiofones. Os membranofones reproduzem o som projetado em peles de animal ou sintéticas, fixadas ao instrumento, como as caixas, os taróis e os tambores de cordas chamados de alfaias, e afinados pela tração de parafusos e cordas. A alfaia ou bombo é, sem dúvida, o instrumento que mais se destaca nos Maracatus Nação e também é considerado como um marco de identidade do batuque nessa manifestação. Também pode ser chamado de “faia”, “afalha” ou simplesmente tambor e está presente em todos os Maracatus Nação. Os idiofones que têm seu som obtido pelo impacto, atrito ou agitação de seu corpo, seja por contato direto do corpo do executante sobre este instrumento ou por intermédio de outros objetos articulados pelo executante sobre o instrumento, como os gonguês e mineiros, e mais recentemente os agbes ou abês. Interessante salientar que, para alguns mestres de maracatu, o gonguê possui também uma função ligada aos fundamentos religiosos do xangô. Esses mestres associam a função do gonguê a dos adjás que, nos terreiros, têm por uma de suas funções invocar e manter a vibração de eguns, orixás e demais entidades. Nesse sentido, o gonguê teria essa mesma função, só que ligada ao cortejo do maracatu. Alguns batuques dos maracatus possuem outros instrumentos musicais, que foram introduzidos no final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000. Trata-se dos abês (que cumprem função semelhante ao mineiro/ganzá) e dos atabaques, e mais recente os patagomes (instrumento advindo das manifestações de congos e moçambiques). O baque é a forma pela qual o batuque se expressa e se revela. Está associado à estética e ao estilo musical dos Maracatus Nação. Os baques reforçam as identidades de cada grupo, tendo em vista que cada um deles desenvolveu a batida com suas peculiaridades na construção da polirritmia, apesar de soarem parecidos aos ouvidos de leigos. A primeira preocupação quanto ao termo “baque”, que vem à mente de pessoas que pesquisam, participam ou admiram essa forma de expressão provavelmente é a de tentar diferenciar os baques executados pelos Maracatus Nação – o baque virado – daqueles produzidos pelos maracatus de orquestra ou Maracatu Rural – o baque solto. Percebe-se também que os



686 baques são motivos de intensas disputas entre os grupos, pois essa noção de influência
687 nem sempre é admitida, tendo em vista que “imitar o baque de alguém” nem sempre é
688 visto com bons olhos. Já a identidade musical própria e bem delimitada é algo almejado
689 por diversos Maracatus Nação. Já as canções entoadas ao longo dos baques se
690 denominam toadas ou loas. A loa é associada ao cântico litúrgico presente no
691 candomblé, xangô, umbanda ou jurema, sendo os terreiros seu espaço de ocorrência. No
692 vocabulário cotidiano do maracatu, a utilização do termo ‘loa’ é recente. Para o INRC
693 foi adotado o termo “toada” por ser o mais antigo e também o mais recorrente. Essa
694 forma de expressão da musicalidade pode ser considerada tradicional por estar presente
695 em diversas manifestações populares brasileiras e práticas culturais afrodescendentes
696 espalhadas pela América. Corresponde a um diálogo entre solista e coro, forma musical
697 definida como “antifonia”. O mestre ou a pessoa responsável pelo canto entoa os
698 primeiros versos e o coro responde. A transmissão do conhecimento do grupo se faz
699 através dos mestres do batuque, anteriormente, chamado de diretor de apito (pela
700 utilização deste para anunciar o início e o fechamento do batuque), que é uma figura
701 central dentro dos Maracatus Nação. Responsável pela condução do batuque e pela
702 velocidade de andamento do baque, pelas composições e adaptações de toadas, ou seja,
703 pelo repertório que será apresentado com elaboração de frases e idealização da
704 performance, é ainda figura importante para organização de ensaios e posicionamento
705 dos batuqueiros. Para entender o contexto dos Maracatus Nação na atualidade é
706 imprescindível considerar as tensões decorrentes da inserção desses grupos no mercado
707 cultural globalizado, as desigualdades entre os grupos e as disputas pelo acesso aos
708 recursos financeiros que acabam por acirrar as rivalidades. De fato, o que se pode
709 constatar é que o Maracatu Nação nunca possuiu tanto prestígio e reconhecimento
710 público em qualquer outro período da história. Esse avanço se reflete na quantidade de
711 grupos percussivos que executam o ritmo ou utilizam seus elementos como inspiração.
712 Entretanto este sucesso ainda não se refletiu em melhorias concretas no cotidiano da
713 imensa maioria dos grupos de Maracatu Nação considerados tradicionais. Grande parte
714 deles possui sedes em condições precárias e tem dificuldades para angariar recursos.
715 Mesmo sendo valorizado pela mídia e apropriado por outras parcelas da sociedade, a
716 fama adquirida pelo Maracatu Nação não se refletiu em melhores condições, eis que
717 continuam a ocupar espaços marginalizados. E aqui passamos a tratar da salvaguarda. O
718 estabelecimento de um plano de salvaguardas é uma das condições para o

719 reconhecimento na categoria do patrimônio imaterial. Assim é que, conforme consta na
720 documentação anexa ao processo, os integrantes de todos os grupos inventariados
721 participaram, quando da conclusão da pesquisa, do Seminário de Políticas Públicas para
722 Salvaguarda do Patrimonial Imaterial do Brasil contando com a contribuição de
723 detentores de outros bens culturais já reconhecidos. Nesta ocasião, discutiram sobre
724 necessidades e problemas enfrentados, bem como apontaram caminhos e possíveis
725 soluções. As recomendações de Salvaguarda para os Maracatus Nação devem, no
726 entendimento dos participantes do Seminário, estar direcionadas, acima de tudo, para as
727 nações detentoras da tradição (nos termos amadurecidos no INRC), para favorecer a
728 sustentabilidade de suas expressões e saberes. Esta reivindicação reforça o
729 posicionamento desses grupos em relação ao espaço que ocupam na disputa por
730 recursos públicos, destinados às culturas populares, e que muitas vezes são conquistados
731 apenas por grupos percussivos e produtoras culturais mais experientes, que encontram
732 em condições de se inserir nos formatos de chamadas públicas até então oferecidas.
733 Nesse sentido, apontaram para necessidade de capacitar os grupos e seus dirigentes para
734 que possam promover a sustentabilidade e autonomia do grupo a médio e longo prazo, e
735 não apenas nas ações pontuais. Reivindicam ainda, melhor preparação para atuar junto a
736 comitês gestores e debater suas demandas junto às esferas do poder público, bem como,
737 atividades de aprendizado para escrever projetos e administrar as finanças, e outras
738 formas de patrocinar suas atividades. Uma grande preocupação dos grupos de Maracatu
739 Nação são as precárias condições de suas sedes, onde confeccionam e guardam
740 instrumentos musicais e fantasias, além da realização de ensaios e, em alguns casos,
741 também de obrigações religiosas. Em sua grande maioria, as sedes são as próprias
742 residências dos articuladores dos Maracatus Nação. Das 24 nações inventariadas, 19
743 possuem uma casa identificada como sede e dessas, apenas duas não possuem o formato
744 de residência. Elas são parte da memória das pessoas ligadas aos maracatus, por serem o
745 local no qual as nações se organizam durante todo o ano com reuniões, ensaios, oficinas
746 e produção dos objetos utilizados nas apresentações. De fato, tornam-se em espaço de
747 convivência comum aos maracatuzeiros e também da comunidade no entorno, ou seja,
748 um espaço de sociabilidade constante, bem como de aprendizagem e transmissão dos
749 saberes. Outra ideia apresentada foi a criação da “Casa do Maracatu”, espaço dedicado a
750 atividades diversas desenvolvidas pelos grupos, na realização de oficinas, cursos e
751 palestras e para abrigar acervos, biblioteca e loja para venda dos produtos, como CDs,



752 camisetas e instrumentos musicais. Assim constatamos que, do ponto de vista formal, os
753 requisitos técnicos, jurídicos e burocráticos exigidos pela regulamentação do IPHAN,
754 foram largamente atendidos e estão presentes neste processo e a generosa informação
755 encontrada no dossiê, é mais um ótimo exemplo de trabalho realizado para a necessária
756 comprovação do valor cultural do bem e de sua relevância para a memória nacional do
757 ponto de vista cultural, histórico, étnico, antropológico e social. Assim é que a pesquisa
758 desta forma de expressão, o decifrar de seus rituais, modos e tradições, também nos
759 permite cada vez mais aprofundar os estudos na busca de compreensão do fenômeno de
760 constituição da nação brasileira e de seu comportamento ao longo dos séculos,
761 ampliando conhecimentos sobre a gênese da sociedade contemporânea. E não posso
762 perder a oportunidade de lembrar também que, se a religiosidade do negro, no contexto
763 desta forma de expressão, teve que ser disfarçado ao longo do tempo como estratégia de
764 sobrevivência, hoje podemos afirmar que o Maracatu Nação não só se revela como
765 repositório de conceitos disponíveis ao melhor entendimento de nossa cultura urbana,
766 mas como arquivo vivo, onde os estudiosos podem ler os signos que traduzem as
767 origens culturais de nossa gente e da imensa parcela de contribuição que coube aos
768 povos africanos na construção do país. Felizmente o que temos em mãos é o verdadeiro
769 privilégio de conhecer e avaliar os méritos do patrimônio cultural que através do
770 Maracatu, pulsa vivo no cotidiano destas comunidades. E admirar a rica diversidade
771 carregada de múltiplas expressões. Estes aspectos que foram brilhantemente abordados
772 pelos especialistas em seus respectivos depoimentos e textos que constam dos autos
773 deste processo. Por isto gostaria ainda de compartilhar mais um trecho do excelente
774 parecer de Ellen Kron, onde se lê que: “Todos os grupos se consideram partícipes de um
775 passado distante, incerto, e por muitas vezes imaginado, de personagens heróicos e
776 eternizados como a Rainha Dona Santa e seu Maracatu Elefante. Carnavais de outras
777 épocas, desfiles do passado, homens e mulheres admiráveis por seu trabalho à frente dos
778 maracatus integram o presente de jovens e crianças, que ouvem essas histórias, dando
779 sentido as suas práticas e modos de fazer do presente, que não são necessariamente os
780 de outrora, mas que em alguma medida os rememora. A constante da reivindicação do
781 legado de alguns grupos do presente que se apresentam como continuadores de grupos
782 do passado. Ainda que essa continuidade seja expressa apenas pelo nome do maracatu,
783 em alguns casos, em outros se revela por mestres e figuras importantes que a
784 perpetuaram por seus próprios fazeres, ou mesmo por objetos simbólicos carregados

785 através dos tempos que permitiram reinaugurar antigos maracatus. Alguns reivindicam
786 datas de fundação bem recuadas no tempo, outros possuem datas de fundação bem
787 recentes, mas seus membros participavam de maracatus do passado. Aqueles fundados
788 mais recentemente também compartilham dessas memórias. Na atualidade pode-se
789 fundar um grupo com certa facilidade, mas adentrar a comunidade dos Maracatus Nação
790 exige o reconhecimento mútuo dos outros grupos já alicerçados. Reconhecem-se na
791 medida em que percebem práticas comuns nas formas de tocar, os instrumentos
792 utilizados, as formas de desfilar, dançar e de confeccionar as fantasias, mas também no
793 vínculo religioso e o pertencimento a comunidade.” Os estudos do Maracatu e a busca
794 de suas origens permitem-nos também lançar outro olhar sobre a evolução social do
795 próprio estado de Pernambuco. É o retrato e o resultado de um modelo de economia
796 baseado na mão de obra escrava, no latifúndio e na exportação em massa de produtos
797 agrícolas e seus derivados que se reproduziu de norte a sul do país nos tempos da
798 colônia e império, originando uma forte concentração das riquezas e produzindo as
799 grandes levas de excluídos. Aspectos que até hoje se reproduzem e afligem e depreciam
800 a imagem da sociedade nacional. Assim venho renovar aqui a minha profissão de fé no
801 ofício que desempenhamos neste Conselho: “o ato de proteção, que está implícito na
802 figura do registro, vai muito além do que sugere a formalidade da questão, ele incide
803 também sobre a auto estima das pessoas diretamente envolvidas, bem como da
804 comunidade envoltória, ele também confere valor. E como valoriza, ele eleva e
805 estabelece uma aura de respeito sobre o bem que se pretende preservar. O registro não é
806 somente um ato jurídico e burocrático, mas uma estratégia de distinguir, de divulgar, de
807 fortalecer argumentos de defesa, e portanto, um caminho para consolidar as perspectivas
808 de continuidade para o futuro”. Reconhecer a importância e valor destas manifestações,
809 que abrigam em sua história toda a carga cultural de arte popular, religiões e crenças e
810 séculos de luta contra opressão é, portanto, favorecer a sua proteção e ao assim
811 proceder, estamos cumprindo nossa obrigação constitucional que é a de defender a
812 cultura do país. O Maracatu Nação é um produto histórico advindo dos reinados negros
813 e das festas de coroação de seus reis, mas também não é o único. Por suas raízes
814 etnográficas possui grande capacidade dialógica com o resto do país e vasos
815 comunicantes com muitas outras manifestações, festejos e folguedos populares afros
816 brasileiros que igualmente estão relacionados a estas estruturas, como os congos,
817 congadas e moçambiques, presentes em vários estados brasileiros. O fato é que, com o



818 passar do tempo, uma tradição cultural de origem africana em nosso território,
819 inicialmente discriminada e ameaçada de desaparecimento por preconceitos e
820 perseguições policiais, sobreviveu e tornou-se expressão de força e otimismo. Esta é,
821 pois, mais uma história que não deixa dúvidas, que se funde e se mistura com a história
822 sofrida do povo pernambucano que é o nordestino e que é o brasileiro. Ela está
823 imaterializada no imaginário popular. E o resultado desta colheita é emocionante por
824 mais “científico” que seja o analista. Não há como ficar impassível perante a emoção
825 que brota desta arte e diante de um evento, como o que fui testemunha, numa noite de
826 véspera de carnaval, no centro antigo de Recife, onde o genial percussionista Naná
827 Vasconcelos regia uma verdadeira orquestra de batuques de vários grupos de Maracatus
828 Nação. Acervos como o do Maracatu de Nação, por se constituírem em importante foco
829 de resistência da cultura legitimamente nacional, não só tem relevância para o Estado de
830 Pernambuco e para o país, mas se revestem de um valor universal, como lição de
831 liberdade e humanidade, devendo ser reconhecido como uma das mais notáveis das
832 manifestações que representam nossa herança cultural. E concluindo assim, **sou de**
833 **parecer favorável ao registro do Maracatu Nação no livro das Formas de**
834 **Expressão como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Brasil. Esta é a**
835 **avaliação que submeto aos demais conselheiros. Brasília, em 03 dezembro de 2014.**
836 **Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrès. Conselheiro do Conselho Consultivo do**
837 **IPHAN”.** A Presidenta agradeceu ao Relator e abriu a palavra para manifestação dos
838 Conselheiros. Pediu a palavra o Conselheiro Ângelo Oswaldo que ressaltou o trabalho
839 realizado pelo IBRAM e o Museu da Abolição, no contexto da valorização de bens da
840 cultura afro pernambucana, de valorização e reconhecimento das expressões imateriais
841 do património pernambucano, e que nessa direcção estavam empenhados em
842 transformar o Museu da Abolição em um grande museu afro-brasileiro e em um centro
843 de convergência das manifestações culturais que se multiplicam em Pernambuco. Disse
844 que reafirmou entendimento positivo com o Secretário Marcelo Canuto e com o
845 Presidente da FUNDARPE, Severino Pessoa, para estreitamento de relações entre o
846 Museu do Estado de Pernambuco e o Museu da Abolição no sentido de que serem
847 expostas, também, algumas peças da mais alta relevância da Coleção Xangô, que se
848 acham sob a guarda do Museu do Estado do Pernambuco, exposição, esta, dentro do
849 Programa de Valorização do Museu da Abolição, com peças de culto afro-brasileiras
850 apreendidas pela polícia em ações que duraram até os anos 70 na Bahia, havendo, ainda,



851 coleções grandes que ainda se acham em Secretarias de Segurança Pública, finalizou. A
852 Presidenta agradeceu e concedeu a palavra ao Conselheiro relator para responder a
853 indagação de se o Maracatu hoje conta com autonomia ou ainda continua abrigado
854 estrategicamente no Carnaval, que informou ter aferido, diante da reunião dos dados que
855 vieram da reunião da salvaguarda e das reivindicações dos grupos, que eles ainda
856 sofrem de carências muito fortes. Tanto que, inclusive solicitam capacitação para terem
857 habilidade de elaborar projetos, buscar recursos e de gerenciar finanças. Apesar do
858 reconhecimento público e do prestígio que a manifestação alcançou na mídia e na
859 sociedade, segundo o Conselheiro, isso ainda não se traduz em termos materiais para os
860 grupos. A seguir falou a Conselheira Myriam Andrade de Oliveira que questionou o
861 relator sobre a menção feita por ele no Parecer sobre a alfaia que, segundo ela, o
862 Conselheiro disse que ia descrever, mas não o fez, e aproveitou para explicar que alfaia
863 é um termo religioso e, na Igreja Católica, é o conjunto de paramentos de todo o
864 instrumental litúrgico. Queria saber o que seria a alfaia no Maracatu. Luiz Phelipe
865 Andrès destacou que a alfaia é outra denominação para o bombo, uma caixa e o
866 instrumento que mais se destaca, sendo considerado como um marco de identidade do
867 batuque, podendo ser chamado de faia, a falha, ou simplesmente tambor. O Conselheiro
868 Luiz Viana fez uso da palavra dizendo: “Eu fiquei preocupado até a reta final do seu
869 parecer quando finalmente você fez a relação do Maracatu com a nacionalidade,
870 demonstrando que não é uma manifestação cultural apenas própria do Recife,
871 enclausurada no Recife, mas sim que estabelece relações com outras manifestações
872 culturais do Brasil, e isso dá esse caráter nacional e, portanto, permite que nós, aqui do
873 Conselho, e o IPHAN, possa registrá-lo como bem material da cultura brasileira e não
874 apenas pernambucana. Isso me deu uma tranquilidade, porque eu estava preocupado até
875 a reta final do seu parecer. Aproveito a oportunidade para mencionar, Presidente, uma
876 situação muito curiosa e que me marcou muito. O IPHAN, na Bahia, fez há três anos
877 um seminário sobre cultura afro e um pai de santo fez uma manifestação extraordinária,
878 que me tocou muito fundo. Ele citou um mito africano, segundo ele nos primeiros
879 contatos com homens brancos se constituiu um mito segundo o qual os africanos diziam
880 assim: “Pobres dos homens brancos, não foram queimados por inteiro no forno dos
881 orixás.” E eu, que sou um homem branco que não fui queimado por inteiro no forno dos
882 orixás, fico muito feliz nessas oportunidades de dar alguma contribuição para a proteção
883 daquilo que nossos irmãos, que não são tão brancos quanto eu, puderam fazer de



884 contribuição para a nacionalidade. Então queria fazer esse registro de que nós,
885 brasileiros de todas as cores, e para quem tem fé a alma não tem cor, podemos ser
886 solidários aqueles que realmente contribuíram para a formação da nossa nacionalidade”.

887 A Presidenta Jurema Machado agradeceu a manifestação do Conselheiro e, não havendo
888 mais quem quisesse fazer uso da palavra, colocou em votação o Registro do Maracatu
889 Nação, tendo o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural votado **por unanimidade**
890 **pelo Registro do Maracatu Nação como Patrimônio Cultural do Brasil, com**
891 **inscrição no Livro de Registro das Formas de Expressão**, nos termos do Parecer do
892 relator. Encerrada a votação a Presidenta abriu a palavra aos convidados oficiais e aos
893 detentores, falando inicialmente do Sr. Severino Pessoa, Diretor Presidente da
894 FUNDARPE, parabenizando o Conselho e destacando que o momento era de pura
895 emoção e que o relator descreveu de forma brilhante a realidade do povo sofrido e sua
896 manifestação cultural, baseado em um trabalho também muito sério e promovido junto
897 com toda uma equipe, como havia sido mencionado pelo Conselheiro. Pediu licença à
898 Presidenta para passar a palavra ao Mestre Sotero para que pudesse falar, por ser a
899 principal liderança hoje de Maracatu Nação no Estado. Com a anuência da Presidenta
900 do Conselho Mestre Sotero se expressou da seguinte forma: “Bom dia. Eu não sei por
901 onde começar. Primeiro quero cumprimentar a todos aqui presentes, a nossa Presidente.
902 E, assim, ao início do parecer já começou a emoção e as lágrimas já começaram a cair,
903 porque eu sempre digo em reuniões que os Maracatus Nação não precisam mais de
904 divulgação, precisam apenas de reconhecimento e principalmente de respeito por tudo
905 que a gente passou e ainda passa como o Relator falou. Muitas Nações de Maracatu
906 ainda passam por necessidades, por diversas situações que outros não passam, mas que
907 a gente ainda não consegue entender por que esse respeito não chegou ainda à gente. A
908 gente tem certeza que a partir desse momento, desse reconhecimento, a partir desse
909 respeito que vocês estão nos dando, o governo, que já se pronunciou a partir do
910 momento que ele pediu que fosse feito inventário, sentimos a iniciativa como uma
911 forma também de reconhecimento”. Em seguida a palavra foi dada ao Senhor Lidivaldo
912 Junior, Presidente em exercício da Fundação Cultural Palmares que disse estar muito
913 emocionado e que era preciso dedicar o Registro como vitória a algumas pessoas, entre
914 elas, as rainhas de Maracatu, fundamentais para a vida de cada um dos Maracatus.
915 Afirmou que elas são madrinhas, são ialorixás, são dirigentes, s são donas praticamente
916 daquela manifestação em uma posição aguerrida de manutenção de uma tradição dessa

917 perspectiva da africanidade brasileira, que é da continuidade. Enfatizou que governo,
918 Conselho, e sociedade, têm um desafio, porque um Plano de Salvaguarda precisa
919 realmente dar conta do tamanho dessa manifestação, que não é uma música, não é uma
920 dança, não é só do Carnaval, mas tem, de acordo com ele, um contínuo civilizatório no
921 Maracatu e que todos têm responsabilidade quanto a isso. Encerrados os
922 agradecimentos, iniciou-se a discussão do **pedido de Registro do Maracatu de Baque**
923 **Solto**, ponto seguinte da pauta, com apresentação do Parecer da Conselheira Maria
924 Cecília Londres Fonseca. A Conselheira, antes de iniciar a leitura, dirigiu-se aos
925 presentes: “Bom dia a todos. Para mim é um grande prazer estar relatando um bem da
926 cultura pernambucana, sou profundamente ligada ao Nordeste por sangue, inclusive três
927 quartos nordestina. Então, acho que estou, assim, mais ou menos legitimada, apesar de
928 conhecer muito pouco sobre os Maracatus. Justamente por eu ter sentido isso para fazer
929 o parecer, vou me beneficiar do detalhismo e de toda a precisão da descrição que o Luiz
930 Felipe fez. Aliás, eu vou explicar aqui que é esse termo que vai ser utilizado para
931 registro. Mais do que o Maracatu Nação, que acabou de ser apresentado, ele é muito
932 menos narrativo e muito mais performático. O Carnaval é um momento também de
933 apresentação muito importante dos Maracatus de Baque Solto, embora outros espaços
934 sejam muito importantes também na sua manifestação, na sua vida, então nós vamos
935 começar aqui com uma pequena introdução aos Maracatus de Baque Solto Piaba de
936 Ouro no Carnaval. Um momento que é chamado da chegada dos Maracatus. Os
937 instrumentos de percussão e também, com no caso do Maracatu Nação, são muitos
938 importantes. O personagem central do Maracatu de Baque Solto é o Caboclo de Lança.
939 Ele caracteriza uma das diferenças entre os dois Maracatus. É um personagem com uma
940 indumentária muito rica, muito colorida, inclusive com uma cabeleira feita de fitas de
941 celofane, uma flor na boca e surrão, que é uma capa que o encobre e que atrás tem uns
942 guizos que acompanham o movimento coreográfico dessa dança, uma dança que evoca,
943 como não podia deixar de ser, o combate, e ao mesmo tempo, segundo os estudos, é
944 uma dança que tem muito a ver com os movimentos dos canaviais, dos trabalhadores. É
945 da cintura para baixo, sobretudo. Essa é a fala exatamente das toadas, das loas, da parte
946 falada, com o ritmo, e a dança, e a coreografia. Agora não sei se está dando para ouvir
947 que tem instrumentos de sopro atrás também. Esse Maracatu é chamado também de
948 Maracatu de Trombone, e aí reside a diferença do Maracatu Nação que é percussão, e
949 essa percussão em sopro. As fantasias que eram feitas até com vidrilhos, hoje em dia

950 são com lantejoulas, uma confecção bastante trabalhosa. O Maracatu de Baque Solto
951 não tem, como o Maracatu de Baque Virado, o cortejo e a figura do rei e da rainha como
952 centrais. Aqui a figura central é o Caboclo de Lança, o Caboclo de Pena. Eventualmente
953 tem o rei e a rainha, mas, segundo eu vi no dossiê, não são personagens obrigatórios
954 como são no caso do Maracatu Nação, onde são personagens centrais. Estou fazendo
955 isso só para ter mais elementos da manifestação. Agora um aspecto importante em
956 relação ao processo é que exatamente o encaminhamento foi feito com a denominação
957 Maracatu Rural e os detentores, os que tiveram envolvidos nesse processo de elaboração
958 do dossiê, as pessoas que vivem o Maracatu, encaminharam uma solicitação de que
959 fosse mudado o nome para Maracatu de Baque Solto, e essa solicitação, que é como se
960 reconhece atualmente, embora o nome de Maracatu Rural, está muito ainda presente na
961 fala, na denominação, e essa solicitação, que foi encaminhada ao DPI, foi devidamente
962 acatada pela Procuradoria Jurídica no seu parecer, então vai ser assim o registro do
963 Maracatu de Baque Solto”. Feitas essas considerações, Maria Cecília Londres Fonseca
964 iniciou a leitura do Parecer, aqui reproduzido: **“Parecer sobre o Maracatu de Baque**
965 **Solto. Processo 01450.010231/2008-52. O PROCESSO.** O pedido de registro, no
966 Livro das Formas de Expressão do patrimônio cultural imaterial brasileiro, do Maracatu
967 Rural, foi aberto junto ao Departamento do Patrimônio Imaterial-DPI do Iphan em 18
968 de julho de 2008, a partir de solicitação do então governador do estado de Pernambuco,
969 Eduardo Henrique Accioly Campos, acompanhado por termo de anuência assinado
970 pelas comunidades produtoras do bem em questão, e pelo Memorando nº. 0556/2008,
971 da Superintendência do Iphan em Pernambuco, com a documentação e avaliação técnica
972 preliminar. Essa proposta inicial englobava em um só pedido o registro de quatro
973 folguedos de ocorrência marcante no estado - Maracatu Rural, Maracatu Nação, Cavalomarinho e Caboclinhos – e foi apreciada pela Câmara do Patrimônio Imaterial em sua
974 10ª. e 11ª. reuniões, em 17 de abril e 15 de maio de 2008, respectivamente. Nessa
975 ocasião, a Câmara deliberou pela pertinência da proposta, mas com a ressalva de que
976 esses folguedos, embora relacionados em suas trajetórias no tempo e em alguns aspectos
977 formais – sendo evidentes os pontos comuns entre eles, como várias personagens, por
978 exemplo – deveriam, no entanto, receber abordagens individualizadas, pois se
979 configuram e são considerados por seus detentores como folguedos distintos. A
980 instrução técnica do processo ficou a cargo da Fundação do Patrimônio Histórico e
981 Artístico de Pernambuco-FUNDARPE, que utilizou a metodologia do Inventário

983 Nacional de Referências Culturais-INRC. Posteriormente, foi solicitado ao proponente
984 que ajustasse o procedimento formal do pedido de registro aos requisitos do decreto
985 3551/2000, o que foi efetivado em 29 de setembro de 2014, com ofício do Secretário de
986 Cultura do Governo do Estado de Pernambuco. Outra retificação no processo foi a
987 mudança, a pedido dos detentores, da denominação do folguedo para “maracatu de
988 baque solto”, que é como se reconhecem atualmente. Essa solicitação, encaminhada ao
989 DPI, foi devidamente acatada pela Procuradoria Jurídica-PROJUR do Iphan. O processo
990 de instrução que me chegou às mãos é fartamente documentado, fruto de trabalho de
991 equipe multidisciplinar, e de que participaram ativamente membros de comunidades
992 produtoras, assim como a Associação de Maracatus de Baque Solto-AMBS, sediada no
993 município de Aliança. A esse material, foi juntado o parecer conclusivo da técnica da
994 Coordenação de Registro do DPI, Flávia de Sá Pedreira, que resumiu e analisou as
995 informações encaminhadas de forma sintética e bem fundamentada, o que muito me
996 ajudou na elaboração deste parecer. À leitura do processo, tive a oportunidade de
997 acrescentar consulta a textos e documentos audiovisuais gentilmente selecionados e
998 emprestados pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - na pessoa da Chefe
999 do Setor de Pesquisa, Elizabeth Costa – e também vídeos encaminhados por Diana
1000 Dianovsky e Flávia de Sá Pereira, do DPI, que me foram muito úteis, tanto no sentido
1001 de enriquecer o meu contato com o bem – uma vez que não me foi possível visualizá-lo
1002 in loco – como de conhecer, em mais detalhes, diferentes perspectivas de sua análise,
1003 em diferentes momentos. Dados os limites deste parecer, e o fato de estar acessível em
1004 banco de dados toda a documentação produzida para a adequada descrição do bem em
1005 questão – uma forma de expressão em que são muitos os elementos envolvidos – vou
1006 limitar minha apresentação do maracatu de baque solto a uma breve informação sobre
1007 dados que julgo essenciais para uma compreensão preliminar do que seja este folguedo,
1008 com destaque para os traços que o distinguem do maracatu de baque virado, com que
1009 partilha, além do nome, uma inescapável associação – seja no sentido de pontos de
1010 contato, seja em diferenças. A PESQUISA. O sítio pesquisado foi a Zona da Mata
1011 Norte, Recife e Região Metropolitana. “Todas as cidades que sediam grupos de
1012 maracatu foram visitadas e cerca de um terço dos 115 (cento e quinze) grupos
1013 registrados na Associação de Maracatu de Baque Solto foram entrevistados.” (parecer
1014 do DPI) Para uma descrição mais adensada, foram escolhidos onze grupos de maracatu,
1015 por suas “particularidades, sobretudo de caráter histórico e antropológico”, estando

1016 incluídos, evidentemente, os dois maracatus rurais mais antigos ainda em atividade. Em
1017 termos de datação do bem, a pesquisa feita para o INRC refere-se a relatos “de que os
1018 mais antigos maracatus foram fundados em engenhos e que seus fundadores eram
1019 trabalhadores rurais, trabalhadores de canavial, cortadores de cana-de-açúcar, entre fins
1020 do século XIX e início do século XX.” Foi devido à migração desses trabalhadores para
1021 a região do Recife, sobretudo a partir das crises econômicas do final dos anos 1920, que
1022 o maracatu rural passou a ter maior visibilidade, e hoje podemos encontrá-lo no Mata
1023 Norte, Mata Sul, Região Metropolitana e até na Paraíba. A distinção entre os dois tipos
1024 de maracatu é hoje mais evidente, pois, como pôde constatar a pesquisa, “Diferente do
1025 maracatu nação ou de baque virado, o maracatu rural ou de baque solto não descende
1026 exclusivamente da instituição dos reis do congo. É um resultado da fusão de
1027 manifestações populares – cambindas, bumba-meu-boi e cavalo-marinho, coroação dos
1028 reis negros.” Podemos concluir, portanto, que a mera análise do folguedo em sua
1029 manifestação nas áreas rurais, estradas e ruas de diferentes localidades no estado de
1030 Pernambuco, oferece indicadores bastante fortes não apenas de sua peculiaridade como
1031 de seu hibridismo – característica ressaltada por praticamente todos os que o estudaram,
1032 como veremos adiante – tanto em relação a diferentes matrizes culturais, quanto na sua
1033 relação com outros folguedos nordestinos. **BREVE CARACTERIZAÇÃO DO BEM.**
1034 Tentar descrever uma “brincadeira” de base musical e performática com palavras é
1035 tarefa inglória, porque, por mais precisas que sejam as informações, a percepção de um
1036 conjunto de elementos em movimento sempre nos escapará no que lhe é essencial: o
1037 ritmo e a coreografia, em suas múltiplas variações e nuances. Foi essa a sensação que
1038 tive ao iniciar a elaboração deste parecer. Como o dossiê preparado sob a coordenação
1039 da FUNDARPE apresenta nos seus mínimos detalhes todos os elementos estruturantes
1040 do maracatu de baque solto, inclusive em suas transformações no tempo, e relações com
1041 outros folguedos, vou, como disse acima, me limitar a delinear algumas linhas gerais
1042 que o caracterizam – recorrendo, com frequência, à redação concisa do parecer do DPI -
1043 e reportando-me, quando julgar procedente, a comparações com o maracatu de baque
1044 virado, mais conhecido como maracatu nação. O maracatu rural, ou maracatu de baque
1045 solto, como seus atuais praticantes preferem, atualmente, que seja denominado, é uma
1046 brincadeira que ocorre durante as comemorações do Carnaval e da Páscoa, mas que tem
1047 um ciclo de preparação que se inicia em setembro, com ensaios e sambadas, sobretudo
1048 nas sedes. “É composto por dança, música e recitação de versos e loas”, e, em suas

1049 apresentações em cortejos, brincantes portam indumentária vistosa e caracterizadora de
1050 cada personagem do folgado: caboclos de lança, caboclos de pena (também chamados
1051 de “arreiamás”), baianas, damas da boneca e do buquê, Mateus e Catirina, burrinha,
1052 babau, caçador, além dos músicos (grupo denominado de “terno”) e do mestre tirador de
1053 loas. Frequentemente – mas não necessariamente, como ocorre no maracatu de baque
1054 virado – desfilam também rei e rainha. Um esquema do cortejo está apresentado no
1055 dossiê, à página 134. Em matéria de instrumentos musicais, além dos de percussão
1056 (gonguê, tarol, “póica”, ganzá, bombinho), tipo utilizado tradicionalmente por seu
1057 homônimo, recorre ainda aos de sopro (trombone, piston, trompete). As cadências
1058 rítmicas são variadas, em momentos “frenéticas”. Entre as danças, múltiplas em função
1059 das personagens, sobressaem os movimentos dos caboclos de lança, que simulam com
1060 marcante agilidade vigorosos combates. Nas pausas ditadas pelo mestre de apito são
1061 entoadas loas e feitos improvisos, à moda dos repentistas. A indumentária dos
1062 figurantes merece destaque, pois sua confecção certamente é trabalhosa. Mais uma vez
1063 merece destaque a roupagem única dos caboclos de lança, talvez um dos traços
1064 distintivos mais marcantes atualmente do maracatu de baque solto, mesmo porque, por
1065 seu peso (a que se acrescentam os chocalhos atrelados à parte traseira do surrão),
1066 representa um desafio para uma dança em que os movimentos se concentram na parte
1067 inferior do tronco – o que, segundo alguns estudiosos, teria relação com a memória
1068 corporal da atividade agrícola na zona rural. A simulação de combates remete aos
1069 maracatus rurais antigos, quando ocorriam às vezes rixas entre grupos que se
1070 encontravam nas estradas. À diferença dos maracatus nações, os maracatus rurais eram,
1071 inicialmente, restritos a homens, que se fantasiavam inclusive de baianas e outras
1072 personagens femininas. Outro aspecto a ser destacado é o dos rituais de preparação para
1073 o folgado, que costumam ser mantidos “em segredo” e que, segundo vários estudiosos,
1074 evidenciam a origem religiosa do mesmo e sua ligação tanto com as culturas afro-
1075 brasileiras quanto com as indígenas. A presença da religião católica no momento da
1076 brincadeira parece estar restrita à reverência obrigatória, durante o cortejo, quando da
1077 passagem diante de uma igreja. Todo esse complexo de movimentos nas apresentações
1078 do maracatu de baque solto é coordenado pelo mestre, figura pouco visível mas
1079 fundamental na organização e condução das apresentações. **UM POUCO DE**
1080 **HISTÓRIA E DE OUTROS OLHARES.** “Brincadeiras”, “folias”, “folgados”, são
1081 termos usualmente empregados para denominar manifestações de caráter popular cuja

1082 principal característica é a presença de música, dança e representação teatral. Em
1083 estudos realizados nos anos 1930, mas só publicados integralmente em 1982, no
1084 conjunto de sua Obra Completa, e a partir de criteriosa organização de Oneyda
1085 Alvarenga, Mário de Andrade denominou essas manifestações “danças dramáticas”. No
1086 início dos três volumes de Danças dramáticas do Brasil, Mário de Andrade observa que
1087 “nunca houve um nome genérico designando englobadamente todas as nossas danças
1088 dramáticas”, e propõe a seguinte definição, evidenciando sua formação de musicólogo:
1089 “Reúno sob o nome genérico de “danças dramáticas” não só os bailados que
1090 desenvolvem uma ação dramática propriamente dita, como também todos os bailados
1091 coletivos que, junto com obedecerem a um tema dado tradicional e caracterizador,
1092 respeitam o princípio formal da suíte, isto é, obra musical constituída pela seriação de
1093 várias peças coreográficas.”. Com base em suas viagens, realizadas nos anos 1920, e
1094 sobretudo em pesquisas por ele conduzidas nos anos 1930, Mário identificou vinte
1095 danças dramáticas, entre elas os Caboclinhos, o Cavalo-marinho e o Maracatu – nome
1096 este que emprega no singular. Numa perspectiva comparativa, considerou que, neste
1097 aspecto, “o povo brasileiro evoluciona bem sobre as raças que nos originaram, e as
1098 outras formações das Américas.” O maracatu já havia sido mencionado em estudo
1099 pioneiro de Pereira da Costa (1908), e mereceu um capítulo inacabado do nosso
1100 etnógrafo modernista, mas nenhum dos dois faz menção a um tipo de maracatu de
1101 modelo distinto do maracatu nação. Certamente sua manifestação no interior do estado
1102 antecedeu em muito notações e estudos sobre esse tipo de brincadeira que, por muito
1103 tempo, foi analisada a partir de comparações com o (provavelmente) mais antigo e
1104 (certamente) mais conhecido maracatu nação, presente desde o século XIX na cena das
1105 festas no Recife. Para Mário de Andrade, “onde o Maracatu se distingue profundamente
1106 de todas as outras danças dramáticas, e outras quaisquer de nossas danças negras, é na
1107 coreografia”, o que, suponho, deve valer para ambos os maracatus. Segundo a
1108 antropóloga norte-americana Katarina Real, em sua obra O folclore no carnaval do
1109 Recife (1967), que constitui um dos primeiros estudos específicos sobre o que ela
1110 chamava de “maracatu rural”, uma das primeiras abordagens especificamente sobre esse
1111 folguedo foi feita pelo maestro Guerra Peixe em seu trabalho Maracatus do Recife
1112 (1955), que o denomina “maracatu de orquestra” ou “maracatu de trombone”.
1113 Entretanto, essa autora observa que, já no ensaio Os indecifráveis Tucháus (1948),
1114 Valdemar de Oliveira faz uma descrição de “caboclos de lança” e “caboclos de pena”

1115 com base na fototeca do pintor pernambucano Lula Cardoso Ayres, e, ao final, desafia
1116 “todos aqueles que se interessam pelo nosso folclore” a decifrar o “mistério” de sua
1117 origem e de seus significados. Segundo o texto do dossiê, foi mediante a etnofotografia
1118 e o depoimento de Lula Cardoso Ayres que Valdemar de Oliveira pôde afirmar que
1119 esses personagens emblemáticos do maracatu rural eram “vistos somente em cortejos de
1120 maracatu, especificamente no Estrela Brilhante e Cambinda Estrela”, apontando para o
1121 “único traço ameríndio na compacidade africana do cortejo”. Segundo Guerra-Peixe,
1122 Gilberto Freyre teria sido o primeiro a registrar, em seu Guia Prático, Histórico e
1123 Sentimental da Cidade do Recife, de 1934, a presença de caboclos de lança no carnaval
1124 da capital pernambucana. Mas, para todos esses autores, assim como para o escritor
1125 Ascenso Ferreira, em artigo publicado em 1951, e nos estudos que se seguiram, as
1126 origens do maracatu rural - à diferença do que ocorre com os maracatus nação,
1127 claramente identificados aos cortejos dos Reis do Congo - permanecem indecifráveis.
1128 Também sobre a origem do termo “maracatu”, e sua utilização para denominar
1129 manifestações com várias diferenças entre si, podem ser encontradas muitas hipóteses
1130 na literatura sobre o tema, mas sem bases seguras para quaisquer conclusões definitivas.
1131 Uma das poucas evidências é quanto ao início de sua ocorrência nas zonas rurais, mais
1132 especificamente nas lavouras canavieiras ao norte do estado, tendo como epicentro a
1133 cidade de Nazaré da Mata. A decadência dos engenhos, a partir da segunda década do
1134 século XX, teria empurrado lavradores para o Recife, para onde levaram suas
1135 brincadeiras, entre elas o maracatu rural. Outro consenso é quanto ao caráter híbrido
1136 desse folguedo que, além das perceptíveis referências às culturas afro-brasileiras, teria
1137 também incorporado elementos das culturas indígenas, não apenas em sua indumentária
1138 – caso dos caboclos de pena - como em sua musicalidade, e nos seus rituais de
1139 preparação – como é o caso do uso da jurema - influência já indicada por Valdemar de
1140 Oliveira no título de seu ensaio. Do mesmo modo, o maracatu rural teria incorporado
1141 ainda elementos de outros folguedos populares, como os caboclinhos, os cavalos-
1142 marinhos, o samba de matuto. Um aspecto que merece atenção – e que é objeto de
1143 discordância entre os estudiosos - é o da origem religiosa (ou não) dos maracatus rurais.
1144 Para Mário de Andrade, “nenhum desses dramas cantados do nosso povo tem origem
1145 profana,” referindo-se, é claro, aos vinte que enumerou em seu estudo. Mas sua
1146 pesquisa sobre o maracatu teve como referência as nações Leão Coroado e Sol
1147 Nascente, que estudou quando de sua passagem por Recife, no final dos anos 1920. Já

1148 Katarina Real tinha a “impressão de que os maracatus rurais não nasceram da instituição
1149 mestra do Rei do Congo”, e que representavam “uma fusão de elementos de vários
1150 folguedos populares existentes no interior de Pernambuco”, além de incorporarem
1151 toadas de maracatus-nações existentes no interior do estado. Menciona o fato de que os
1152 maracatus rurais – dos quais ela identificou onze grupos na capital nos anos 1960 -
1153 começam a aparecer no Recife “no período de 1930 para 1940”, ainda que muitos
1154 tenham sido fundados no interior antes de se transferirem para a capital. Os dois
1155 maracatus mais antigos ainda em atividade são o Cambindinha, de Araçoiaba, criado em
1156 1914, e o Cambinda Brasileira, do engenho Cumbe, em Nazaré da Mata, criado em
1157 1918, que, como já assinalei, foram, junto com mais nove grupos, selecionados para
1158 amostragem na confecção do dossiê desta proposta de registro. Essas questões, segundo
1159 o dossiê, foram abordadas também por outros estudiosos como Olímpio Bonald Neto
1160 (1976) e Roberto Benjamin (1977, 1991), todos tentando decifrar, a partir de diferentes
1161 indícios - sobretudo com a análise dos aspectos formais do folguedo - suas origens, as
1162 influências que sofreu, as significações de sua estrutura, e, inclusive, os significados que
1163 tem para os seus detentores. Todas essas informações estão detalhadamente
1164 apresentadas no capítulo “Ensaio primeiro” do dossiê. Segundo profecias de vários
1165 estudiosos, como Mário de Andrade nos anos 1930, “as danças dramáticas estão em
1166 plena, muito rápida decadência”. No caso dos maracatus rurais, esses eram escoraçados
1167 como “primitivos”, “degenerados”, “distantes da Civilização”, segundo a opinião
1168 pública, expressa em jornais já no início do século XX. Mas Mário obviamente não
1169 endossava, em termos genéricos, essa posição, que critica no final do primeiro capítulo
1170 da obra já citada, quando diz ironicamente que as danças dramáticas é que “lutam
1171 furiosamente com a...civilização. Ou melhor: esta é que luta com elas e as domina.
1172 Engraçada a civilização... Eu que amo irrefletidamente, absurdamente a vida, e que por
1173 isso não sou também contra a civilização, não consigo imaginá-la mais do que criadora
1174 de conceitos. De preconceitos.” (p. 69-70) No período do Estado Novo, o poder público
1175 procurou “disciplinar” as festas populares, e, em particular o carnaval. Mas, se na
1176 década de 1960 os maracatus não já recebiam algum reconhecimento, a própria
1177 Katarina Real testemunhou, nesse período, perseguição aos maracatus rurais,
1178 considerados pela Federação Carnavalesca Pernambucana rudes, violentos e
1179 descaracterizados. Por esses motivos, essa instituição tentava forçá-los a mudarem de
1180 ritmo para “baque virado” como o das nações africanas consideradas os maracatus

1181 “autênticos”. Esse repúdio era partilhado pela imprensa, e a antropóloga cita manchete
1182 do Diário da Noite, de 11 de janeiro de 1966, extremamente depreciativa, com o título
1183 de “MARACATUS DISTORCIDOS”. Mas Katarina não consegue esconder sua
1184 revolta, como quando conta que, “enquanto os maracatus rurais vão sendo atacados
1185 assim, em 1963, dois casais da sociedade pernambucana prepararam fantasias de
1186 “Caboclos de Lança”, ganharam o Primeiro Prêmio para grupo no Baile Municipal do
1187 Recife – e, depois no Rio, conseguiram outros primeiros lugares do “Baile do
1188 Copacabana” e no Baile Municipal. E suas fantasias eram, de fato, muito menos
1189 luxuosas que os trajes dos verdadeiros “caboclos de lança” nos belos maracatus rurais lá
1190 nos altos do Recife!” Já em seu retorno a Recife, no final dos anos 1980, Katarina
1191 encontra uma situação diferente pois, segundo ela, “entre todas as agremiações do
1192 carnaval pernambucano, são os maracatus rurais que evidenciam o maior
1193 desenvolvimento na beleza de seus trajes folclóricos e nas suas dramáticas e violentas
1194 apresentações.” Identifica 13 grupos novos e 4 sobreviventes do conjunto que
1195 mencionara em sua viagem anterior. São muitas as mudanças que ela enumera, a
1196 maioria apontando para transformações no sentido de um “enriquecimento” na
1197 apresentação desses grupos. Invisível e depois depreciado, o maracatu de baque solto
1198 vem passando por um recente processo de reconhecimento e valorização. No artigo
1199 “Maracatu Rural: breve trajetória ao longo do século XX”, publicado na coletânea de
1200 ensaios Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco, organizada por
1201 Isabel Cristina Martins Guillen, e publicada em 2008, a jornalista Mariana Cunha
1202 Mesquita do Nascimento recorre a estudos seus e de outras pesquisadoras para apontar o
1203 “consumo de tradições populares pela classe média pernambucana” a partir dos anos
1204 1970 e seus efeitos sobre a avaliação e mesmo apropriação do maracatu rural por essas
1205 mesmas classes médias. Nesse período, o movimento Armorial, liderado por Ariano
1206 Suassuna, e artistas como Alceu Valença, fazem releituras das culturas populares de
1207 Pernambuco, seguidos pelo grupo Nação Pernambuco e as bandas musicais que
1208 integraram o mangue beat. Recorrendo basicamente a análises de matérias sobre o tema
1209 publicadas na mídia pernambucana, Mariana observa que, até a década de 1990, “o
1210 maracatu rural tinha um papel de coadjuvante junto aos demais folguedos populares
1211 existentes na região, e as reportagens que o citavam eram escassas.” Mas, como
1212 consequência de um processo interno de organização, os maracatus rurais passaram a
1213 contar com sua própria associação, a AMBS, criada em 1989 por Mestre Salustiano, e



1214 citada no início deste parecer, conseguindo assim maior atenção junto à Federação
1215 Carnavalesca e, conseqüentemente, mais espaços nos desfiles, maior acesso a
1216 patrocínios e presença positiva na mídia escrita e fonográfica. Segundo a pesquisa de
1217 Ana Valéria Vicente nos jornais, apresentada no artigo citado, foi a partir do início dos
1218 anos 2000 que o “maracatu rural se consolidou como símbolo-mor da cultura
1219 pernambucana”, sendo que, em alguns casos, essa legitimação implicou em atribuir-lhe
1220 uma falsa pureza de tradições afro-brasileiras – ignorando-se assim o hibridismo que o
1221 caracteriza. Emblemática é a conversão da figura do caboclo de lança em ícone da
1222 identidade pernambucana, utilizado inclusive em propaganda eleitoral e em anúncios
1223 publicitários. Fato relevante, por outro lado, é a aglutinação, atualmente, junto à AMBS,
1224 de 115 grupos de maracatu de baque solto. Concluindo, a autora aponta para mudanças
1225 na configuração do maracatu rural, tais como “na indumentária, no tempo e forma das
1226 apresentações e na própria maneira como os foliões vivenciam a brincadeira, que tem
1227 aos poucos perdido um pouco de sua dimensão religiosa original para transformar-se em
1228 espetáculo.” Segundo alguns autores, é sobretudo nos ensaios e nas sambadas que se
1229 mantém o clima de envolvimento dos detentores com o folguedo, inclusive na sua
1230 dimensão ritualística. Mas, ao chamar a atenção para o fato de que “a utilização massiva
1231 da imagem do caboclo de lança e a repetição da ideia de que o maracatu rural simboliza
1232 a cultura pernambucana não têm, ao menos por enquanto, se revertido em melhoria
1233 efetiva na vida dos foliões, em financiamento para os custos do espetáculo ou políticas
1234 de real desenvolvimento para suas comunidades”, a autora nos ajuda a refletir em que
1235 medida o registro do Maracatu de Baque Solto no Livro das Formas de Expressão,
1236 recebendo assim o título de Patrimônio Cultural do Brasil, pode contribuir efetivamente
1237 para a preservação dos valores que justificam essa iniciativa por parte do Iphan e,
1238 especialmente, daqueles valores que zelosamente vêm sendo guardados e transmitidos
1239 por seus detentores. O compromisso com a implementação de um Plano de
1240 Salvaguarda, elaborado com base nas informações produzidas para a instrução do
1241 processo de registro e, o que é mais importante, com a participação dos protagonistas
1242 dessa manifestação cultural, parece ser um caminho pertinente, neste momento por que
1243 passa o maracatu de baque solto no seu estado de origem, no sentido de contribuir para
1244 o seu fortalecimento, sua continuidade e difusão. Por todos os motivos apresentados,
1245 sou plenamente favorável à **inscrição do Maracatu do Baque Solto em Pernambuco**
1246 **no Livro de Registro das Formas de Expressão.** Brasília, 3 de dezembro de 201.



1247 Maria Cecília Londres Fonseca. Conselheira”. A Presidenta agradeceu à Conselheira e
1248 abriu a sessão para manifestações dos Conselheiros. A Conselheira Lúcia Van Velthen
1249 indagou se havia relação entre as vestimentas e os grafismos bordados com lantejoulas
1250 nas roupas do Caboclo de lança. A Conselheira relatora respondeu que não havia feito
1251 essa pesquisa. A Presidenta Jurema pediu para o Mestre Manoel Salustiano explicar a
1252 questão. Ele informou que existe um segmento religioso dentro do Baque Solto, e que
1253 houve transformações, dando como exemplo a roupa do caboclo era vidro, era espelho,
1254 e agora, era lantejoulas. Nas suas palavras: “para a gente ser aceito a gente teria que se
1255 transformar. A gente colocou vidrilho, aí ficava mais pesado. Hoje uma indumentária
1256 pesa 40 quilos, então com vidrilho chegava a mais de 50, e aí a gente começou a utilizar
1257 lantejoulas a partir dos anos 70, foi que começou a usar lantejoulas. E o cravo? O cravo é
1258 onde está todo o segredo do caboclo. Só que a gente não fala o segredo, é o cálcio. As
1259 pessoas já entendem que tem um lado religioso e a gente cultua a Jurema indígena. O
1260 Baque Solto, ele tem registro oral que ele é do século XIX, mas só que por a gente estar
1261 dentro do engenho andando por dentro dos matos as pessoas no Recife não sabiam e só
1262 vieram ter o primeiro registro já no século XX e se transformando para ter espaço,
1263 porque as pessoas estavam saindo da Zona da Mata para se transformar em pedreiro,
1264 ajudante de pedreiro, vendedor, na capital, mas não queria deixar que morresse sua
1265 origem. Meu pai fez isso. O meu pai, ele saiu, deixou de cortar cana e foi ser artista no
1266 Recife, e lá ele cria os brinquedos. A Associação de Baque Solto foi criada porque
1267 em 89 só existia 12 Maracatus e só saíam nove. Isso no estado. E agora está voltando de
1268 novo essa queda, porque aí é a burocracia, é uma questão sobre isso, que isso possa ser
1269 discutido lá na frente. Então existe o lado religioso, o cravo é onde está todo o segredo
1270 do caboclo. A gente divide da seguinte forma: na pancada do baque virado existe uma
1271 virada, que é o mestre de baque virado; e no baque solto a gente define pelo bombinho,
1272 que ele é uma pancada solta; o tarô é que acelera; e o rito é dado pela porca que é
1273 parecida com a cuíca. A gente define pelo bombinho”. Após a intervenção de Mestre
1274 Salustiano e não havendo mais manifestações, a Presidenta **colocou em votação a**
1275 **proposta de registro**, solicitando que os Conselheiros favoráveis levantassem a mão.
1276 Os Conselheiros **aprovaram por unanimidade o Registro do Maracatu de Baque**
1277 **Solto em Pernambuco, com inscrição no Livro de Registro das Formas de**
1278 **Expressão**, nos termos do Parecer da relatora. A Presidenta convidou o Sr. Manoel
1279 Salustiano a usar da palavra. Ele agradeceu à Presidenta, aos Conselheiros e a Eduardo

1280 Campos que, segundo Salustiano foi quem teve essa ideia. “era bom que ele tivesse
1281 vivo, porque Eduardo Campos não perdia um encontro de Maracatus de Baque Solto, e
1282 eram só vinte grupos quando ele começou a comparecer a esses encontros. Meu pai teve
1283 que vender uma caminhonete velha para fazer o primeiro encontro, que ninguém
1284 acreditava naquilo, que era brincadeira de gente ignorante, era brincadeira de bêbado, de
1285 negro e que sofria uma discriminação muito grande naquela época. E meu pai vendeu
1286 um carro velho e fez o primeiro. Quando, então, todo mundo viu que aquilo era
1287 verdadeiro, que aquilo era cultura do povo, aí o poder público chegou e começou, ainda
1288 deficiente e com dificuldade, mas pelo menos olhou. A gente esse ano, está
1289 completando 25 anos de Associação e no dia 15 agora, o Maracatu, que a gente tem
1290 registro em cartório, completa 100 anos, então vocês deram o maior presente para um
1291 segmento de cultura.. Espero, Sr. Secretário de Cultura e Severino Pessoa, que a gente
1292 possa fazer uma grande festa com o Cavalo-marinho, que tenho fé em Deus que vai
1293 chegar a essa patamar também, e com o Baque Virado, porque a cultura popular sofre,
1294 não por falta de vontade do poder público, mas por causa das Leis que foram criadas.
1295 Então é bom que tenha o olhar para essa questão das leis, que a gente está sendo
1296 excluído. E muito obrigado”. Em seguida falou o Sr. Marcelo Canuto, Secretário de
1297 Cultura de Pernambuco; “Boa tarde a todos. As três manifestações hoje que vocês estão
1298 analisando são manifestações extremamente fortes e tem uma energia quando você está
1299 lá junto para ver, tem um colorido, tem a música, é muito mais do que esse filme que já
1300 transmitiu, mas é muito forte. O que o mestre falou, eu acho, como gestor público, que
1301 nosso maior desafio, agora, é conseguir chegar nessas manifestações populares que são
1302 mais frágeis, aquelas que muitas vezes não tem a certidão negativa de alguma exigência
1303 legal, é o Tribunal de Contas que chega lá. Nosso Presidente Pessoa, que é o da
1304 FUNDARPE, diz que é mais fácil a gente contratar um show de duzentos mil reais do
1305 que contratar um Maracatu por cinco mil, por causa das precauções da Legislação
1306 Brasileira, que cada dia existe mais para evitar dificuldades que nós tanto sabemos, tem
1307 nivelado o grande artista com o pequeno. Um edital para esses senhores é de uma
1308 dificuldade muito grande, você tem que ter por trás um produtor, nós sabemos da
1309 dificuldade o que é isso, quer dizer, a legitimidade de quem entra com o projeto nem
1310 sempre é a legitimidade de quem está na ponta. Eu queria dividir o que foi levantado
1311 pelo mestre, mas eu queria dividir essa preocupação, e agradecer ao Conselho. O que
1312 vocês estão reconhecendo hoje está na raiz do povo pernambucano, consequentemente

1313 da nordestina e brasileira. Então a manhã e à tarde que nós passamos aqui é
1314 extremamente proveitosa e entra, de fato, para a história da cultura brasileira. Muito
1315 obrigado”. Após esse pronunciamento, a Presidenta encerrou os trabalhos da sessão da
1316 manhã da 77ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. **PERÍODO DA**
1317 **TARDE - Dia 3 de dezembro de 2015, às 14 HORAS.** A Presidenta Jurema Machado
1318 reabriu a sessão com as seguintes palavras: “Vamos começar a nossa sessão da tarde,
1319 tendo como terceiro ponto de pauta mais uma manifestação do patrimônio cultural de
1320 Pernambuco, cujo relator é o nosso Conselheiro Arno Wehling. O tema é o cavalo-
1321 marinho. Eu antes gostaria de anunciar a presença aqui conosco da Deputada Federal
1322 Luciana Santos Ex-Prefeita de Olinda e que é uma grande parceira do IPHAN e dos
1323 temas do patrimônio e da cultura em Pernambuco. Sei que a Luciana saiu correndo, de
1324 votações importantes lá no Congresso hoje, gostaria que você usasse da palavra, porque
1325 imagino que à tarde vai ser complicado para sua presença”. Sra. Luciana Santos,
1326 Deputada Federal – “Muito boa tarde a todos os Conselheiros e Conselheiras desse
1327 Conselho tão significativo e tão importante, de defesa do patrimônio brasileiro. Eu
1328 quero saudar a todos e todas vocês em nome da Presidência do IPHAN Jurema
1329 Machado, dizer da minha alegria imensa de vivenciar um momento e o fato histórico tão
1330 importante não só para Pernambuco como para o Brasil. Eu fui Prefeita de Olinda por
1331 oito anos, hoje eu sou Vice-Presidente da Comissão de Cultura da Câmara dos
1332 Deputados, que é presidida pela Deputada Alice Portugal da Bahia. Todos nós sabemos
1333 que a manutenção dessa expressão cultural é uma perseverança, um esforço gigantesco
1334 daqueles que produzem, que fazem a cultura permanecer viva quase como sendo uma
1335 tradição de pai para filho. Um esforço hercúleo daqueles que eu acompanho de perto há
1336 muitos anos, por exemplo, o filho do mestre Salustiano, nosso saudoso mestre Salu,
1337 Manoelzinho Salustiano presente, nosso querido mestre Grimaldi também que aqui
1338 representa o cavalo-marinho. E o Manoelzinho consegue ser a representação do
1339 Maracatu Rural e do cavalo-marinho ao mesmo tempo. E o Fábio Sotero da
1340 representação do Maracatu Nação. Eu sou testemunha do quanto esses homens e
1341 mulheres persistem e procuram fazer valer dessa tradição com a força da sua paixão, das
1342 suas convicções, das suas ideias e, de fato, é um momento para além do significado
1343 simbólico, cultural é um momento de emoção para todos nós, afetivo. Por isso eu só
1344 quero agradecer, com certeza estar aqui também e saudar do nosso Secretário Marcelo
1345 Canuto que junto com o nosso Severino Pessoa da FUNDARP sabe o quanto nosso

1346 saudoso ex-Governador Eduardo, tinha compromisso com essas causas. Leda Alves que
1347 hoje é a Secretária de cultura da cidade de Recife, ela quase confunde como Ariano
1348 Suassuna se confunde com toda a trajetória do Maracatu Rural, que conseguiu ir para
1349 várias linguagens que não é só a linguagem da música, mas também da arte, das artes
1350 plásticas, da construção civil, nós temos um ambiente lá de um teatro de arena aberto
1351 com todas as formas simbólicas do movimento armorial que se confunde com o
1352 Maracatu também. Então eu peço licença a vocês e desculpas, mas aqui eu me sinto
1353 muito representada por toda a bancada pernambucana. Então, obrigado, e boa tarde”. A
1354 Presidenta agradeceu as palavras da deputada Luciana Santos e passou ao terceiro ponto
1355 de pauta o **Registro do Cavalo-marinho**, solicitando ao relator do Processo,
1356 Conselheiro Arno Wehling, que iniciasse a leitura de seu Parecer, aqui reproduzido:
1357 **“Parecer referente à solicitação de Registro do Cavalo-marinho no Livro das**
1358 **Formas de Expressão como Patrimônio Cultural do Brasil.** Analisa-se neste parecer
1359 o processo n. 01450.010230/2008-15 que se refere à solicitação de registro do Cavalo-
1360 Marinho para ser inscrito no Livro das Formas de Expressão, como Patrimônio Cultural
1361 do Brasil. O processo possui, entre seus elementos principais, instrução técnica
1362 realizada com a metodologia do INRC, Inventário Nacional de Referências Culturais,
1363 informação técnica do técnico do IPHAN Giorge Bessoni, de parecer da coordenadora
1364 de registro do Departamento de Patrimônio Imaterial, Diana Dianovsky e de parecer da
1365 procuradoria jurídica do IPHAN, além de documentação pertinente aos aspectos formais
1366 e materiais. O processo originou-se de solicitação do governo de Pernambuco em 2007
1367 ao Ministério da Cultura, para que fossem objeto de registro os “folguedos
1368 pernambucanos” – Maracatu Nação, Maracatu Rural, Caboclinho e Cavalo-Marinho. A
1369 justificação do pedido, acompanhada de documentação relativa ao bem em apreço,
1370 fundamentava-se no “reconhecimento à importância dos folguedos populares como
1371 parte integrante da história de Pernambuco e legítima representação social e cultural de
1372 seu povo”. Após exame preliminar do assunto pela Câmara de Patrimônio Imaterial, em
1373 maio de 2008, que concluiu pela viabilidade do registro e orientado quanto aos
1374 procedimentos administrativos e técnicos a seguir, o solicitante designou a FUNDARPE
1375 (Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco) para supervisionar a
1376 execução de pesquisa sobre o tema, o que ocorreu com a colaboração da
1377 superintendência regional do IPHAN naquele estado. Foi contratada empresa que se
1378 encarregou da pesquisa, realizada nos anos de 2011 a 2013, com equipe multidisciplinar

1379 da área de ciências sociais. A instrução técnica resultante da pesquisa contém dossiê
1380 descritivo submetido ao IPHAN, que descreve a investigação realizada, seus resultados
1381 e material documental, iconográfico e audiovisual sobre o Cavalo-Marinho. O processo
1382 sobre a solicitação em apreço consta de requerimento de registro, anuência de
1383 representantes de grupos de Cavalo-Marinho e da comunidade, atas das reuniões da
1384 Câmara de Patrimônio Imaterial do Conselho Consultivo do IPHAN, o próprio dossiê
1385 descritivo elaborado pelos pesquisadores contratados, a informação técnica de
1386 especialista da superintendência do IPHAN em Pernambuco, o parecer da coordenadora
1387 de registro do DPI, o parecer da procuradoria do IPHAN e documentação de movimento
1388 administrativo. Além do dossiê descritivo, há anexos com a documentação pertinente,
1389 como depoimentos orais sobre o Cavalo-Marinho, o relatório analítico do
1390 INRC/Cavalo-Marinho, informações sobre as localidades de ocorrência, vídeo
1391 documentário, conjunto fotográfico, termos de autorização de uso de imagens e
1392 diferentes registros de eventos do Cavalo-Marinho. Constituem, portanto, peças que
1393 fundamentaram o presente parecer o INRC do Cavalo-Marinho (Inventário Nacional de
1394 Referências Culturais do Cavalo-Marinho), a informação técnica, os pareceres
1395 mencionados e a documentação complementar que exemplifica diferentes
1396 manifestações. Deve ser destacada, para melhor avaliação do trabalho realizado no
1397 dossiê descritivo, a estrutura do relatório apresentado como peça de sustentação do
1398 INRC do Cavalo-Marinho. Ela se constitui de introdução sobre os procedimentos
1399 relativos ao INRC e dos seguintes capítulos, que detalham a pesquisa realizada:
1400 1. Identificação: Cavalo-Marinho: um brinquedo com sua própria história. 2. Cavalo-
1401 Marinho: uma brincadeira do mundo da cana-de-açúcar. 3. Um universo cultural e
1402 artístico chamado cavalo-marinho: como se faz a brincadeira do Cavalo-Marinho.
1403 4. Entre o antigo e o contemporâneo: o cavalo-marinho como objeto de registro. 5. A
1404 brincadeira tem que continuar... recomendações de salvaguarda do cavalo-marinho. **A**
1405 **polissemia do cavalo.** A festa ou brincadeira do cavalo-marinho enraíza-se em antigas
1406 tradições culturais e deriva de arquétipos culturais profundamente disseminados. A
1407 primeira aproximação ao tema constata que os significados atribuídos a seu elemento
1408 fundamental, o cavalo, encontram-se presentes em diferentes culturas, quer tenham ou
1409 não contato entre si. A presença material do cavalo em sociedades que o utilizaram
1410 como instrumento de transporte, tração ou guerra, ou em outras que dele apenas
1411 tomaram conhecimento, gerou toda uma construção simbólica que variou de cultura

1412 para cultura e de época para época. A antropologia - em particular nos trabalhos
1413 clássicos de John Frazer e Georges Dumézil - estuda há muito as representações
1414 simbólicas do cavalo em diferentes culturas. Robert Graves analisou suas manifestações
1415 nos mitos gregos de Pégaso, dos centauros, das amazonas e nos trabalhos de Hércules,
1416 procurando associá-los às circunstâncias sociais de sua ocorrência. As fontes históricas
1417 de diversas origens assinalam sua importância e dificilmente encontraremos uma
1418 narrativa em que não apareça, a menos que aquela sociedade não o tenha conhecido.
1419 Sua introdução em contatos interétnicos, não deixou de sublinhar o espanto e o temor
1420 com que foi percebido pelas sociedades que o ignoravam ou conheciam mal sua
1421 potencialidade, como aconteceu na antiguidade quando os assírios reuniram a carroça ao
1422 animal e construíram o primeiro carro de guerra conhecido; ou na conquista do México,
1423 quando os astecas e as populações por eles subjugadas se defrontaram com um pequeno
1424 contingente da cavalaria espanhola. Presente em diferentes sociedades e utilizado de
1425 diversas formas, o cavalo deu frequentemente uma distinção social a seu proprietário.
1426 Numa das primeiras classificações sociais para fins de organização política da
1427 comunidade, a reforma censitária de Solon, na Atenas do século VI AC, o serviço
1428 militar e a representação política foram distribuídos tendo como uma de suas variáveis a
1429 posse do cavalo, distinguindo a classe dos infantes da dos cavaleiros. Riqueza, poder e
1430 mesmo nobreza foram elementos associados ao cavalo em outros momentos da história
1431 ocidental, grega, romana ou medieval, chegando nesta ao apogeu com o verdadeiro
1432 culto à cavalaria e às suas virtudes e realizações de justiça, espírito cristão e proteção
1433 aos fracos. E os povos das estepes, fossem os hunos de Átila, os tártaros ou os mongóis
1434 tiveram no cavalo o elemento estratégico fundamental para suas conquistas e para a
1435 manutenção de seus domínios. Na península ibérica não seria diferente e a capacidade
1436 econômica de manter um ou mais cavalos era motivo de distinção social, quando não de
1437 nobreza. Um plebeu distinguia-se do restante da população camponesa ou urbana, se
1438 possuísse um “cavalo de estada em sua estrebaria”, isto é, que ele fosse capaz de
1439 alimentar sem deixá-lo solto para que pastasse aleatoriamente. Pela mesma razão se
1440 isentava das penas vis previstas no livro penal das Ordenações Filipinas, as de baraço,
1441 pregão e açoite, o mesmo privilégio atribuído à nobreza. A capacidade econômica que a
1442 posse do cavalo presumia era assim um elemento de transição social, que habilitava o
1443 indivíduo para o exercício de funções consideradas nobilitantes, primeiro passo para sua
1444 ascensão social à nobreza. Há muitos exemplos na história portuguesa e brasileira do

1445 período colonial de “mecânicos” – sapateiros, pedreiros, marceneiros, calafates, oleiros,
1446 tanoeiros, pequenos comerciantes de “tenda aberta”- cujo progresso econômico se
1447 atestava pela manutenção de um cavalo, o que por sua vez o habilitava ou a seus filhos a
1448 voos mais altos, como o exercício de cargos na administração municipal ou real. A
1449 relevância social, política e econômica do cavalo provocou a construção de um
1450 elaborado imaginário em torno do animal, atribuindo-lhe não só utilidade e um
1451 diferencial de força para seu usuário, como também virtudes como a coragem e a
1452 fidalguia. As diferentes literaturas são ricas dessas manifestações, apresentando animais
1453 com características semi-humanas, como os centauros, ou com atributos divinos, como
1454 Pégaso ou ainda mimetizando os traços humanos, como o corajoso Bucéfalo de
1455 Alexandre Magno ou o sonolento pangaré Rocinante de D. Quixote, fruto da ironia de
1456 Cervantes a serviço da crítica ao mundo senhorial que teimava em subsistir na Espanha
1457 seiscentista. Na literatura portuguesa deve-se ao fundador da dinastia de Avis, D. João I,
1458 um Livro de Montaria e a seu filho o rei D. Duarte a Arte de bem cavalgar toda a sela,
1459 tratados de equitação que revelam a preocupação em valorizar um comportamento
1460 associado à nobreza, numa sociedade que começava a aderir a valores burgueses
1461 considerados excessivos pelos monarcas, eles próprios aristocratas. No Brasil há dois
1462 trabalhos de Varnhagen, o principal historiador do século XIX, que têm o cavalo como
1463 tema direto e indireto, respectivamente o estudo da literatura dos livros de cavalarias e a
1464 caça no Brasil, e Capistrano de Abreu valoriza sua presença no mundo da pecuária
1465 colonial. Entretanto, não é na literatura do país, com poucas exceções como a de José de
1466 Alencar no Sertanejo e Guimarães Rosa no Grande Sertão Veredas, que encontraremos
1467 a representação do animal. No caso brasileiro é na cultura popular que percebemos os
1468 exemplos mais vivos da presença do cavalo no imaginário, como Luiz da Câmara
1469 Cascudo registrou no Dicionário de Folclore. Ele pode ser o cavalo fantasma que não é
1470 visto, mas apenas ouvido, emitindo uma luz clara, que se aproxima e afasta do
1471 observador, sempre à noite. Sua ocorrência se deu na região de Angra dos Reis. Pode
1472 ser também o cavalo do rio, ser encantado que aparecia no rio São Francisco e
1473 hostilizava os barcos e barcaças, afundando-as e fazendo perder sua carga. Para
1474 combatê-lo era considerado eficaz colocar sua efígie na proa da embarcação, a fim de
1475 afastar o mau-olhado. Ou o cavalo do santo, a “filha de Santo” de que se vale o Orixá
1476 para se manifestar, segundo Edison Carneiro apenas nos candomblés afro-bantos e não
1477 nos jeje-nagôs. Ou ainda o cavalo sem cabeça, “assombração comum nas regiões

1478 pastoris”, “penitência natural dos maus fazendeiros”. Semelhante à mula sem cabeça, o
1479 cavalo sem cabeça seria a encarnação do padre que não respeitou o voto de castidade ou
1480 a mulher-do-padre, isto é, mulheres que se relacionaram com sacerdotes, mas apenas as
1481 casadas e que tenham com eles vivido sete anos. **O cavalo-marinho.** Tanto quanto o
1482 cavalo, o cavalo-marinho possui uma polissemia rica. Há referências ao cavalo-marinho
1483 como sendo um ser encantado que vive nos rios ou no mar, inteiramente branco com
1484 crina e cauda de fios dourados, o que o assemelha ao cavalo do rio. Já foi associado ao
1485 hipopótamo, etimologicamente cavalo do rio e ao hipocampo, o cavalo-marinho
1486 propriamente dito. No primeiro caso, sobre o animal, de origem africana, existe um
1487 vasto repertório de tradições em diferentes culturas e idiomas da África, sendo chamado
1488 “ougueve” em abundo, “gunvo” em Ganguela e “vuo” em Tete. No segundo caso, há
1489 também diferentes tradições, como na Itália, onde é usado como amuleto contra o mau-
1490 olhado e no litoral brasileiro, onde é vendido seco para fins terapêuticos. Essas
1491 associações com o hipopótamo e o hipocampo provavelmente não se sustentam no caso
1492 do cavalo-marinho nordestino, pois suas características parecem relacioná-lo às lendas e
1493 tradições do próprio cavalo e a suas transfigurações humanas, já que ele é representado
1494 por seres humanos nas brincadeiras. Os ser encantado das águas, sejam fluviais, sejam
1495 do mar, é recorrente em muitas culturas. Aparece na primeira viagem de Simbad nas
1496 Mil e uma noites. É visto como o animal das trevas e dos poderes mágicos, como na
1497 epopeia quirqueza das estepes da Ásia central, de Er Töshtük, nos mistérios dionisíacos
1498 da Grécia antiga, no vodu haitiano e africano e no zar etíope. Isso o fez ser muitas vezes
1499 o representante da morte. É o que se constata em tradições gregas, romanas, medievais e
1500 europeias da modernidade, as duas últimas às vezes associadas à imagem cristã dos
1501 cavaleiros do Apocalipse. Frazer e Dumézil, entre outros antropólogos, estudaram essas
1502 diferentes manifestações, procurando encontrar explicações para sua ocorrência. De
1503 qualquer modo, ambos assinalam que os papéis atribuídos ao cavalo remetem aos pares
1504 simbólicos, Terra-Mãe, Lua-Água, Sexualidade-Fecundidade, Vegetação-Renovação
1505 em diferentes culturas, o que o faz também representar a abundância de alimentos e
1506 torna particularmente importante sua relação com a água, vista como fonte da vida. Em
1507 alguns povos indo-europeus, inclusive os antigos gregos, se observa uma tradição
1508 existente entre os pescadores do rio Oka, afluente do Volga, que no início da primavera
1509 sacrificavam um cavalo no rio à divindade das águas, que despertava de sua hibernação
1510 com o fim do degelo. Essa tradição é associada por antropólogos à crença largamente

1511 estendida da Europa ao Extremo Oriente, que vê o cavalo como sendo ele próprio uma
1512 divindade das águas, “participante do segredo das águas fertilizantes”, que conhecia o
1513 segredo da localização das águas subterrâneas. Provém daí as lendas que fazem brotar
1514 as fontes do impacto de suas patas no solo, como acontece na região de Bayard, na
1515 França, aliás semelhante ao mito de Pégaso descobrindo a fonte de Hipocrene – na
1516 etimologia grega, a fonte do cavalo – perto do jardim das Musas. Em algumas culturas
1517 africanas ele aparece como um “avatar ou auxiliar das divindades da chuva”,
1518 apresentando atributos como velocidade, imaginação e imortalidade. Chega-se, assim, a
1519 uma primeira aproximação entre o cavalo e a água, fluvial ou marítima e a uma
1520 identificação com força e agilidade. Tem sido observado que a imagem do cavalo
1521 associado às trevas e ao mundo subterrâneo, em diferentes culturas transmuta-se em
1522 ente ou divindade, conforme o caso, solar. A oscilação do par Lua-Sol, como a dos
1523 demais pares, remete a uma concepção cíclica da natureza e extensivamente do homem
1524 e da cultura. É numa carruagem puxada pelos cavalos que o deus solar se desloca nos
1525 céus, traduzindo metaforicamente o movimento aparente do Sol no firmamento: e isso
1526 ocorre em mitologias ou religiões distintas como em certos períodos da história egípcia
1527 (o carro do faraó), na religião mitraísta dos primeiros séculos da era cristã e na Grécia,
1528 com a carruagem de Apolo. O imaginário do cavalo aparece portanto multifacetado,
1529 ligando-se tanto aos céus quanto à água, dotado de asas ou mergulhando nos mares e
1530 rios e eventualmente transmutando-se em dragão, como o cavalo-dragão Long-Ma, na
1531 China. É um dos arquétipos das culturas, e talvez pudéssemos dizer da humanidade,
1532 cujo simbolismo extenso compreende manifestações diversas e mesmo antagônicas, nas
1533 quais sempre aparece associado à força, à velocidade e à continuidade da vida. No caso
1534 do cavalo-marinho como aparece na brincadeira/festa de Pernambuco e da Paraíba, a
1535 primeira constatação é de que a figura principal sofre uma transfiguração. O cavalo-
1536 marinho agora é o capitão, um participante que possui dragonas nos ombros e que
1537 monta um cavalo imaginário ou de pau. Na descrição de Pereira da Costa, de 1907, “O
1538 cavalo-marinho, trajando de capitão, com seu chapéu armado e dragonas, aparece
1539 montado a cavalo, mas fingidamente, com uma armação que pende à cintura, para
1540 representar o animal”. Existe também o sincretismo com outras manifestações, como o
1541 bumba-meu-boi, pois o cavalo-marinho em 1840 nele aparece, conforme registro de
1542 Lopes Gama no Carapuceiro, o que já nos faz integrá-lo no ciclo do Natal. Isso significa
1543 que há uma intercessão entre as lendas relacionadas ao cavalo com as atividades do

ciclo do Natal, que é como se apresenta atualmente de modo preponderante, embora não exclusivo. Em relação à manifestação nordestina, a referência mais antiga parece ser a de Lopes Gama em seu mencionado jornal, onde ela aparece não isoladamente, mas inserida em outro evento. Acentuando seu papel no ciclo natalino, Silvio Romero no seu livro Cantos populares do Brasil, de 1882 observou a presença do cavalo-marinho no reisado do bumba-meu-boi. Na trova que o historiador sergipano registrou, percebe-se a preeminência do cavalo-marinho: “Cavalo-marinho/ Por tua mercê / Mande vir o boi / Para o povo vê”. Câmara Cascudo comenta a trova, identificando o cavalo-marinho com “o proprietário, o fazendeiro, cavaleiro enfim e não o animal.” Mais tarde, em 1907, o historiador e polígrafo pernambucano Francisco Pereira da Costa publicou na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um alentado estudo de 700 páginas intitulado Folclore Pernambucano. Nele dedica atenção especial ao bumba-meu-boi e ao cavalo-marinho associando-o às festividades do ciclo natalino tanto em Portugal quanto no Brasil. Mas lembrava que apareciam também no Carnaval e em festas religiosas de arraial, como a de São João. Pereira da Costa considerava que o bumba-meu-boi e o cavalo-marinho na sua versão brasileira prendiam-se à expansão do gado e seriam relativamente recentes, trazendo em abono dessa interpretação os versos: “Meu boi morreu / Que será de mim? / Manda buscar outro / Lá no Piauí. E, no coro do cavalo-marinho: “Cavalo-marinho / Dança bem baiano / Bem parece ser / Um pernambucano”. O processo que analisamos fundamenta-se no dossiê, produto de pesquisa realizada por empresa contratada pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco/Fundarpe. Apesar de conter algumas indicações que se referem às manifestações do cavalo-marinho no passado, concentra-se na descrição e análise dos grupos atualmente ativos. A área geográfica onde incide o cavalo-marinho, correspondendo a municípios de Pernambuco e da Paraíba, foi classificada pela mencionada pesquisa em três grupos ou localidades. A localidade 1, denominada “extremo norte e limítrofes”, compreende os municípios pernambucanos de Camutanga, Ferreiros, São Vicente Ferrer e Itambé e o município paraibano de Pedras de Fogo. A localidade 2, “norte centro e Paulista”, corresponde aos municípios de Condado, Goiana, Aliança, Chã de Camará, Chã de Esconsio, Cidade Tabajara e Araçoiaba. A localidade 3, os municípios de Lagoa de Itaenga, Passira, Feira Nova e Glória de Goitá. Todos os municípios das localidades 2 e 3 são pernambucanos. Assim como se constata diferenças económicas e sociais nessa área geográfica, com variações nas

1577 culturas açucareira e algodoeira e na produção de gêneros alimentícios, ou diferentes
1578 sequelas do final da escravidão, também não há homogeneidade nas manifestações
1579 culturais, inclusive no que respeita às brincadeiras do cavalo-marinho. Dessa forma, nos
1580 três grupos de localidades, foram identificados pela pesquisa, a despeito de seu fundo
1581 comum, diversas expressões do cavalo-marinho, como: cavalo-marinho Estrela do
1582 Oriente, Cavalo-Marinho Boi de Ouro, Cavalo-Marinho Boi Pintado, Cavalo-Marinho
1583 do Mestre Batista, Cavalo-Marinho Boi Matuto, Cavalo-Marinho Boi Coroado, Cavalo-
1584 Marinho Tira Teima, Cavalo-Marinho Boi Teimoso e Cavalo-Marinho Boi Ventania.
1585 Somente no município de Condado existem hoje três grupos, o Cavalo-Marinho Estrela
1586 de Ouro, o Cavalo-Marinho Estrela Brilhante e o Cavalo-Marinho Boi Brasileiro. **Cada**
1587 **um desses grupos possui seu mestre responsável.** Segundo o dossiê, o cavalo-marinho
1588 é autodenominado por seus participantes como uma brincadeira que tem como
1589 elementos: dança, teatro de máscaras, música, poesia, louvação, ritual e canto. Compõe-
1590 se da “dança do magui (ou mergulhão), da dança dos “aico” (arcos) ou baile das
1591 baianas, das figuras (personagens mascarados), dos bichos, das personagens Mateus (ou
1592 Caroca), Bastião e Catirina, do Banco, do Caboblo de Arubá (ou caboclo de Pena), das
1593 baianas, do Cavalo e do Boi. Movimentam a brincadeira as loas (poesias recitadas), as
1594 toadas (músicas cantadas) e os diálogos (falas das personagens que contracenam com o
1595 Cavalo-Marinho). Essas manifestações ocorrem no contexto de um enredo que não é
1596 inalterável para todos os grupos de Cavalo-Marinho, cada qual possuindo sua
1597 singularidade dentro da temática geral. A pesquisa identificou três grandes linhagens de
1598 formação histórica de Cavalos-Marinheiros, com duas variantes principais. A narrativa
1599 básica, presente nos diversos grupos principia com os preparativos para uma festa que o
1600 Capitão vai dar em homenagem ao Santo Rei do Oriente. Contrata então dois negros,
1601 Mateus e Bastião e a negra Catirina para tomarem conta da festa em sua ausência. Os
1602 encarregados não fazem isso e desorganizam o terreiro, que só volta à ordem com a
1603 chegada do Soldado (em outras versões o Caroca “empaca o samba” com sua desordem
1604 e o Liberá o “solta”). A partir daí entram as figuras mascaradas, cuja atuação culmina
1605 com a Estrela, uma parte da “dança dos aico” (arcos) em louvação do Divino Santo Rei
1606 do Oriente. Ao todo cerca de 70 figuras participam da brincadeira que, não obstante o
1607 Cavalo-Marinho/Capitão ser a figura mais importante, sempre termina com a aparição
1608 do Boi. A música que acompanha a apresentação é a do canto e do baião, sendo
1609 instrumentos a rabeca, o pandeiro, o bage e o ganzá, embora haja pequenas variações

1610 entre os grupos, com a substituição ou acréscimo do pandeiro pelo bombo. As duas
1611 variantes da narrativa correspondem ao Cavalo-Marinho musicado pelos bombos ao
1612 Cavalo-Marinho sem bombo. A representação se inicia com uma cena de “negociação
1613 de trabalho”, na expressão dos pesquisadores, que retrata as características da economia
1614 canavieira à qual pertencem os participantes. Os diálogos entre o Capitão/Cavalo-
1615 Marinho e Mateus ou Caroca, embora existam variações pelos grupos, são pontuados
1616 pelo preço da atividade a ser desenvolvida pelos trabalhadores (a empreitada,
1617 “empeleitada” na expressão local) e pelos demais aspectos que ocorrem nesse universo
1618 de trabalho na ausência do Capitão. Ao se referir aos “aspectos constitutivos do Bem”
1619 cultural, os pesquisadores buscaram caracterizar dois grandes grupos de elementos, os
1620 culturais-artísticos e os sócio-históricos. Os elementos culturais-artísticos considerados
1621 foram a estrutura espacial (o folguedo se dá em semicírculo com as cenas de frente para
1622 o banco dos músicos e as figuras entrando na “roda do samba” pelo lado oposto), a
1623 estrutura espacial dos músicos (sentados no banco ou em cadeiras enfileiradas, só se
1624 levantam no momento da estrela, que inicia o “baile dos aico” ou, em outras
1625 localidades, quando chega o Cavalo-Marinho e no final da apresentação), a presença da
1626 figura do negro em negociação com o Capitão, a presença da figura do Capitão
1627 (portador do apito, que aciona na abertura e no fechamento das “partes” ou cenas da
1628 representação), a presença da figura do Cavalo e do Capitão Marinho (o Cavalo e seu
1629 mestre cavaleiro, isto é, o Capitão ou Cavalo-Marinho), a presença do boi no final da
1630 brincadeira (que corresponde à desorganização do terreiro e às vezes com a derrubada
1631 do banco dos músicos), a presença de figuras e a ocorrência de uma ordem inicial fixa
1632 de acontecimentos (que corresponde à entrada em cena da sequência de figuras), a
1633 existência de uma narrativa que envolve temas como o trabalho, a festa e a louvação do
1634 Santo Rei do Oriente (sendo o tema principal a homenagem ao Santo Rei ou aos Santos
1635 Reis do Oriente – que podem representar respectivamente Jesus Cristo ou os Reis
1636 Magos – e os subtemas a negociação da empreitada e a realização da festa), a utilização
1637 de piúas ou piadas de duplo sentido (com temática de conotação sexual do universo
1638 masculino, pois aparentemente só em tempos recentes as mulheres se incorporaram à
1639 brincadeira e nunca enunciam as piúas), a definição do Cavalo-Marinho como
1640 brincadeira (todos os grupos referem-se à festa desta maneira), a existência de cinco
1641 frentes de figuras: os negros, o capitão, a galantaria e as baianas, os bichos e as figuras
1642 mascaradas, a existência do momento da sorte (que consiste em pedir dinheiro aos



1643 assistentes, forma de remuneração dos brincadores quando ainda não havia o atual
1644 sistema de contrato) e a existência do Mestre (que varia nas localidades como a do
1645 Norte-Centro e Paulista, onde é o responsável pelo canto das toadas, denominando-se
1646 “Mestre dos Aico” e do Sul-Oeste, onde o Mestre tem a função do Capitão/Cavalo-
1647 Marinho propriamente dito). “Normalmente, dizem os pesquisadores, cada Cavalo-
1648 Marinho tem seu Mestre dentro e fora da brincadeira”, podendo ou não ser a mesma
1649 pessoa. Os elementos sócio-históricos envolvem aspectos como a existência do dono do
1650 brinquedo (não necessariamente o Mestre, mas o detentor dos instrumentos utilizados,
1651 em geral guardados sob sua responsabilidade), o momento calendário/anual principal de
1652 realização da brincadeira (no ciclo natalino, estendendo-se de dezembro até 6 de janeiro,
1653 Dia de Reis, mas podendo ocorrer em outras ocasiões, como nas festas dos padroeiros
1654 das cidades e em outras datas comemorativas locais), a vivência histórica com o mundo
1655 do trabalho rural e em particular a cana-de-açúcar (são comuns as menções aos
1656 engenhos, às empreitadas rurais e às delimitações de terras), a referência direta ou
1657 indireta ao passado escravista (em registros do século XIX e afirmações de
1658 componentes atuais dos grupos fala-se em no Cavalo-Marinho como “brincadeira de
1659 escravos” e a figura dos negros, mesmo mencionando-se agora uma relação contratual,
1660 portanto de trabalho livre, evoca o passado escravista), a composição social estável (há
1661 poucas variações nos tipos sociais, sempre vinculados ao universo rural nordestino e em
1662 particular pernambucano e a hierarquia das personagens é praticamente estática, com os
1663 iniciantes na brincadeira começando como arlequins), a negociação com os poderes
1664 públicos e privados (envolvendo no passado autorizações dos senhores de engenho e
1665 das autoridades policiais, no presente contratos de apresentação, quase sempre com
1666 órgãos públicos municipais ou estaduais) e a realização do brinquedo em uma área
1667 historicamente rural, mas que na atualidade já possui características urbanas. Como
1668 observa a coordenadora de registro do DPI ao caracterizar o “objeto de registro”, o
1669 Cavalo-Marinho é uma “brincadeira popular” que envolve performances dramáticas,
1670 musicais e coreográficas. (...) pode ser entendido como um grande teatro popular no
1671 qual são representadas as cenas do cotidiano (da vida presente e passada) dos seus
1672 participantes (...) Contém ainda louvação ao Divino Santo Rei do Oriente, possui
1673 momentos em que há culto à Jurema sagrada. O Cavalo-Marinho se realiza num terreiro
1674 de chão plano e geralmente ao ar livre; a formação da brincadeira é em semicírculo com
1675 espaço para a plateia. Pode durar muitas horas mas atualmente tem seu tempo de

1676 execução reduzido devido a contratos de apresentação.” Como toda atividade cultural,
1677 verificam-se mudanças nas manifestações do Cavalo-Marinho não apenas sincrônicas,
1678 como as até aqui mencionadas, mas também diacrônicas, já que é uma tradição sobre a
1679 qual incidem situações sociais, econômicas e culturais que acabam por introduzir
1680 modificações em sua expressão. A comparação entre as referências oitocentistas e as
1681 práticas atuais evidenciadas no dossiê deixa clara tal situação, sem que, entretanto,
1682 possa falar-se em descaracterização do bem. A coordenadora do DPI em seu relatório
1683 identifica alguns problemas e discute diretrizes para ações de apoio e fomento sugeridas
1684 no dossiê. No primeiro caso, aponta quatro situações que afetam o desempenho das
1685 festividades do Cavalo-Marinho. A primeira é a da insuficiência de recursos alocados
1686 pelos contratantes, geralmente as prefeituras municipais, aos participantes, provocando
1687 a redução do tempo da brincadeira e afetando assim seu impacto nas performances e na
1688 transmissão do saber. A segunda refere-se à profissionalização de artistas populares,
1689 “inseridos no mercado cultural de uma forma que o valorize e ao mesmo tempo respeite
1690 a prática tradicional da brincadeira.” A terceira situação é a da organização coletiva dos
1691 diversos grupos de Cavalo-Marinho, seus eventuais contatos e sua articulação frente às
1692 políticas públicas. A quarta é a da dificuldade representada pela ausência de sede dos
1693 grupos, o que dificulta os ensaios e outras atividades preparatórias dos eventos. No
1694 segundo caso, pondera que algumas sugestões encontram-se no âmbito das ações de
1695 salvaguarda de bens culturais de competência do IPHAN, enquanto outras fogem a sua
1696 esfera de atuação, exemplificando com a ação sugerida pelo dossiê de “reivindicar junto
1697 ao Ministério da Cultura e Ministério do Trabalho e Emprego o reconhecimento
1698 profissional dos mestres e brincadores do bem cultural e, conseqüentemente, sua
1699 aposentadoria.” O processo de solicitação do Cavalo-Marinho à inscrição no Livro das
1700 Formas de Expressão como Patrimônio Cultural do Brasil encontra-se suficientemente
1701 instruído para que o Conselho Consultivo do IPHAN possa sobre ele deliberar, tendo
1702 como suas principais peças o dossiê que retrata a pesquisa realizada sobre o tema, seus
1703 anexos compreendendo os documentos comprobatórios da atividade, a instrução do
1704 técnico do IPHAN Giorge Bessoni, o parecer da coordenadora de Registro do
1705 Departamento de Patrimônio Imaterial Diana Dianovsky e o parecer jurídico da
1706 procuradoria do IPHAN, este último com recomendações de natureza formal, inclusive
1707 sobre a publicação do aviso da iminência do registro e recomendações cautelares em
1708 relação à cessão de direitos autorais do material constante do processo. Quanto a este



1709 último aspecto, a coordenadora do DPI informa que, no caso de falta de algumas
1710 autorizações, foi solicitado à Superintendência do IPHAN em Pernambuco e à
1711 FUNDARP a coleta das mesmas durante a realização das ações de salvaguarda,
1712 restringindo, se necessário, o uso externo das imagens nos casos de não localização ou
1713 não concordância. Os eventos do Cavalo-Marinho são significativa manifestação
1714 cultural brasileira e a solicitação para seu registro no Livro das Formas de Expressão do
1715 Patrimônio Cultural do Brasil enquadra-se nas normas vigentes sobre o assunto, desde
1716 os preceitos constitucionais até a legislação pertinente, chegando à Resolução 001 de
1717 2006. Os elementos que compõem a brincadeira do Cavalo-Marinho possuem múltiplos
1718 significados, como quase sempre ocorre em manifestações culturais dessa natureza.
1719 Atestam a realidade sócioeconômica da região nordestina e suas transformações no
1720 tempo, como a passagem da economia açucareira tradicional, baseada no engenho e
1721 preponderantemente rural para a usina de açúcar e para uma sociedade que se urbaniza,
1722 mesmo em pequenas cidades. Permitem constatar a introdução de elementos novos,
1723 traços culturais antes inexistentes e que se incorporam às práticas tradicionais, como
1724 acontece com a “roda do samba” que não existia no século XIX, a sua incorporação a
1725 outras festas do ciclo natalino ou a introdução de elementos arquetípicos como a figura
1726 do Arlequim. Corroboram a tese de Johan Huizinga no seu clássico Homo ludens, que
1727 afirma ser o lúdico não apenas um componente da cultura, entre outros, antes
1728 constituindo um aspecto intrínseco à cultura: assim como o homem é um ser social ou
1729 político, porque gregário, ou econômico, porque produtor, ele também é um ser lúdico,
1730 porque brinca ou joga. A realidade ontológica do ser humano é uma interação
1731 permanente dessas variáveis, cuja enunciação é mero esforço classificatório para tentar
1732 dar organicidade ao conjunto percebido pelo observador, que certamente nunca esgota o
1733 universo observado. O Cavalo-Marinho, como tantas outras práticas culturais, é
1734 exemplo vivo dessa interação de variáveis: na brincadeira/festa constrói-se uma
1735 identidade, que deixa entrever a multiplicidade de variáveis que constituem o cerne da
1736 própria vida em sociedade. Pelo exposto, **o parecer é favorável à inscrição do Cavalo-**
1737 **Marinho no Livro das Formas de Expressão, registrando-o como Patrimônio**
1738 **Cultural do Brasil.** Brasília, 3 de dezembro de 2014. Arno Wehling, Conselheiro”. A
1739 Presidenta Jurema Machado agradeceu ao Conselheiro pela apresentação do Parecer e
1740 abriu a palavra para manifestação dos Conselheiros. Não houve manifestação, então, a
1741 Presidenta colocou em votação do Registro do Cavalo-marinho, pedindo para os

1742 Conselheiro favoráveis que levantarem o braço. **Por unanimidade foi aprovado o**
1743 **Registro do Cavalo-marinho com Patrimônio Cultural do Brasil, com inscrição no**
1744 **Livro das Formas de Expressão, nos termos do parecer do relator.** Após as
1745 manifestações de agradecimento ao Conselho por parte de Mestre Grimaldi por tornar o
1746 Cavalo-marinho patrimônio cultural, a Presidenta passou para o próximo ponto de
1747 pauta, o Registro da Tava Miri São Miguel Arcanjo, relatado pela Conselheira Carla
1748 Maria Casara, aqui reproduzido. **“Parecer sobre o Registro da TAVA MIRI São**
1749 **Miguel Arcanjo - Lugar de Referência Cultural para os Guarani** (Processo IPHAN
1750 nº 01450.016457/2007-85). Tenho a honra de submeter aos membros do Conselho
1751 Consultivo do Patrimônio Cultural parecer sobre o registro da Tava, Lugar de
1752 Referência para o povo Guarani como Patrimônio Cultural do Brasil, atendendo à
1753 solicitação encaminhada pela Secretaria Executiva do Conselho Consultivo, do Instituto
1754 do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através do Despacho nº
1755 035/2014, em 25 de novembro de 2014. Para a análise, recebi da Secretaria Executiva
1756 do Conselho Consultivo o Processo nº 01450.016457/2007-85 (Vol. I e II), que trata do
1757 pedido de registro do referido bem cultural de natureza imaterial, tendo como
1758 interessada a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul. O Processo tramitou
1759 seguindo os procedimentos adequados às exigências legais. Traz vasto material
1760 diversificado, como dossiê, documentação ilustrada por material fotográfico e
1761 audiovisual de excelente qualidade, memórias de encontros e entrevistas, pesquisas
1762 históricas e bibliográficas e pareceres das áreas técnicas do IPHAN. Destaco a
1763 consistência dos documentos, que compõem o Processo com informações que
1764 proporcionam a compreensão do assunto com bastante clareza. Quero ressaltar que na
1765 elaboração deste parecer contei com a competente e dedicada colaboração da
1766 historiadora Beatriz Muniz Freire, da Superintendência do IPHAN/RS, a qual agradeço
1767 profundamente. Como gaúcha de Caxias do Sul/RS, fui ensinada a considerar as
1768 Missões Jesuíticas dos séculos XVII e XVIII como uma realização dos jesuítas. No
1769 entanto, ao preparar esta relatoria, pude descobrir, com surpresa e encantamento, que o
1770 sítio histórico de São Miguel Arcanjo possui significados de grande importância para o
1771 povo Guarani, significados estes relacionados não só a seu passado, mas também ao seu
1772 presente e futuro. No idioma Guarani-Mbyá, o termo Tava é composto da junção de
1773 ‘ita’ (pedra) e ‘avá’ (gente, humanidade), traduzindo a ideia de ‘ação humana sobre as
1774 pedras’ ou ‘construção de pedra’. Trata-se de processo de registro da Tava, que

1775 compreende o sítio histórico São Miguel Arcanjo, localizado no município de São
1776 Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, sítio que abriga os remanescentes da antiga
1777 Redução Jesuítica Guarani. O sítio foi constituído como patrimônio cultural pelo
1778 IPHAN, em 1938, e declarado patrimônio da humanidade, pela UNESCO, em 1983.
1779 Como bem demonstrado no Dossiê de Registro e no Parecer nº 667, de 25 de agosto de
1780 2014, a Tava em São Miguel Arcanjo, além de fazer parte das narrativas que mantêm
1781 viva a memória da trajetória dos Guarani, é um espaço dinâmico, em que eles estão
1782 presentes todos os dias. As ruínas da igreja e de outras estruturas do antigo aldeamento
1783 missioneiro concedem a essa Tava uma condição de singularidade, por tornar visíveis a
1784 todos, certas concepções de vida dos Guarani e aspectos de sua relação com o sagrado.
1785 As marcas dos passos dos antigos, seus antepassados, estão gravadas nas pedras, nas
1786 imagens, no lugar. Esses antepassados, que construíram as Missões a pedido dos
1787 Nhande Ru – as divindades Guarani – seguiram sua caminhada e hoje se encontram na
1788 morada dos imperecíveis. As estruturas, por estarem em ruínas, dão testemunho de que
1789 o mundo terreno é marcado pela imperfeição e pela finitude. Ao mesmo tempo, por
1790 serem marcos da caminhada ‘dos antigos’, indicam aos Guarani o caminho a ser
1791 seguido, nos dias de hoje. Razão pela qual elas não devem jamais ser reconstruídas.
1792 Precisam permanecer como ruínas, como testemunhos de uma ‘mensagem verdadeira’.
1793 A Tava é, também, lugar onde os Guarani da Aldeia Koenju vendem seu artesanato,
1794 participam de eventos educativos e apresentações musicais, de encontros e reuniões,
1795 enfim, realizam atividades diversas, tanto internas quanto voltadas para os não-
1796 indígenas. Por tudo isso, a Tava é um espaço privilegiado para que os Guarani possam
1797 contar sua história, não só para seus filhos e filhas, mas também para os não-indígenas,
1798 pois o sítio recebe intensa visitação, principalmente de jovens estudantes, levados por
1799 seus professores, além de turistas de diferentes perfis (são cerca de 60 mil visitantes ao
1800 ano, 70% dos quais são estudantes do Ensino Fundamental). Visitantes que, na sua
1801 maioria, têm uma visão pouco realista e, em muitos casos, preconceituosa em relação
1802 aos povos indígenas em geral, desconhecendo sua importância na formação e na atual
1803 composição da sociedade brasileira. Conforme assinala o brilhante Parecer dos técnicos
1804 do IPHAN/RS, Beatriz Freire e Marcus Benedeti: “(...) o processo de Registro da Tava
1805 em São Miguel Arcanjo trata de questões importantíssimas, como a relação de uma
1806 instituição do Estado brasileiro com um povo indígena que, utilizando-se dos caminhos
1807 hoje disponibilizados pela política de salvaguarda do patrimônio imaterial, vem requerer



1808 o direito de contar sua história e afirmar a profunda ligação desse bem cultural com seu
1809 modo de estar no mundo. Trata das relações entre indígenas e não-indígenas, num
1810 espaço de visitação pública, implicando em uma reflexão sobre os modos como esse
1811 bem cultural é visto por distintos sujeitos. Trata, por fim, dos esforços realizados pelos
1812 Guarani-Mbyá para vivenciarem a Tava em melhores condições e mudarem o modo
1813 como são vistos pelos não-indígenas”. Como se verá no texto que se segue, o próprio
1814 IPHAN está revendo o modo como a história missioneira é retratada nos sítios
1815 tombados como patrimônio cultural, e foi no contexto dessa revisão que se deu o pedido
1816 de Registro da Tava. Para esclarecimento dos membros do Conselho Consultivo, farei
1817 agora uma síntese do rico conteúdo dos documentos que integram o processo de
1818 Registro em julgamento. Início pela fundamentação histórica apresentada no Parecer nº
1819 667/2014, que relata a constituição de um ideário sobre as Missões, no qual os
1820 indígenas são retratados como personagens secundários, e ao qual o processo de
1821 Registro da Tava oferece um contraponto. Farei, em seguida, uma breve descrição da
1822 instrução do processo de Registro e, com base no Dossiê que integra o referido
1823 processo, tratarei da caracterização da Tava como referência cultural, comentando sua
1824 complexa relação com a cosmologia e com a territorialidade Guarani. 1.Fundamentação
1825 histórica e o contexto do pedido de reconhecimento da Tava como lugar de referência
1826 para o povo Guarani. Conforme descrito no já citado Parecer nº 667/2014, a solicitação
1827 de Registro da Tava foi endereçada à presidência do IPHAN em setembro de 2007, por
1828 parte de doze lideranças Guarani-Mbyá de seis estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, RJ
1829 e ES) e uma liderança do Paraguai, que estavam participando do Encontro Internacional
1830 Valorização do Mundo Cultural Guarani. O que o pedido reivindica é o reconhecimento
1831 de significados e sentidos atribuídos pelo povo Guarani ao sítio histórico que abriga os
1832 remanescentes da antiga Redução Jesuítico-Guarani de São Miguel Arcanjo. Em 2004, a
1833 Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul, em parceria com a Universidade
1834 Federal daquele estado (UFRGS), havia iniciado um trabalho com comunidades
1835 Guarani-Mbyá, como parte do projeto de atualização do discurso institucional sobre a
1836 história missioneira, e de requalificação da exposição do Museu das Missões, datada de
1837 1984. O modelo interpretativo até então adotado pelo IPHAN, parcialmente baseado na
1838 historiografia sul-riograndense anterior aos anos 70, atribui a autoria do sistema
1839 missioneiro exclusivamente aos jesuítas, retratados como “(...) civilizadores,
1840 responsáveis pela introdução do gado, do arado, da escrita, das técnicas construtivas e

1841 artesanais, da estética barroca e da religião cristã na região da bacia do rio da Prata” ,
1842 em contraposição aos indígenas, que teriam apenas “capacidade de imitação, ou, nas
1843 palavras do historiador Aurélio Porto, ‘inteligência reprodutiva’” . Segundo essa
1844 perspectiva, os indígenas que viviam nas Reduções Jesuíticas teriam sido aprendizes
1845 habilidosos, catequizados, educados e governados pelos religiosos, desempenhando
1846 apenas um papel secundário no processo de constituição e perpetuação do sistema
1847 missionário. Com a expulsão dos jesuítas e o fim do projeto missionário, esses
1848 indígenas, supostamente cristianizados e “civilizados”, teriam se mesclado à sociedade
1849 colonial, dando origem a uma população mestiça. De acordo com essa visão, o Guarani
1850 missioneiro não teria descendentes vivendo como indígenas. Os demais Guarani, que
1851 haviam permanecido nas matas, recusando-se a viver nos aldeamentos, não teriam tido
1852 qualquer relação com o projeto missionário e suas realizações e nem mesmo contato
1853 com os Guarani ‘reduzidos’. Eles seriam os antepassados dos Guarani contemporâneos,
1854 ou seja, os Guarani de hoje não teriam ligação com as Missões. Ainda hoje, este é, em
1855 síntese, o ‘retrato’ que se tem dos Guarani missioneiros quando se visita o sítio de São
1856 Miguel Arcanjo e o Museu das Missões, nos quais quase não há contextualização
1857 histórica. O Parecer nº 667/2014 chama atenção para o fato de que o tombamento de
1858 São Miguel Arcanjo, em 1938, foi motivado pela atribuição de valor artístico e
1859 arquitetônico, o que levou o IPHAN a dedicar-se arduamente à conservação dos
1860 remanescentes do antigo aldeamento, priorizando seu aspecto estético. A presença diária
1861 dos Guarani-Mbyá, sentados no alpendre do museu para venda de seu artesanato, ou
1862 circulando silenciosos pelo sítio, constituía-se, em 2004, numa situação paradoxal. A
1863 proposta de atualização desse discurso tomou por base estudos produzidos, a partir dos
1864 anos 90, nos campos da História, da Etno-História e da Antropologia, que oferecem um
1865 outro olhar sobre a experiência histórica missioneira e sobre a formação da sociedade
1866 regional, bem como outra compreensão sobre o papel dos povos indígenas nesses
1867 processos. O mesmo parecer traz uma longa fundamentação histórica, da qual destaco
1868 aqui os pontos que me parecem os mais relevantes para a avaliação do pedido de
1869 Registro submetido a este Conselho Consultivo. - São Miguel Arcanjo foi um dos 30
1870 aldeamentos fundados nos séculos XVII e XVIII, por religiosos da Companhia de Jesus
1871 e por indígenas de diversas etnias, sobretudo Guarani, num extenso território, na região
1872 do Rio da Prata, que hoje faz parte da Argentina, do Brasil e do Paraguai. A criação dos
1873 aldeamentos, conhecidos como Reduções, foi uma importante estratégia da Coroa

1874 espanhola para garantir a continuidade da colonização na América meridional, diante do
1875 alarmante decréscimo da população indígena, principal fonte de mão de obra, causado
1876 pela disseminação de doenças transmitidas pelos conquistadores e pela intensificação de
1877 rebeliões indígenas, motivada pela introdução da encomienda na região. As Reduções
1878 eram núcleos urbanos, ligados por caminhos, formando um complexo que contava com
1879 estâncias, ervais, capelas, currais, fontes de água, etc. Sua população podia chegar a
1880 cerca de 6.000 indígenas, com predomínio do Guarani, e dois a três religiosos. Geridos
1881 por lideranças indígenas e pelos religiosos, os aldeamentos não eram homogêneos, mas
1882 sim “variações concebidas com ativa participação dos nativos, cujo sistema de
1883 organização em famílias extensas se fazia presente na divisão do espaço. Até o final do
1884 século XVII, as reduções eram compostas de estruturas singelas, desconfortáveis e
1885 multifuncionais”. As estruturas monumentais, cujas ruínas estão preservadas pela
1886 patrimonialização, seriam lentamente construídas, em meio a períodos de estabilidade e
1887 de crises. - A população Guarani missioneira nunca esteve isolada. Relatos produzidos
1888 pelos jesuítas demonstram, em diversas passagens, que os Guarani missioneiros
1889 mantinham-se em contato com os que viviam nas matas, recorriam aos seus líderes
1890 religiosos, para desespero dos padres, e alternavam períodos de permanência e de
1891 ausência nas Reduções, conforme sua conveniência, mantendo-se em circulação ao
1892 longo de seu território tradicional.- O fim do sistema missioneiro decorreu da decisão
1893 das Coroas de Portugal e de Espanha de definirem as fronteiras de suas possessões,
1894 firmando o Tratado de Madri, em 1750. Segundo esse tratado, “a Colônia do
1895 Sacramento, que era de domínio português, deveria ser trocada pelos chamados Sete
1896 Povos das Missões (os sete últimos aldeamentos que haviam sido fundados no atual
1897 território do Rio Grande do Sul), localizados na margem esquerda do rio Uruguai, que
1898 eram de domínio espanhol”. Além das terras, também “as lavouras, os ervais, o gado,
1899 as estâncias com suas edificações, as plantações de algodão, os templos e oficinas,
1900 deveriam ser entregues aos portugueses, que haviam sido, por décadas, inimigos
1901 ferrenhos das Missões”. Os Guarani de seis dos Sete Povos se recusaram a aceitar o
1902 Tratado e enfrentaram o exército formado por forças de Portugal e de Espanha na
1903 Guerra Guaranítica (1753-1756), conflito que resultou num violento decréscimo da
1904 população nativa na região. Apesar da Guerra, do decréscimo populacional e das
1905 difíceis relações posteriormente mantidas entre os Guarani que permaneceram na região
1906 e as autoridades portuguesas, as estruturas missioneiras continuariam ocupadas ao longo

do século XIX. - Os Guarani permaneceram ‘em trânsito’, ora vivendo em pequenos ranchos, ora se ocultando nas matas, ora prestando serviços nos povoados locais. Tal mobilidade indígena era vista pelas autoridades coloniais como ‘deserção’. Posteriormente, a historiografia sul-riograndense formularia a tese do ‘espaço vazio’, afirmando que a população indígena havia se extinguido na região dos Sete Povos das Missões. Com base em relatos de viajantes que percorreram a região ao longo do século XIX, estudos posteriores à década de 90 permitem afirmar que o antigo território das Missões permaneceu ocupado e que as estruturas das Reduções, ainda que em progressiva degradação, devem ser vistas como espaços em “transformação constante”. A literatura histórica recente e, de certo modo o processo de Registro da Tava, dão testemunho de que os ensinamentos dos jesuítas, bem como as técnicas por eles introduzidas, foram apropriadas pelos Guarani segundo a lógica de sua visão de mundo e de suas estratégias de autopreservação. Como, aliás, eles vêm fazendo desde os tempos dos primeiros contatos com os colonizadores. O parecer dos técnicos do IPHAN cita, “a idealização das Missões como obra dos jesuítas, e dos indígenas como ‘tábulas rasas’ modeladas pelos religiosos (ou como aguerridos ‘infiéis’ que recusaram aquela experiência civilizatória) tornou-se senso comum e, ainda hoje, se perpetua pela educação formal.” (p. 10) Exemplo impressionante é o texto produzido por estudantes do Ensino Fundamental, em 2006, após visitarem o sítio de São Miguel Arcanjo, em que se lê: “ (...) dirigidos pelos jesuítas, além de aprenderem a rezar, aprenderam também a plantar (trigo, milho, feijão, mandioca), a extrair erva-mate, a criar gado. [Nas missões eles] trabalhavam como ferreiros, pedreiros, carpinteiros, faziam até imagens de santos em madeira, instrumentos musicais e outras coisas que aprendiam com os padres”. Outro importante exemplo de idealização das Missões é o espetáculo de som e luz, apresentado todas as noites no sítio histórico de São Miguel Arcanjo. Finalizando essa introdução, observo que o material produzido contém uma relevante reflexão crítica sobre o modo como o IPHAN apresenta os remanescentes missioneiros aos visitantes, que não vou reproduzir aqui, devido ao tempo que me cabe para a relatoria.

2.O Inventário Cultural Guarani e o processo de Registro. O projeto de atualização do discurso do IPHAN buscou formas de contar a história das Missões (e não apenas das estruturas edificadas preservadas pelo tombamento), reconhecendo o protagonismo indígena, à luz do conhecimento produzido nos campos da História, da Etno-História e da Antropologia, nas últimas três décadas. Foi nesse contexto que se deu a aproximação



1940 com os Guarani contemporâneos, que frequentam diariamente o sítio de São Miguel
1941 Arcanjo desde meados dos anos 1990, pois “sua presença poderia portar sentidos que o
1942 IPHAN deveria conhecer.” Na ocasião, como no presente, quem visita o sítio os
1943 encontra sentados no alpendre do Museu das Missões, onde vendem seu artesanato. À
1944 noite, recolhem-se à Casa de Passagem, construída em 2005, numa das extremidades do
1945 sítio. A presença diária dos Guarani no sítio data de meados da década de 1990, quando
1946 voltaram a formar aldeia em São Miguel das Missões, em uma área remanescente de
1947 mata, nas proximidades da Fonte Missioneira. Essa aldeia foi formada por 16 Guarani,
1948 vindos da Argentina, que haviam sido expulsos pela prefeitura de Tupanciretã, e outros
1949 34, que haviam acampado nas proximidades do trevo de acesso à cidade de Santa Rosa,
1950 em busca de seus ‘parentes Guarani’. Viveram cerca de dois anos no local, em situação
1951 precária. O então diretor do Museu das Missões, permitiu que os Guarani vendessem
1952 artesanato no interior do sítio (o que era, e ainda é, vedado aos comerciantes locais).
1953 Valendo-se da então recente implantação da política de salvaguarda do patrimônio
1954 imaterial, a Superintendência do IPHAN no Rio Grande do Sul coordenou a realização
1955 de um Inventário Cultural (INRC), executado por equipe da Universidade Federal
1956 (UFRGS), junto à comunidade Guarani da Aldeia Koenju. A concordância dos Guarani
1957 para a realização do Inventário foi facilmente obtida, porque a proposta de
1958 documentação cultural ia ao encontro de um movimento que eles já vinham fazendo, no
1959 sentido de divulgarem certos aspectos de sua cultura, como forma de sensibilizar os
1960 não-indígenas e conquistar apoio para o enfrentamento de seus problemas. Tal
1961 ‘abertura’, segundo parecer já citado, era uma novidade, pois os Guarani sempre foram
1962 extremamente reservados diante do Estado e da sociedade envolvente. O trabalho teve
1963 início no sítio de São Miguel Arcanjo, estendendo-se para a Aldeia Koenju (Aldeia
1964 Alvorecer), no município de São Miguel das Missões, e outras para três comunidades
1965 Guarani-Mbyá: a Aldeia Porã (Aldeia Bela), a Aldeia Yryapu (Aldeia Murmúrio do
1966 Mar), e a Aldeia Anhetengúá (Aldeia Verdadeira), situadas no Rio Grande do Sul,
1967 possibilitando a documentação de diferentes situações vivenciadas pelos Guarani, numa
1968 área de cerca de 500 km de extensão. Segundo relatos, o Inventário documentou
1969 práticas e saberes que integram o ‘modo de vida’ Guarani, bem como lugares de
1970 importância destacada: o sítio de São Miguel Arcanjo, a Fonte Missioneira, as matas de
1971 São Lourenço, do Caaró e da Esquina Ezequiel; a celebração do Nhemongaraí
1972 (cerimônia de nomeação de meninos e meninas); formas de expressão como o canto

1973 coral jerojy e a dança do Tangará, dentre outras. Conforme apontado no Inventário
1974 Cultural, algumas dessas práticas constituem-se em referências culturais cuja
1975 continuidade se encontra ameaçada pelo acesso limitado dos Guarani às áreas de mata e
1976 à terra. A atribuição de sentidos especiais ao sítio de São Miguel Arcanjo, referido como
1977 Tava, apareceu nas narrativas que afirmavam que os ‘antigos Guarani’ já construíam
1978 moradias em pedra antes da chegada dos conquistadores e que as estruturas do antigo
1979 aldeamento foram construídas a pedido de Nanhde Ru (Nosso Pai), e não dos jesuítas. O
1980 Inventário demonstrou, também, que a presença Guarani na região missioneira e nas
1981 imediações da Tava se manteve ao longo dos anos, ainda que invisível aos olhos dos
1982 não-indígenas. Além da persistência de rotas e caminhos pré-coloniais, referidos na
1983 documentação histórica, o Inventário menciona a ocorrência de pequenos aldeamentos e
1984 de acampamentos, já no século XX, bem como a preservação do sistema de visitação
1985 mútua que faz parte da organização social dos Guarani. Importante mencionar que ao
1986 longo da realização do Inventário Cultural, os Guarani se apropriaram de conceitos do
1987 campo do patrimônio cultural com os quais o IPHAN opera, e definiram parâmetros
1988 para o reconhecimento de suas referências culturais, os quais foram apresentados no I
1989 Encontro Patrimônio Cultural e Povos Indígenas, realizado em dezembro de 2006, em
1990 São Miguel das Missões. São três parâmetros: a ‘territorialidade livre’, a ‘natureza livre’
1991 e o ‘respeito à dimensão do segredo’. Por ‘territorialidade livre’ entende-se o
1992 reconhecimento, por parte da sociedade nacional, da importância que os Guarani-Mbyá
1993 atribuem ao trânsito pelo seu território tradicional. “Esse trânsito articula passado e
1994 presente, pois sua prática é relacionada à caminhada dos ‘antigos’, os que atingiram a
1995 condição de aguydje (imperecibilidade), almejada por todos. Durante sua caminhada,
1996 personagens encantados, como o kexuíta e Kuaray Ru Ete, o sol, deixaram sinais para
1997 orientar os Guarani de hoje. Referências nesse sentido são encontradas tanto na
1998 literatura histórica, em texto de Montoya, quanto na antropológica, em trabalhos de
1999 Alfred Métraux e Helene Clastres, dentre outros. Topônimos e estruturas em pedra são
2000 alguns desses sinais.” É também por meio do trânsito que são reforçados os laços de
2001 parentesco, mantendo viva a rede étnica que se estende por um vasto território, no
2002 interior da qual se efetiva a sociabilidade Guarani-Mbyá e se realizam os rituais
2003 voltados para a ‘construção da pessoa’ Mbyá. Esse trânsito sofre limitações pela
2004 existência de fronteiras nacionais e, tem servido como argumento para a contestação da
2005 demarcação de terras para o povo Guarani, acusado de ser nômade, de não se fixar em

2006 lugar algum. Trata-se, em realidade, de uma concepção original de territorialidade, a
2007 qual está baseada não na fixação, mas na mobilidade de pessoas, seres encantados e
2008 divindades. Se para a sociedade envolvente a migração tem sentido de desagregação,
2009 para os Guarani-Mbyá ocorre o inverso: caminhar entre as aldeias para visitar parentes,
2010 repetir os passos dos ‘antigos’ e fundar novas tekoá (aldeias) é um ato de exercício e de
2011 reforço de sua identidade. As tekoá são como os nós que mantêm a força da rede.
2012 Precisam existir, mas sua população muda ao sabor das migrações de indivíduos e de
2013 famílias. A noção de ‘natureza livre’, contém a reivindicação de acesso aos recursos
2014 naturais que os Guarani consideram essenciais à reprodução de seu modo de vida
2015 (alimentos como o mel, frutos e sementes silvestres, animais, cipós e madeiras para a
2016 construção de suas casas e objetos de todo tipo). Sua relação com as matas é orientada
2017 pela concepção de que os animais e os vegetais têm ‘donos espirituais’, não sendo
2018 aconselhável caçar, nem coletar em excesso. Conforme narrativas mitológicas, as matas
2019 são os locais preferenciais para a formação de aldeias, pois foram destinadas aos
2020 Guarani, quando Nhanderu Tenondeguá (o criador) fez essa terra. Por ‘respeito à
2021 dimensão do segredo’ entende-se a compreensão, por parte da sociedade envolvente, de
2022 que há aspectos da cultura dos Guarani-Mbyá que só a eles pertencem e que não devem
2023 ser documentados. Somente a eles cabe definir o que deve ser divulgado e o que deve
2024 permanecer como segredo. Como decorrência do INRC e respondendo à necessidade de
2025 ampliar o trabalho com os Mbyá, abrangendo comunidades em todo o território por eles
2026 ocupado, o IPHAN elaborou o projeto Valorização do Mundo Cultural Guarani,
2027 apresentando-o em reuniões com o Centro Regional de Salvaguarda do Patrimônio
2028 Imaterial (CRESPIAL) como proposta de realização de um Inventário Cultural
2029 ampliado, no Brasil, e de projetos de documentação na Argentina e no Paraguai. Em
2030 setembro de 2007, este projeto foi debatido em reunião realizada em São Miguel das
2031 Missões, ocasião em que lideranças Guarani formalizaram o pedido de reconhecimento
2032 da Tava Miri em São Miguel Arcanjo, por meio do Registro. Posteriormente, essa
2033 denominação foi alterada pelos próprios Guarani. Na 9ª Reunião da Câmara do
2034 Patrimônio Imaterial, realizada em 11 e 12 de fevereiro de 2008, o pedido foi julgado
2035 procedente, dando-se início ao processo de nº 01450.016457/2007-85, intitulado
2036 Registro da Tava Miri São Miguel Arcanjo. Ações de salvaguarda foram realizadas já
2037 durante a realização do INRC Comunidade Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo,
2038 como resposta a importantes demandas dirigidas ao IPHAN pelos Guarani engajados no



2039 processo de documentação. Conforme observa o Parecer nº 667/2014, atender a tais
2040 demandas foi fundamental porque as ações realizadas, de certa forma, expressam as
2041 escolhas Mbyá, apresentando uma ‘pauta’ de práticas e saberes que devem ser
2042 preservados, e de conhecimentos não-indígenas pelos quais se interessam. A instrução
2043 do processo de Registro da Tava em São Miguel Arcanjo teve início com a realização
2044 de um estudo complementar, que demonstrou que a Tava articula as experiências do
2045 presente ao tempo vivido pelos ‘primeiros Guarani’. Como se verá adiante, o advento
2046 das Missões Jesuíticas dos Guarani aparece, nas narrativas, reelaborado pela linguagem
2047 dos mitos, e marcado pelo protagonismo indígena. Em 2011, ao finalizar a primeira
2048 etapa do INRC Ampliado, isto é, o Levantamento Preliminar, o CTI apresentou ao
2049 IPHAN a proposta de realizar cursos de formação de pesquisadores Guarani, que
2050 assumiriam o trabalho de documentação de suas práticas culturais. O resultado desses
2051 cursos foi a identificação e mapeamento de uma expressão cultural, o Xondaro, que é,
2052 ao mesmo tempo, uma dança, uma condição social e uma função. Em reuniões ocorridas
2053 na Tava em São Miguel Arcanjo é frequente a execução dessa dança, chamada pelas
2054 comunidades Mbyá do Rio Grande do Sul de Tangará. Importante observar que a
2055 ampliação de parcerias para execução das ações possibilitou ao IPHAN ampliar,
2056 também, o acesso aos Guarani, contemplando mais comunidades e possibilitando aos
2057 técnicos perceberem uma diversidade de situações que afetam o cotidiano dos Guarani
2058 e, conseqüentemente, a continuidade de suas referências culturais. Segundo depoimento
2059 dos técnicos diretamente envolvidos na instrução do processo de Registro, as
2060 experiências de convívio, no acompanhamento das atividades, em campo, foram
2061 decisivas para a construção da relação do IPHAN com as comunidades Mbyá. Na
2062 medida em que se ampliava seu entendimento do universo cultural Guarani, os técnicos
2063 puderam relacionar, com mais segurança, informações fragmentadas, obtidas ao longo
2064 do primeiro Inventário Cultural e, assim, compreender melhor os sentidos atribuídos à
2065 Tava pelos Guarani. Além disso, puderam participar da lenta construção de modos
2066 específicos de trabalhar com esse povo indígena, respeitando-se os tempos necessários
2067 para a mútua tradução de conceitos e para que os Guarani-Mbyá construíssem seu
2068 conhecimento sobre o tema da patrimonialização e da salvaguarda de referências
2069 culturais. Dando prosseguimento à instrução do processo de Registro da Tava em São
2070 Miguel Arcanjo, o IPHAN contratou a Organização Não Governamental Vídeo nas
2071 Aldeias para elaboração de um filme sobre a Tava. Os cineastas Guarani Sandro Ariel

2072 Ortega e Patrícia Ferreira participaram desde a elaboração do roteiro até a realização das
2073 filmagens e a edição. Por serem os autores do filme, foi possível registrar depoimentos
2074 dos ‘mais velhos’, que travaram um debate sobre o modo correto de denominar a Tava e
2075 sobre sua importância como portadora de uma ‘mensagem verdadeira’. Vários
2076 depoentes consideraram ‘tava miri’ um termo inadequado, porque se refere à morada
2077 dos imperecíveis, um lugar que não é visível aos que vivem nesse mundo perecível e
2078 imperfeito. A partir desses depoimentos, ficou claro para os técnicos do IPHAN que o
2079 termo ‘Tava Miri dos Mbyá-Guarani’, que consta no pedido de Registro, expressa um
2080 entendimento parcial a que se havia chegado na conclusão do INRC Comunidade
2081 Mbyá-Guarani em São Miguel Arcanjo (é uma tradução inadequada). E que seria
2082 necessário definir com os Guarani o título adequado para o reconhecimento de sua
2083 referência cultural. Como conclusão da instrução do processo Registro foram realizadas
2084 reuniões com a comunidade da Aldeia Koenju, com a qual o trabalho havia iniciado,
2085 para apresentar aos Guarani o conteúdo do Dossiê de Registro, elaborado pela
2086 antropóloga Sílvia Guimarães, da Universidade de Brasília. Na ocasião, fez-se um
2087 debate sobre o título do Registro e ficou definido que o termo mais adequado para
2088 denominar o bem cultural a ser reconhecido é, simplesmente, Tava. Como definição da
2089 categoria de Registro que melhor expressa o valor atribuído ao bem cultural, chegou-se
2090 ao título de Tava, Lugar de Referência para o povo Guarani. 3. A Tava em São Miguel
2091 Arcanjo como referência cultural singular. Para caracterizar a Tava em São Miguel
2092 Arcanjo como referência cultural para o povo Guarani recorro, agora, ao texto de Sílvia
2093 Guimarães, autora do Dossiê de Registro, redigido com base no princípio antropológico
2094 definido por Eduardo Viveiros de Castro como “levar a sério o pensamento do outro”.
2095 Como já foi mencionado neste Parecer, o termo Tava é composto da junção de ‘ita’
2096 (pedra) e avá (gente, humanidade), traduzindo a ideia de ação humana sobre as pedras.
2097 No caso de São Miguel Arcanjo, a denominação Tava abrange as ruínas e o espaço
2098 onde, no passado, houve uma grande tekoá Guarani, uma ‘aldeia dos antigos’ . Trata-se
2099 de um espaço vivo que articula concepções relativas ao bem-viver Guarani, integra
2100 narrativas sobre sua trajetória como povo, e é diariamente vivenciado como lugar de
2101 atividades diversas e de aprendizado para os mais jovens. As ruínas de São Miguel
2102 Arcanjo são ‘memórias materializadas’, que fazem emergir narrativas diversas entre os
2103 Mbyá, nas quais, como já mencionado, o advento das Missões Jesuíticas dos Guarani
2104 aparece como episódio incorporado a eventos míticos, e caracterizado pelo

2105 protagonismo indígena. Assim, a construção do aldeamento foi demandada por Nhande
2106 Ru (Nosso Pai) e realizada pelos ‘antigos Guarani’. Para ajuda-los, Nhande Ru fez as
2107 pedras ficarem leves. Os jesuítas são referidos nas narrativas, não como padres
2108 católicos, mas como Kexuíta, um ‘Mbyá antigo’ que se encantou e se imortalizou, como
2109 todos os que participaram da construção da Tava, tornando-se um Nhande Ru Miri, ou
2110 seja, um ser humano que, por suas qualidades morais e seus poderes pessoais, alcançou
2111 o estado de aguydjé (imperecibilidade ou imortalidade). Segundo relato de Tito Karaí ao
2112 antropólogo Aldo Litaiff, os Nhande Ru Miri refazem o percurso de Kuaray Ru Eté, o
2113 sol, que caminhou no tapepoku (rotas tradicionais guarani) até a beira do mar e, em
2114 seguida, atingiu a Yvy Mara ey (termo comumente traduzido como Terra sem Mal),
2115 deixando as ruínas como marcos, para indicarem o caminho certo para os Guarani
2116 ‘puros’, que devem seguir seus passos para se juntarem às divindades. Outro
2117 depoimento, de Roque Timóteo, explica a importância das Tava no processo de
2118 superação da condição humana, conforme história contada por seus avós: “O kechuíta
2119 andou por este mundo inteiro. Saiu lá do Paraguai. (...) naquele tempo, o nosso parente
2120 vivia tudo no meio do mato. O Mbyá do tempo do kechuíta vivia mesmo como Mbyá
2121 ‘puro’, plantava avati (milho), jety (batata doce), mandi’o (mandioca), toda a classe de
2122 planta. Caçava o bichinho do mato, pescava. Só isso era nossa comida, naquele tempo.
2123 Também tem opy (casa de reza), com pátio grande para dançar. O Mbyá tem grande
2124 poder, então, porque está vivendo bem certinho como Nhande Ru deixou pra nós viver.
2125 Aí o kechuíta falou que este mundo tava marcado para terminar. Disse então que tinha
2126 que construir a ruína, pra segurar mais um pouco o mundo; pra não se acabar logo. Aí já
2127 levantou a casa de pedra. O nosso parente antigo é que levantou esta ruína que existe até
2128 hoje. (...) Daí levantou uma ruína, depois outra, outra (...) Passou na Argentina, a
2129 mesma coisa. Aqui no Brasil, a mesma coisa. Onde foi caminhando, o kechuíta deixou a
2130 ruína, como um rastro dele. Onde não botou a ruína, botou o nome na língua Guarani,
2131 por isso o lugar que tem o nome na palavra Guarani é tudo lugar que o kechuíta viveu,
2132 porque era lugar bom para viver, onde tinha mato bom, muito bichinho. Tudo isso é
2133 marca do kechuíta. Por isso o Mbyá que quer seguir como Mbyá, como kechuíta, tem
2134 que pedir pro Nhande Ru prá descobrir o lugar bom; se vai pedir e tá seguindo certinho
2135 como Mbyá, Nhande Ru vai mostrar algum lugar bom pra se viver. Depois que andou
2136 por aí tudo, o kechuíta voltou na casa dele. Disse meu vovô, a minha vovó, que ele fez
2137 uma canoa bem pequena, de um porongo. Ninguém acreditava que ele podia cruzar o

2138 mar desse jeito. Mas ele subiu e foi (...) O lugar certinho onde ele botou o pé antes de
2139 viajar ninguém até hoje descobriu. O Mbyá ainda não descobriu; pode ser na costa do
2140 mar, ou na beira de algum rio. Isso temos que descobrir. Se descobrir bem certinho, o
2141 Mbyá também vai conseguir atravessar (...)” (DOSSIÊ, p. 68) No já citado
2142 documentário ‘Tava: A Casa de Pedra’, realizado para instrução do processo de
2143 Registro em julgamento, há depoimentos que se referem aos jesuítas como ‘antigos
2144 Mbyá’, ou seja, eles também eram indígenas, porque, como argumenta Verá Mirim, de
2145 90 anos, os juruá (não-indígenas) não teriam capacidade de construir a Tava. Em suas
2146 narrativas, os Guarani mencionam a existência de várias tava, que estão relacionadas
2147 aos caminhos percorridos pelos seres imortais e pelos ‘antigos Mbyá’, cujos passos
2148 devem ser seguidos pelos Guarani que hoje desejam alcançar a imortalidade. Assim, a
2149 categoria tava abrange as ruínas que se espalham pelo território de ocupação tradicional
2150 Guarani (tanto no que foi a Região Missioneira, como no litoral), e outras casas de
2151 pedra, além de elementos como acidentes geográficos, relevos, cachoeiras, ilhas, que
2152 são marcas também deixadas pelos Nhande Ru Miri em suas caminhadas. Em geral, elas
2153 não são visíveis, e só os karaí, os líderes espirituais guarani, as identificam. Nesse
2154 sentido, as ruínas são a materialização das memórias da passagem dos Nhande Ru Miri
2155 pelo território guarani. Elas articulam, no pensamento guarani, os temas da
2156 territorialidade e da mobilidade. (DOSSIÊ, p. 71) As tava estão, portanto, diretamente
2157 relacionadas ao trânsito guarani, já mencionado neste parecer como uma importante
2158 referência cultural, uma prática identitária preservada pelos Guarani-Mbyá, apesar das
2159 adversidades que para isso enfrentam. Essa prática é necessária para que a condição
2160 humana possa ser superada, o que é o destino ideal de qualquer pessoa Mbyá, seja
2161 homem ou mulher. Em realidade, o tema da superação da condição humana está
2162 diretamente relacionado à definição Guarani de pessoa. Portanto, trata-se de uma
2163 questão existencial e de identidade. Conforme descrito no Dossiê de Registro, a
2164 construção da ‘noção de pessoa’ por meio do trato da ‘corporalidade’ é um elemento
2165 presente nas cosmologias dos povos indígenas sul-americanos. Entre esses grupos
2166 indígenas, o processo de ‘construção da pessoa’ passa por um controle de seus hábitos e
2167 de suas maneiras, como uma moldagem do ‘corpo’ em direção a uma maior definição
2168 da condição humana. Eduardo Viveiros de Castro aprofundou essa discussão sobre a
2169 ‘corporalidade’ nas cosmologias indígenas sul-americanas e formulou a teoria do
2170 “perspectivismo ameríndio”, de acordo com a qual o pensamento indígena, no geral,

2171 supõe uma unidade do espírito e uma diversidade dos corpos, e não enquadra natureza e
2172 cultura sob leis distintas. Ainda segundo o autor, no pensamento ameríndio a noção de
2173 ‘corpo’ não se define como ‘corpo fisiológico’, mas sim como os “afetos, afecções ou
2174 capacidades que singularizam cada espécie de corpo: o que ele come, como se move,
2175 como se comunica, onde vive, se é gregário ou solitário. (...)”. A noção de
2176 ‘corporalidade’ envolve “um conjunto de maneiras ou modos de ser que constituem um
2177 habitus.” Conforme explica Sílvia Guimarães, a cosmologia Mbyá situa o humano numa
2178 posição precária, instável, entre os deuses e os animais. A aspiração dos Guarani-Mbyá
2179 é aproximarem-se dos seres imortais, evitando o perigo de se tornarem animais, ou uma
2180 criatura indesejada ou um não-indígena. A superação da condição humana é obtida por
2181 meio da ascese, de uma ética alimentar, da prática de cantar e dançar para os seres
2182 imortais na casa de reza, e pela prática do caminhar. A caminhada, hoje, se dá tanto
2183 pelos deslocamentos de indivíduos, famílias e, por vezes, comunidades, quanto pela
2184 adoção de condutas que expressam o bom modo de ser Guarani. A busca pela morada
2185 dos seres imortais, através do caminhar, seguindo as marcas por eles deixadas – que são
2186 as tava – tem, portanto, importância crucial e se infunde no discurso cotidiano Guarani,
2187 na história e geografia ordinárias traçadas pelos grupos em movimento. Essa prática
2188 remonta ao período pré-colonial. Sabe-se que os Tupinambá da costa migravam em
2189 busca de uma terra onde não se morria, motivados pelas profecias de grandes xamãs,
2190 seus líderes religiosos. Como apontado no Dossiê, com discursos arrebatadores um
2191 xamã conseguia reunir pessoas que seguiam as suas orientações e aceitavam ser
2192 lideradas por ele em uma migração ritual em busca da Terra sem Mal, a morada dos
2193 imortais, que é alcançada quando a pessoa consegue se encantar e transformar seu corpo
2194 mortal em um corpo imortal. A crença na possibilidade de ingressar na morada dos
2195 seres sobrenaturais, ainda com vida, formava uma grande migração. Atualmente, os
2196 Guarani-Mbyá realizam essas migrações ocupando o território de seus antepassados
2197 com o mesmo propósito de alcançarem a Terra sem Mal. É nesse contexto mítico que a
2198 Tava em São Miguel Arcanjo deve ser compreendida. Como marca da caminhada dos
2199 antigos ela tem enorme importância. Mas, além disso, ela é única e se singulariza por
2200 sua visibilidade impactante, que a torna perceptível a todos, inclusive aos não-
2201 indígenas. Esse fato é explicado pelos Guarani-Mbyá como sendo a vontade de Nhande
2202 Ru, que a fez para ficar nesta terra, ser visível e perecível. Conforme o Dossiê de
2203 Registro, houve um intenso debate entre os Guarani acerca da questão da

2204 impericibilidade da Tava, documentado pelo já citado filme ‘Tava: A Casa de Pedra’.
2205 Vários depoimentos afirmam que as tava que existem na terra não são mais do que
2206 imagens das tava miri (que estão nas moradas das divindades) e, portanto, são
2207 perecíveis. As tava miri originárias estão nas moradas celestes e sobre as grandes matas,
2208 bem como nas bordas do mar. As tava que se encontram nesta terra de mortais são
2209 passíveis de destruição, e reforçam a presença dos antepassados nesta morada
2210 imperfeita, onde vivemos. Nas palavras de Mariano Aguirre, da Aldeia Koenju: “Tava
2211 miri a gente não vê, porque não fica nessa terra. Ela está onde a gente vê os raios. Essa
2212 tava [em São Miguel Arcanjo] é uma tava imperfeita, que a gente vê.” Por ser
2213 imperfeita, os não-indígenas quase a destruíram, conforme explicação de Avelino, que
2214 delineia a diferença da Tava em São Miguel Arcanjo em relação às demais: “Não é tava
2215 miri, porque a tava miri de verdade não pode ser vista por qualquer um. Se fosse tava
2216 miri os brancos não tinham derrubado (...). A Tava Miri, nós que somos impuros não
2217 vemos ela. Agora mesmo, tem muitas tava miri nessas matas, que os brancos não
2218 destroem porque Nhande Ru não deixa.” Portanto, as ruínas de São Miguel Arcanjo são
2219 uma tava imperfeita, isto é, passível de destruição pelos juruá (não-indígenas), e visível.
2220 Sua presença imponente atrai os olhares, impõe as marcas dos antepassados, de seus
2221 corpos imortais, e relembra aos Guarani a importância de viverem o bom modo de ser
2222 Mbyá, de seguirem sua ética e os conselhos do ‘demiurgo’ para alcançarem a
2223 imortalidade. Por não conter matas e por ser intensamente visitada por não-indígenas, a
2224 Tava em São Miguel Arcanjo não é mais um bom lugar para os Guarani construírem
2225 aldeia. Seu papel é lembrar aos Mbyá quem eles são, catalisando sentimentos de
2226 pertencimento. Seguindo a vontade de Nhande Ru, a Tava torna possível contar a
2227 história dos Guarani também para os não-indígenas, tanto para os parceiros dos Mbyá,
2228 quanto para seus inimigos, que pretendem pôr fim ao bom modo de ser guarani. De
2229 acordo com suas narrativas, caso o povo Guarani tenha fim ou deixe de viver o ‘modo
2230 de ser Mbyá’, o ser imortal Tupã destruirá o mundo, novamente. Diante dessa ameaça,
2231 cabe a eles alertar a todos sobre esse perigo, contar sua história e continuar vivendo
2232 segundo os preceitos ditados por suas divindades. A condição de visibilidade não está
2233 apenas na monumentalidade das estruturas edificadas, mas também em detalhes
2234 perceptíveis nas paredes, como as cores, o brilho, as irregularidades, que demonstram
2235 que parte do corpo dos antigos consubstanciou-se nas pedras. Aqui, Sílvia Guimarães
2236 observa que entre os Guarani-Mbyá a noção de corpo não se restringe ao corpo físico,



2237 mas se amplia para além dele. (DOSSIÊ, p. 71) Como se sabe, as narrativas míticas se
2238 expressam como uma linguagem aberta, sujeita a variações e incorporação de novos
2239 elementos, na medida em que são contadas e recontadas. Nesse sentido, Daniel Pierri
2240 observa que as várias versões e debates internos entre os Guarani sobre as tava apontam
2241 sempre para um contraste entre os mundos celestes e o mundo terrestre, o qual mobiliza
2242 a oposição básica entre perecível e imperecível, mortal e imortal, que é uma oposição
2243 fundamental da sociocosmologia Guarani-Mbyá. Como observa Sílvia Guimarães, essa
2244 riqueza de significados faz da Tava em São Miguel Arcanjo um lugar propício ao
2245 ensinamento dos jovens, cabendo aos mais velhos reforçar os valores e a ética Guarani,
2246 diante de uma juventude que pode se distanciar do bom modo de viver Mbyá.
2247 Depoimentos nesse sentido estão documentados no Inventário Cultural Comunidade
2248 Mbyá-Guarani, como os do karaí Augustinho, e do karaí Adolfo Werá: “(...) Então, por
2249 isso, às vezes tem que ter reunião [na Tava] para falarmos sobre a terra, sobre casa de
2250 reza, sobre plantação, essas coisas que nós temos que ensinar aos jovens para que eles
2251 não esqueçam. Eles têm que saber de que modo os pais, os tios e os avós adquiriram
2252 forças para falar, de quem receberam essa força. Essas coisas, os jovens não podem
2253 esquecer. (...)” “Esse lugar foi feito pelos nossos ancestrais. É um lugar de reza, para
2254 ficarmos fortes, para termos coragem. Nós estamos aqui lutando, nesse sítio, nosso
2255 lugar. Nossos ancestrais nos mandam rezar. Por isso trago meu neto para conhecer esse
2256 lugar. Esse lugar é verdadeiro para nós. Aqui nós lembramos dos nossos ancestrais”.
2257 Portanto, conforme as palavras de Sílvia Guimarães, a Tava em São Miguel Arcanjo é
2258 um lugar onde se concentram lembranças de práticas culturais coletivas que devem ser
2259 vivenciadas. Um lugar onde diversas dimensões da vida social, articuladas e voltadas
2260 para a superação da ambiguidade da condição humana, são evocadas nas narrativas dos
2261 mais velhos. Eles devem proferir suas palavras para os mais novos e para os não-
2262 indígenas que, de alguma forma, poderiam dificultar sua presença nas ruínas e
2263 desarticular o bom modo de viver Mbyá. Com sua visibilidade imponente, a Tava em
2264 São Miguel Arcanjo necessita da fala Mbyá e de suas explicações sobre o mundo. Por
2265 isso podemos entendê-la como um lugar de referência para os Mbyá, a partir do qual
2266 eles pretendem contar sua história. Encerro essa argumentação usando as palavras de
2267 Tito Karaí, conforme relatadas por Aldo Litaiff (29 INRC Comunidade Mbyá-Guarani,
2268 2005): “A ruína é como um documento, ela é a prova que mostra tudo o que era dos
2269 Guarani. É por isso que Nhanderu Tenondegua enviou os Nhande Ru Mirim para fazer

2270 ruína, para mostrar nosso caminho, porque ele nos ama muito (...)” 4 - Justificativa para
2271 o Registro e Plano de Salvaguarda. Como justificativa do Registro da Tava e seu Plano
2272 de Salvaguarda, reporto-me ao texto do Dossiê de Registro. “A proposta de Registro da
2273 Tava em São Miguel Arcanjo como lugar de referência para os Guarani implica em
2274 reconhecê-los como narradores privilegiados de um evento marcante em suas vidas.
2275 Esse evento não se resume a um projeto missioneiro colonizador, no qual os Mbyá
2276 aparecem em uma posição secundária com relação aos jesuítas e à sociedade dos não-
2277 indígenas, mas, sim o da construção de uma ‘casa de pedra’ singular, voltada para a
2278 superação da condição humana. Os Nhande Ru Miri a fizeram perecível, com o objetivo
2279 de mostrar aos juruá, os não-indígenas, a importância da presença do povo Guarani no
2280 mundo. Nesta terra imperfeita, eles se encontram ameaçados, impedidos de viverem
2281 plenamente, seguindo os preceitos transmitidos pelas belas palavras enviadas pelos
2282 Nhande Ru. A visibilidade das marcas dos antepassados nas ruínas relembra o grande
2283 propósito dos Guarani. Eles querem subverter o posicionamento secundário que lhes foi
2284 imposto com relação à leitura deste patrimônio cultural. E é por meio da política de
2285 salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial que estão apresentando sua visão
2286 sobre a Tava em São Miguel Arcanjo. O reconhecimento do direito de narrarem sua
2287 história na tava, vai ao encontro de outras vitórias que os Mbyá obtiveram, lentamente,
2288 ao longo de anos. Eles conquistaram o direito de permanecerem no sítio histórico, ou
2289 melhor, na Tava, conseguiram a construção de uma casa de passagem e a possibilidade
2290 de venderem artesanato, bem como de realizarem reuniões e apresentações. Mas,
2291 querem consolidar sua presença e fazer ouvir sua voz. Só assim será possível tê-los
2292 respeitosamente junto a um patrimônio cultural da humanidade, atendendo ao princípio
2293 que emana da Constituição Federal Brasileira de 1988, que reconhece os grupos
2294 formadores da sociedade como sujeitos legítimos das políticas de preservação. Assim, o
2295 Registro da Tava em São Miguel Arcanjo, contemplando os sentidos que lhe são
2296 atribuídos pelos Guarani, se justifica, tendo em vista a profunda relação desse bem
2297 cultural com seu modo de estar no mundo, bem como com seu desejo de modificar o
2298 olhar dos visitantes sobre sua trajetória e seu direito a uma vida digna. Temas
2299 importantes estão postos neste Registro, como o reconhecimento da identidade de um
2300 povo indígena, a transmissão de seus saberes, os esforços que realizam no sentido da
2301 mudança do modo como são vistos e considerados pelos não-indígenas e a garantia de
2302 direitos. A história do contato dos Guarani com a sociedade envolvente, leva-os, hoje, a



2303 se posicionarem e demandarem do Estado Brasileiro ações políticas que garantam sua
2304 sobrevivência física e cultural. Para a elaboração de um plano de salvaguarda associado
2305 ao Registro aqui proposto, definiram como elemento fundamental a adoção de sua
2306 perspectiva sobre a Tava no tratamento dispensado ao sítio de São Miguel Arcanjo, que
2307 assim deixará de ser o lugar de seu esquecimento, para tornar-se um lugar de
2308 pertencimento. Esse é o princípio que deverá nortear a gestão do Parque Histórico das
2309 Missões. 5. Conclusão. Diante do exposto, recomendo com veemência a inscrição da
2310 **Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani, em São Miguel Arcanjo, no**
2311 **Livro de Registro de Lugares, reconhecendo-a como Patrimônio Cultural do**
2312 **Brasil**, como um reconhecimento devido ao povo Guarani, e para que possamos, todos,
2313 ouvir suas belas palavras e refletir sobre a importância da variedade da experiência
2314 humana. Brasília-DF, 03 de Dezembro de 2014. Carla Maria Casara. Conselheira do
2315 Conselho Consultivo do IPHAN”. A Presidenta agradeceu à Conselheira e antes de abrir
2316 a palavra aos Conselheiros, acrescentou que a revisão da abordagem dos sítios que o
2317 IPHAN vem fazendo para abarcar toda a riqueza cultural a eles inerente, abriu a
2318 possibilidade de um trabalho em três frentes: o registro das línguas, e o Mybyà-Guarani
2319 é o primeiro inventário linguístico; a configuração do parque histórico, não trabalhando
2320 apenas com o sítio de São Miguel, em razão de ser a extensão dos sete povos muito
2321 mais abrangente com um conjunto de outros sítios, trabalho esse em cooperação com a
2322 UNESCO, numa perspectiva de outro projecto com os demais países do MERCOSUL,
2323 com presença de missões guaranis e, por último, um trabalho conjunto com o IBRAM,
2324 para revisão de todos o complexo suporte ao sítio, que conta com um pequeno museu e
2325 conta com uma estrutura dos dois órgãos, responsáveis pela conservação, manutenção e
2326 apoio a visitação pública. Disse, ainda, que O PAC Cidades Históricas está
2327 desenvolvendo projecto, um dos maiores do ponto de vista de um projecto isolado em
2328 um único sítio, para implantar a integração de todos os serviços, o que repercutirá na
2329 situação da casa de passagem, criando as condições para a venda de artesanato, estando
2330 previsto a uma aproximação maior com a área de serviços da prefeitura de São Miguel
2331 para melhorar as condições da casa, a partir de um protagonismo maior da
2332 municipalidade em interação com os órgãos federais. A palavra foi passada ao
2333 Conselheiro Roque Laraia, que se posicionou favoravelmente ao parecer da relatora,
2334 afirmando que um monumento como o apresentado tem de ser preservado. Chamou
2335 atenção para o fato de poucas pessoas conhecerem uma província indígena tão grande

2336 como a Guaraní, abrangendo do sul de São Paulo à Bolívia, passando pelo Rio Grande
2337 do Sul, norte da Argentina e Paraguai. Lúcia Van Velthen disse estar de acordo com o
2338 registro, porque ele atenua minimamente a imensa dívida, segundo ela, que o Estado
2339 brasileiro tem em relação aos povos indígenas em geral, e ao Mbyá-Guarani em
2340 particular, e fez votos para que possa contribuir com a demarcação das terras dos povos
2341 guarani. O Conselheiro Marcos Azambuja expressou preocupação com a geopolítica
2342 envolvida no processo, e pediu que ficasse um registro claro da parte dele, como uma
2343 visão minoritária, mas unitária, apenas dele mesmo, pela de que vive-se numa região
2344 que já provou ser capaz de provocar conflitos duradouros, haja vista que a questão dos
2345 sete povos, a questão da política jesuítica, os confrontos do Brasil daquele tempo,
2346 Portugal e Espanha nessas regiões nos causaram imensos problemas, imensas
2347 dificuldades, e muitos fatores daquele tempo continuam a existir, devendo-se tratar a
2348 linguagem, os conceitos com cautela, porque envolve nessa ideia de uma Tava, uma
2349 casa permanente, uma região móvel, mas invisível, problemas que ferem um pouco as
2350 ideias de territorialidade da nacionalidade, conceitos esses, prosaicos, segundo o
2351 Conselheiro, mas que não deixam de orientar a vida dos povos de hoje. Além, disso,
2352 continuou ele, tudo fica numa região sensível no encontro de quatro países onde, além
2353 dos todos os bens da superfície, estão sobre um aquífero, o aquífero guarani, região de
2354 imenso valor estratégico. Por fim, pediu que ficasse claro que ali não se estava de
2355 maneira nenhuma, reescrevendo história, redesenhando geografia, consertando e
2356 corrigindo o passado, mas, sim, dando a certas comunidades paraguaias, argentinas e
2357 brasileiras, de etnia e língua guarani o espaço ou o direito que ela tem, sem criar
2358 privilégios. Em resposta ao Conselheiro Marcos Azambuja, a Conselheira Cecília
2359 Londres Fonseca, disse que está se falando de hoje, reconhecendo-se o hoje, pois de
2360 fato, não se está “reescrevendo a história”, conforme afirmara o embaixador Azambuja,
2361 mas o trabalho tinha o significado de dar voz aos Guaraní, no espaço que eles
2362 construíram e seu discurso se manifeste para serem reconhecidos. A Conselheira
2363 destacou que o registro como patrimônio imaterial vem enriquecer o tombamento como
2364 uma leitura muito mais diversificada e mais próxima do processo ocorrido na região
2365 como documento histórico. A seguir a palavra foi dada ao Conselheiro Ângelo Oswaldo
2366 que disse que se está em um momento muito importante graças ao PAC Cidades
2367 Históricas em que o IPHAN e o IBRAM somam esforços para valorização de todo o
2368 sítio de São Miguel da Missões, declarado pela UNESCO Patrimônio cultural da

2369 Humanidade, em 1983, secundando Ouro Preto, declarado em 1980. De acordo com
2370 Ângelo Oswaldo, esse reconhecimento é importante, pois dá aos Guarani a certeza, o
2371 conforto e o estímulo de que o conceito de sagrado por parte deles com relação àquele
2372 lugar, também está sendo reconhecido pelos não-indígenas, pela cultura oficial
2373 brasileira, pelo patrimônio histórico e artístico do Brasil, ademais que eles vão
2374 reconhecer também, um conceito de museologia, de museu, de patrimônio a ser
2375 compartilhado e não imposto, pois com o reconhecimento de seu terão mais facilidade
2376 de entender e compreender o que é a preservação de um sítio sagrado, um sítio
2377 tombado, e que o museu é um local de memória, “é o sítio da memória, é o locus da
2378 memória, é a Tava memorial e imemorial”, completou o Conselheiro. O Conselheiro
2379 Arno Wehling fez consideração ainda sobre a questão levantada pelo embaixador
2380 Marcos Azambuja, dizendo que na verdade estava se tratando na reunião de três
2381 memórias: a memória jesuítica, a memória guarani e a memória de tradição estatal, a
2382 qual todos se incluem, hoje em dia. Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina são resultado,
2383 segundo ele, da presença a mais de dois séculos da presença de Portugal e Espanha
2384 nessa região. O Conselheiro Luiz Phelipe Andrés disse apoiar o registro, e creditou
2385 como importante a volta do IPHAN a um sítio já tombado, com a sensibilidade de outro
2386 olhar. Disse, ainda acreditar que doravante mais nenhum sítio será tombado sem a
2387 avaliação de sua alma, sendo visto como alma e corpo, e não com uma visão racional
2388 separando patrimônio material do imaterial, havendo que se considerar a animã em
2389 torno do espaço, e sua integralidade. A questão tocou-lhe muito, afirmou, pois foi
2390 responsável pelo parecer de três terreiros, das Casas das Minas, no Maranhão, e os
2391 terreiro de Olga do Alaketu e de Mãe Menininha do Gantois, quando sentiu a
2392 impossibilidade de fazer essa separação. Após todas as manifestações, a Presidenta
2393 Jurema Machado colocou em votação do Registro da Tava Miri Mbyá Guarani, pedindo
2394 que os Conselheiros favoráveis erguessem o braço. Os Conselheiros aprovaram **por**
2395 **unanimidade o Registro da Tava Miri, para ser inscrito como Tava, Lugar de**
2396 **Referência para o Povo Guarani, como Patrimônio Cultural do Brasil, e inscrição**
2397 **no Livro de Registro dos Lugares, nos termos do Parecer da relatora.** A Presidenta
2398 citou a presença das lideranças Guarani: Kuray Poty /Sandro Ariel Ortega, cacique da
2399 aldeia Koenju, Rio Grande do Sul; Para Yxapy/Patrícia Ferreira, Professora da Escola
2400 da Aldeia Koenju, Rio Grande do Sul; Karaí Jekupé/Luiz de Souza Karaí, representante
2401 da Comissão Guarani Yvy Rupá; Wera Kuaray/Antônio Carvalho, cacique da Aldeia



2402 Boa Vista, Espírito Santo e Wera Tupa/Leonardo Gonçalves, da Aldeia de Morro dos
2403 Cavalos, em Santa Catarina. O Senhor Kuray Poty /Sandro Ariel Ortega, cacique da
2404 aldeia Koenju, fez uso da palavra: “Primeiramente, agradecer por esse lindo momento.
2405 Eu acho que falo em nome de toda a comunidade da minha aldeia, de todos os meus
2406 avós que, meus ancestrais que viveram ali nas reduções jesuíticas. Não tenho dúvida
2407 que eles estão presentes aqui, nos acompanhando. Eu acho que é o momento muito
2408 importante para os nossos netos, os meus netos, futuras gerações para todo o guarani,
2409 porque é importante esse reconhecimento para a gente, que apesar do que os nossos
2410 ancestrais viveram, ali construíram a Tava, e hoje em dia a gente continua ali, mas
2411 parece que algumas vezes me pergunto assim o porquê de os nossos ancestrais
2412 construírem esse Tava aqui? Até hoje em dia a gente faz essa pergunta. Os nossos
2413 ancestrais viviam ali, eles viviam em paz ali, cultivavam, viviam felizes, as crianças,
2414 porque hoje em dia a gente tem somente 234 hectares em São Miguel das Missões,
2415 quando antes o vasto território era todo nosso. Agradeço muito a Nhanderu por desse
2416 momento, por iluminar cada um de vocês, Conselho. Eu tenho certeza que todos os
2417 Carais, os líderes espirituais também estavam meditando para esse momento acontecer.
2418 Então quero agradecer por esse momento, obrigado”. A Presidenta agradeceu ao
2419 representante Guarani e passou para o ponto seguinte da pauta: **autorização para**
2420 **exportação da obra Virgem com o Menino, São João Batista Criança e Anjo**, do
2421 artista italiano Piero Di Cosimo, solicitada pelo Museu de Arte de São, com base em
2422 Parecer da Conselheira Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, para análise do Conselho.
2423 A palavra foi passada à Conselheira: “SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. MINISTÉRIO
2424 DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO
2425 NACIONAL. Assunto: Autorização para saída de obra do artista Piero Di Cosimo
2426 pertencente ao MASP / Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand. Processo nº:
2427 01450.010459/2014-90. Brasília, 03 de dezembro de 2014. Senhora Presidente,
2428 Senhores Conselheiros, O Museu de Arte de São Paulo solicita autorização para saída
2429 da obra intitulada “Virgem com o Menino, São João Batista Criança e Anjo” de autoria
2430 de Piero Di Cosimo (1462-1522) para exposições em Washington e Florença, a primeira
2431 na National Gallery of Art, de 01 de fevereiro a 03 de maio de 2015 e a segunda na
2432 Galleria degli Uffizzi, entre 23 de junho e 27 de setembro de 2015. É importante
2433 esclarecer que a referida obra já se encontra na Europa, com saída autorizada pelo
2434 IPHAN pelo ofício 1.157/2013, assinado pela Presidente, para restauração no Palazzo

2435 Barberini, em Roma. Esta restauração atualmente em vias de conclusão e sem custos
2436 para o MASP tem como contrapartida a apresentação da obra na Galleria Nazionale di
2437 Arte Antica, no próprio Palazzo Barberini, entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015
2438 (sem precisão de datas no processo). Como pode ser verificado pela documentação
2439 anexa, o processo foi examinado e teve pareceres favoráveis do DEPAM (Departamento
2440 do Patrimônio Material e Fiscalização) do IPHAN e do DEPMUS (Departamento de
2441 Processos Museais) do IBRAM. O MASP encaminhou ao IPHAN mediante correio
2442 eletrônico os documentos de extensão do seguro da obra de Piero di Cosimo para as
2443 mostras em Florença e Washington - trata-se de certificado de seguro em emissão que
2444 atesta que a proposta foi aceita pela seguradora ACE S/A, correspondendo à proteção
2445 requerida, ao valor da obra e ao período das exposições, incluindo desmobilização e
2446 traslado ao Brasil. A documentação original, conforme o MASP, será encaminhada
2447 formalmente por correio. Assim sendo, tendo em vista o cumprimento das exigências
2448 regulamentares, **sou favorável à** autorização solicitada. Brasília, 3 de dezembro de
2449 2014. MYRIAM ANDRADE RIBEIRO DE OLIVEIRA. Conselheira”. Após a leitura
2450 do Parecer, a Presidenta Jurema Machado perguntou se havia alguma objeção à posição
2451 favorável à autorização contida no Parecer. Não havendo objeção, **a Presidenta**
2452 **considerou aprovada a exportação da obra intitulada “Virgem com o Menino, São**
2453 **João Batista Criança e Anjo” de autoria de Piero Di Cosimo (1462-1522)** para
2454 exposições em Washington e Florença, a primeira na National Gallery of Art, de 01 de
2455 fevereiro a 03 de maio de 2015 e a segunda na Galleria degli Uffizzi, entre 23 de junho
2456 e 27 de setembro de 2015. Não havendo mais nada a tratar no primeiro dia da 77ª
2457 Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, a Presidenta Jurema Machado
2458 encerrou a sessão, convocando os Conselheiros para a continuidade da sessão no dia
2459 seguinte, dia 4 de dezembro de 2014. **SEGUNDA PARTE DA REUNIÃO- dia 4 de**
2460 **dezembro de 2014 – das 9 às 18 horas - MANHÃ – Às 9 horas da manhã, do dia 4 de**
2461 dezembro de 2014, a Presidenta Jurema Machado deu continuidade aos trabalhos da 77ª
2462 Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Ordem do Dia: 4.
2463 PROPOSTAS DE TOMBAMENTO. 4.1. Processo de Tombamento nº 1545-T-2007 –
2464 Coleção Geyer, no Rio de Janeiro/RJ, Processo 01450.001560/2012-18, Relator
2465 Conselheiro Luiz Phelipe de Castro Andrès; 4.2 – Processo de Tombamento nº 1566-T-
2466 2008 – Acervo do Museu de Artes e Ofícios, em Belo Horizonte-Minas Gerais,
2467 Processo 01450.010232/2008-04, Relator Conselheiro Acir Pimenta Madeira Filho;

2468 Antes de dar a palavra ao relator do Tombamento da Coleção Geyer, a Presidenta
2469 passou a palavra para três informes do Diretor do Departamento do Patrimônio Material
2470 e Fiscalização, Andrey Schlee. O primeiro informe foi que no dia 18 de novembro
2471 passado, festejou-se, os 200 anos do falecimento de Antônio Francisco Lisboa, o
2472 Aleijadinho, e que no conjunto de ações que IPHAN vem desenvolvendo com a obra do
2473 Aleijadinho, foi criada Comissão Especial que vai tratar e vai e orientar a respeito da
2474 obra desse artista. Como primeiro desdobramento dessa atividade, foi aberto o processo
2475 do tombamento, da Escultura Samaritana, desaparecida, furtada, durante 37 anos, e que
2476 voltou a Minas e está no Museu da Inconfidência de Ouro Preto. O segundo informe foi
2477 que em comemoração amanhã, 5 de dezembro, do Centenário de nascimento da
2478 Arquiteta Lina Bo Bardi, foi aberto o processo de tombamento do Sesc Pompéia, e que
2479 também será analisado na próxima reunião do Conselho Consultivo. Andrey informou
2480 que a ideia era, fazer o tombamento nessa reunião, mas em decorrência do cumprimento
2481 dos prazos legais, por prudência, evitou-se criar uma espécie de tombamento provisório,
2482 só para marcar a data. O terceiro informe relacionou-se a aprovação do Projeto de
2483 Requalificação da Marina da Glória. O Diretor do Depam apresentou o projeto
2484 aprovado pelo IPHAN, e que responde positivamente ao conjunto de critérios de
2485 intervenção previamente definido pela Câmara Setorial de Arquitetura e Urbanismo. Em
2486 seguida foi passada a palavra ao Conselheiro Luiz Phelipe Andrès para relatar o
2487 Processo de tombamento da Coleção Geyer. **“Processo de Tombamento nº 1.545-T-
2488 07 “COLEÇÃO GEYER, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO
2489 RIO DE JANEIRO”.** Exma. Senhora Presidente do IPHAN. Srs. Conselheiros. Foi
2490 com satisfação que recebi da Senhora Presidente do IPHAN, Dra. Jurema de Sousa
2491 Machado, a incumbência de examinar e opinar sobre este processo que trata do pedido
2492 de tombamento da “Coleção Geyer”, doação de Paulo e Maria Cecília Geyer ao Museu
2493 Imperial efetivada em 08 de abril de 1999. Esta se constitui na maior doação realizada
2494 no correr do século XX, ao patrimônio histórico e artístico nacional. Afinal, a coleção
2495 de livros de viagens, álbuns, pinturas, gravuras, litografias, desenhos, mapas e demais
2496 objetos de arte que totalizam 4.255 itens, foi reunida, ao longo de mais de quarenta
2497 anos, na residência do casal localizada no bairro do Cosme Velho justamente às
2498 margens do Rio Carioca, na cidade do Rio de Janeiro, localizada em um terreno de mais
2499 de dez mil metros quadrados aos pés do Corcovado. Adquirida no final da década de
2500 1960 juntamente com a coleção de arte do também empresário Albert Lee, a casa

2501 passou a abrigar a Coleção Geyer a partir do início da década de 1970. Com rara
2502 disposição e bom gosto, Paulo Geyer e sua esposa assumiram lugar de destaque no
2503 colecionismo nacional, transformando a residência da família em um verdadeiro palácio
2504 das artes, com direito a inusitadas formas de exposição da pinacoteca, como o pitoresco
2505 recurso de instalar quadros no teto da construção anexa à edificação principal. Outro
2506 aspecto interessante é o fato de que os colecionadores conseguiram reunir imagens da
2507 casa que abriga a coleção, transformando a residência da família em objeto
2508 iconográfico. Embora a doação incluía também a casa da família, é importante ressaltar
2509 que o presente processo é relacionado somente à Coleção, já que ainda não constam
2510 documentos suficientes nos autos para a análise do tombamento da referida residência.
2511 Minha tarefa foi realizada através do procedimento de análise dos autos do processo, em
2512 que pude constatar a ótima qualidade do material técnico, do qual passo a me ocupar,
2513 com intuito de lhes oferecer uma síntese fiel das informações, que permita estabelecer
2514 um juízo sobre a proposta de tombamento, explicitando valores através dos quais se
2515 justifica a ação solicitada. Vamos tratar agora dos documentos do processo “Casa e
2516 Coleção Geyer”: O processo possui cinco volumes, onde podem ser encontrados os
2517 seguintes itens técnicos exigidos: Inicia-se com o documento formulado pela então
2518 Diretora do Museu Imperial, Sra. Maria de Lourdes Alencar Parreira Hortas, em que foi
2519 solicitado o tombamento da “Casa e Coleção Geyer” em 03/08/07 (Memorando
2520 102/07). Como anexo, o inventário da Coleção Geyer (1999-2003), assinado pela Sra.
2521 Maria Inez Turazzi, historiadora, pesquisadora do Museu Imperial – IPHAN / MinC e
2522 coordenadora do Projeto de Inventário e Conservação da Casa Geyer. Contudo, a
2523 documentação encaminhada dizia respeito apenas à Coleção, não havendo maiores
2524 informações sobre a Casa. O Chefe de Gabinete Substituto, Sr. Aristides Lima de
2525 Oliveira, encaminhou o processo para análise e manifestação do Diretor do DEPAM, Sr.
2526 Dalmo Vieira Filho (Memorando 422 CG, de 08/08/2007). Na sequência, a Gerente de
2527 Proteção Sra. Jurema Kopke Eis Arnaut, solicitou a Coordenadora da CEPEDOC, Sra.
2528 Lia Motta, a abertura do processo de tombamento da Casa e Coleção Geyer
2529 (Memorando JKEA/Gprot/DEPAM, de 22/08/2007). A Gerente Substituta de
2530 Documentação Arquivística e Bibliográfica – COPEDOC, Sra. Zulmira Canário Pope,
2531 informou então a abertura do presente processo de tombamento (Memorando 210/2007
2532 GEDAB/COPEDOC, de 11/09/2007). Quando da análise técnica do DEPAM/RJ
2533 (Memorando nº 008/2007 MTDR/GP/DEPAM/IPHAN), assinado pelo engenheiro e

2534 historiador da arte Marcus Tadeu Daniel Ribeiro, entende a solicitação como de
2535 “inequívoca legitimidade cultural, dada a importância da coleção, como também a
2536 dimensão pública da doação que o casal referido fez ao povo brasileiro, ao ceder à
2537 União um dos mais relevantes acervos de arte brasileira do século XIX coligido por
2538 particular”. Entretanto, dada a ausência de documentação sobre a edificação, sugere seu
2539 envio à Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro para instrução técnica nos
2540 termos da Portaria IPHAN nº 11/86. Pela Superintendência, a análise técnica realizada
2541 pela historiadora da arte Tamara Quírico, por meio do parecer nº 11/86 COTEC/RJ
2542 79/2013 mais uma vez manifestava-se favoravelmente ao tombamento da Coleção, e
2543 aponta a necessidade de avaliação do imóvel por outro técnico, por não ser de sua
2544 competência. O processo seguiu ao DEPAM sem a inclusão de qualquer documentação
2545 relacionada à edificação. Por esse motivo, quando o processo foi novamente analisado
2546 pela técnica em história da arte Juliana de Souza Silva, esta informou que, apesar de não
2547 finalizado (faltando a instrução técnica relacionada à casa), “defendemos o tombamento
2548 da Casa e Coleção Geyer em razão do excepcional valor artístico e histórico dos bens
2549 doados pelo casal e dos riscos à integridade a que estão submetidos esses bens”,
2550 referindo-se às dificuldades de acesso que o Museu vinha enfrentando desde 2007, após
2551 o falecimento do Sr. Paulo Geyer, e das denúncias de subtração de peças que fariam
2552 parte da coleção doada ao Museu (Memorando 380/2014 - DEPAM, de 24/02/2014).
2553 Desta forma, sugeriu o tombamento emergencial como instrumento adequado para
2554 garantir a preservação da Coleção, mesmo antes da conclusão dos estudos técnicos
2555 relativos à casa, uma vez que o tombamento provisório daria ao IPHAN o respaldo legal
2556 para acessar a Coleção e verificar suas atuais condições de conservação, bem como de
2557 fazer a conferência das peças, juntamente com o Museu Imperial. Por esse motivo, em
2558 10 de julho de 2014, encaminhamos o processo à Procuradoria Federal junto ao IPHAN,
2559 solicitando análise com vistas à notificação e tombamento provisório em caráter
2560 emergencial, com base no artigo 7º da Portaria IPHAN nº 11/86. Analisando o
2561 processo, entretanto, a Procuradoria entendeu não haver dados suficientes sobre a casa
2562 nem mesmo para que fosse elaborada a notificação de tombamento provisório,
2563 notadamente no que tange às poligonais de proteção, como informado em reunião
2564 realizada em 22 de outubro de 2014 no Gabinete da Presidência. Durante esta mesma
2565 reunião, em contato telefônico com o diretor do Museu Imperial, a equipe foi informada
2566 que após o falecimento da Sra. Maria Cecília Geyer, cessadas as condições de usufruto

2567 dos bens constantes na doação realizada pelo casal, o Museu já estava de posse tanto da
2568 casa, quanto da coleção e já havia realizado a conferência das obras. Ou seja, que não
2569 havia mais dificuldade de acesso aos bens. O parecer da arquiteta e coordenadora-geral
2570 do DEPAM Anna Eliza Finger apresentava a sugestão de desvincular o tombamento da
2571 casa deste processo, que teve a sua continuidade enfocando apenas a coleção, tendo em
2572 vista que a análise dos documentos que tratam do valor cultural da coleção são distintos
2573 de qualquer motivação que possa levar também ao tombamento da casa. Assim, se fosse
2574 do entendimento de que a casa também seria detentora de relevante valor cultural que
2575 justifique seu tombamento pelo IPHAN, sugeriu-se a abertura de novo processo para
2576 tratar apenas deste bem (Memorando 1164/2014 - DEPAM, de 24/10/2014). No
2577 processo consta o posicionamento favorável no competente parecer jurídico da
2578 Procuradoria Federal - Órgão Executor da Procuradoria Geral Federal no IPHAN,
2579 assinado pelo Procurador Federal Antonio Fernandes Alves Leal Neri (Parecer nº
2580 394/2014-PF/IPHAN/SEDE) que também foi aprovado pelo Procurador-Chefe da PF
2581 Ronaldo Guimarães Gallo em 13 de novembro de 2014. Foram igualmente anexados os
2582 avisos de notificação do tombamento da Coleção Geyer. Incluindo-se o comunicado à 7ª
2583 Turma Especializada da Justiça Federal, tendo em vista a existência de um processo
2584 judicial que discute a propriedade de parte da Coleção Geyer, se a mesma pertence ao
2585 IBRAM ou aos herdeiros de Dona Maria Cecília Soares de Sampaio Geyer, em razão de
2586 seu óbito em junho deste ano. Também já foram devidamente encaminhados e recebidos
2587 os ofícios dando ciência do processo em curso, ao Exmo. Senhor Governador do Rio de
2588 Janeiro, Sr. Luiz Fernando de Souza (Pezão), ao Exmo. Senhor Prefeito do município
2589 do Rio de Janeiro, Sr. Eduardo da Costa Paes, ao Ilmo. Senhor Presidente do IBRAM,
2590 Sr. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, ao Ilmo. Senhor Diretor do Museu Imperial, Sr.
2591 Maurício Vicente Ferreira Júnior e ao Ilmo. Senhor Superintendente da
2592 Superintendência do IPHAN no Estado do Rio de Janeiro, Sr. Ivo Matos Barreto Júnior.
2593 Em 12 de novembro de 2014 o processo foi encaminhado a este conselheiro para análise
2594 e parecer. A princípio, considero importante citar que Paulo Fontainha Geyer nasceu na
2595 cidade do Rio de Janeiro, no dia 10 de agosto de 1921, e desenvolveu uma trajetória de
2596 sucesso como empresário, notadamente no setor petroquímico. Paulo Geyer,
2597 apaixonado pela arte, conseguiu reunir, ao final do século XIX, a maior coleção
2598 bibliográfica, iconográfica e científica até então reunida por um único proprietário no
2599 Brasil. A referida Coleção foi o resultado de um esforço do casal Geyer em identificar

2600 obras no Brasil e no exterior que tivessem ligadas ao nosso país, conforme Maria Inez
2601 Turazzi em seu artigo intitulado “A Coleção Geyer doada ao Museu Imperial”. Paulo
2602 Geyer seguiu comprando, no Brasil e no exterior, as obras que pudessem enriquecer a
2603 sua coleção, mesmo depois de doada ao Museu Imperial. Viajando, telefonando,
2604 folheando catálogos, ele procurou durante toda a sua vida, em países como Inglaterra,
2605 França, Portugal, Argentina, Estados Unidos, África do Sul e Austrália, as obras de arte
2606 e os objetos decorativos levados por comerciantes, cientistas, diplomatas e viajantes em
2607 geral que estiveram por aqui em épocas mais remotas. Com olhar aguçado e atenção
2608 redobrada, descobriu raridades escondidas no fundo de antiquários, negociou
2609 preciosidades com herdeiros desinteressados, vasculhou catálogos, sebos e, nos últimos
2610 tempos, endereços eletrônicos. Como colecionador desprovido de preconceito, soube
2611 adquirir também, por quantia generosa, a pintura “naify” de um artista anônimo que,
2612 displicentemente, retratava o portão de sua bela residência. Este foi o último quadro
2613 adquirido pelo empresário. Felizmente, o casal possuía um extraordinário senso público
2614 e altruísmo, motivo pelo qual resolveu preservar a unidade da coleção que leva seu
2615 nome, doando ao Museu Imperial o expressivo conjunto e a casa que o abriga. A relação
2616 cordial com a Casa do Imperador D. Pedro II data de fins da década de 1970, quando o
2617 casal emprestou ao museu petropolitano um retrato da imperatriz D. Amélia para figurar
2618 na exposição temporária “Amor e Fidelidade”, comemorativa do casamento do
2619 imperador d. Pedro I com a filha do enteado de Napoleão Bonaparte, Eugênio de
2620 Beauharnais. Já durante a década de 1990, o casal doou dois leques à instituição,
2621 antecipando o ato que seria coroado com a doação de toda a coleção poucos anos
2622 depois. Com o falecimento de Paulo Geyer, em 2004, e de Maria Cecília Geyer, em
2623 junho deste ano, cessou o instrumento do usufruto, com o Museu Imperial assumindo
2624 ambos: casa e coleção. Considero relevante citar o trecho em que Maria Inez Turazzi
2625 registra o acompanhamento de Paulo Geyer ao trabalho de transformação em
2626 patrimônio público de todo o seu acervo particular: Falecido em data recente e
2627 altamente simbólica – 5 de novembro de 2004, dia da Cultura –, Paulo Geyer teve a
2628 satisfação pessoal de acompanhar de perto, desde o dia 8 de abril de 1999, o trabalho
2629 diário e sistemático de transformação de todo o acervo reunido ao seu redor, antes
2630 restrito ao conhecimento e à admiração de poucos, em patrimônio público destinado ao
2631 desfrute de toda a sociedade brasileira. Ao acolher essa doação, o Museu Imperial
2632 incorporou bem mais do que uma simples extensão, na cidade do Rio de Janeiro, de seu

2633 circuito museológico, já visitado anualmente por cerca de 300.000 crianças e adultos,
2634 brasileiros e estrangeiros. O gesto do casal Geyer, além de ampliar e diversificar
2635 consideravelmente o acervo da instituição, destacando-se neste aspecto as raridades de
2636 uma brasileira que remonta ao século XVI, incorporou também novos desafios ao
2637 funcionamento do museu e uma imensa responsabilidade no cumprimento de sua
2638 missão institucional. O atual contexto é o da elaboração do projeto de ocupação
2639 definitiva da casa, com a abertura do espaço à visitação pública, em cumprimento aos
2640 termos da doação. Assim, visitantes brasileiros e estrangeiros terão acesso a um
2641 conjunto fabuloso onde se destacam, majestosamente, as imagens do Rio de Janeiro real
2642 e imperial, com sua gente, seus logradouros e sua natureza exuberante. São 1.120 itens
2643 iconográficos produzidos por viajantes e cronistas de várias nacionalidades, como o
2644 príncipe Adalberto da Prússia, Edward Kretschmar, Johann Moritz Rugendas e Edward
2645 Hildebrandt, dos estados germânicos; os ingleses Richard Bate, Henry Chamberlain,
2646 Nicolas Pocock, Emeric Essex Vidal e William Gore Ouseley; o suíço Abraham Louis
2647 Buvelot; o austríaco Thomas Ender; o chinês Sunqua; o belga Benjamin Mary; e os
2648 franceses François Auguste Biard, Jacques-Etienne Victor Arago, Godefroy Engelmann,
2649 Eugène Cicéri e Dominique Serres; além de uma infinidade de artistas que escolheram
2650 permanecer no Brasil, como Pieter Godfred Bertichem, Emil Bauch, Nicola Antonio
2651 Facchinetti, Joaquim Cândido Guillobel, Friedrich Hagedorn, Félix Émile Taunay,
2652 Joseph Alfred Martinet, August Müller, Henry Nicolas Vinet, entre outros. O conjunto
2653 registra, ainda, uma significativa presença, embora reduzida em número, de artistas
2654 nacionais, como Victor Meirelles de Lima, Augusto Rodrigues Duarte, Manuel de
2655 Araújo Porto Alegre, Renato de Lima e Antonio de Paula Freitas. Assim, vemos que os
2656 temas dessa verdadeira Brasileira partem do particular, o Rio de Janeiro, para o geral, o
2657 Brasil. Primeiro, descortinando os aspectos naturais e antrópicos da capital do Brasil
2658 Reino e do Brasil Imperial, e por essa mesma razão, projetando uma imagética do país
2659 para o exterior uma vez que a iconografia dos viajantes, dos artistas cronistas e demais
2660 artífices da imagem que produziram registros visuais desse período no Rio de Janeiro
2661 fizeram-no em favor da comunicação do Brasil com o mundo. A difusão das imagens
2662 em tempo quase simultâneo à sua produção foi ampliada pela intensa atividade editorial
2663 ligada ao tema das viagens, conferindo a essa brasileira status de patrimônio
2664 documental do país. O conjunto bibliográfico da Coleção Geyer é composto por 2.590
2665 itens, com ênfase nos registros dos viajantes que aportaram em terras brasileiras

2666 notadamente durante o século XIX. Constitui uma biblioteca ímpar com inúmeras
2667 traduções das várias edições princeps, igualmente presentes no catálogo geral. O caráter
2668 de excepcionalidade reside tanto na abrangência do gênero literatura de viagem, com a
2669 ocorrência de praticamente todos os autores consagrados pela historiografia até mesmo
2670 autores anônimos e outros menos conhecidos dos especialistas, quanto na raridade
2671 representada por dezenas de títulos, como a edição de 1592 da obra *Americae Tertia*
2672 *pars Memorabile Provinciae Brasiliae*, de Hans Staden, ou a edição de 1594 da obra
2673 *Historia navigationis in Brasiliam quae et America...*, de Jean de Léry. Dignas de
2674 registro são também as edições de 1647 e 1660 da obra *Rerum per Octennium in*
2675 *Brasilia et Alibi Nuper Gestarum...*, de Gaspar Barlaeus, ricamente ilustradas com
2676 gravuras de Georg Markgraff e desenhos de Frans Post. Igualmente merecedoras de nota
2677 são as dez edições relativas à René Duguay-Trouin, com óbvio destaque para obras que
2678 relatam a invasão do Rio de Janeiro, datadas de 1712 até 1922 (*A Relation of what*
2679 *passed during the expedition to Rio de Janeiro*. Hill: 1712; *Memoires de Monsieur*
2680 *Duguay-Trouin...*, Amsterdam: 1730; *Memoires de Monsieur Duguay-Trouin...*, 1740;
2681 *Idem*, 1740; *Ibidem*, Amsterdam: 1773; *Ibidem*, Rouen: 1779; *Ibidem*, Rouen: 1788;
2682 *Vie de Monsieur Du Guay-Trouin...*, Paris: 1884; *Idem*, Paris: 1922; *Recuil des*
2683 *Combats de Duguay-Trouin...*, Paris: s/d). Itens únicos estão presentes na Coleção
2684 Geyer, como o Log Book com desenhos e aquarelas do Rio de Janeiro, da Bahia, do
2685 Chile e do Golfo da Califórnia, do tenente William Smyth, *Sketches – Lieut. W. Smyth*,
2686 1831-1834. Já a categoria artes decorativas soma 466 itens. As alfaías, como
2687 identificadas no catálogo, revelam-se como objetos de gosto refinado reunidos com a
2688 mesma intensidade e paixão observadas na busca por itens de artes plásticas. O conjunto
2689 representado por quase duas centenas de boules d’escalier, ou pinhas de cristal e vidro, é
2690 único. A profusão de cores, estilos e formas fazem dessa seção da coleção uma
2691 referência para a categoria em nosso país. Maria Cecília Geyer orgulhava-se do “seu”
2692 conjunto de pinhas, que por ela foram, estrategicamente, distribuídas pelos salões da
2693 residência do Cosme Velho. Os móveis em miniatura feitos de madeira com magníficas
2694 incrustações de marfim foram igualmente garimpados em leilões europeus e norte-
2695 americanos, reiterando o caráter cosmopolita da coleção em consonância com os
2696 cânones internacionais do colecionismo em termos de gosto e abrangência. Entre os
2697 objetos de prata, uma peça merece especial atenção: uma das lanternas que adornavam a
2698 carruagem cerimonial do imperador d. Pedro II. A peça foi adquirida por Paulo Geyer a

2699 D. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, bisneto do imperador d. Pedro II, que já havia
2700 doado a carruagem ao Museu Imperial em 1948. Agora, o Museu Imperial poderá
2701 recompor o veículo cerimonial do segundo imperador brasileiro, restaurado,
2702 recentemente, por sua equipe técnica. Os itens de cerâmica e porcelana complementam,
2703 de forma espetacular, o acervo do Museu Imperial, pois até então a instituição não
2704 possuía nenhum serviço de porcelana completo. Com a doação, passa a ter dois serviços
2705 da Companhia das Índias completos. A importância da coleção tem sido reiterada desde
2706 a segunda metade do século XX por meio de numerosas publicações que utilizam itens
2707 da Coleção Geyer como objeto de estudo. Paulo Berger, pesquisador e assíduo
2708 colaborador de Paulo Geyer na atividade do colecionismo, organizou a obra *Bibliografia*
2709 *do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros: 1531-1900* (Rio de Janeiro:
2710 *Livraria São José, 1964*), um verdadeiro guia dos viajantes; e publicou a pesquisa *Usos*
2711 *e costumes do Rio de Janeiro nas figurinhas de Ghillobel* (Rio de Janeiro: *RioArte,*
2712 *1983*), um saboroso estudo de história cultural. Já a Biblioteca Nacional organizou e
2713 publicou *Lembranças do Brasil: Ludwig and Briggs* (Rio de Janeiro: *Biblioteca*
2714 *Nacional, 1970*), um esforço de sistematização da obra deste importante litógrafo-editor.
2715 A pesquisadora Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha fez a curadoria e a organização
2716 do catálogo *Rio de Janeiro – Visões do passado – Coleção Paulo Geyer* (Exposição
2717 homônima, Rio de Janeiro: *Galeria IBEU, 1972*). O próprio Paulo Geyer coordenou e
2718 editou importantes publicações: *O barão Von Löwenstern no Brasil: 1827-1829* (Rio de
2719 *Janeiro, 1972*); *Os diários do almirante Graham Eden Hamond: 1825-1838* (com
2720 tradução de Paulo Geyer, Rio de Janeiro: *JB, 1984*); *Aquarelas de William Smyth:*
2721 *1832-1834* (Rio de Janeiro, 1987) e *Pinturas e pintores do Rio Antigo* (Rio de Janeiro,
2722 1990). Para divulgar o ato da doação da Coleção Geyer ao Museu Imperial e apresentar
2723 parte do conjunto ao público, o museu petropolitano organizou e publicou *Visões do*
2724 *Rio na Coleção Geyer* (Catálogo da exposição homônima realizada no Centro Cultural
2725 Banco do Brasil. Rio de Janeiro: *Museu Imperial, 2000*). E mesmo no período posterior
2726 à doação, o colecionador-doador fez questão de atuar como um verdadeiro mecenas ao
2727 patrocinar a publicação da obra *Tipos e cenas no Brasil Imperial: a Litografia Briggs na*
2728 *Coleção Geyer* (Petrópolis: *Museu Imperial, 2002*). Ao nos aproximarmos das
2729 comemorações do aniversário de 450 anos da cidade de São Sebastião do Rio de
2730 Janeiro, parece-nos muito oportuno celebrar os quase dezesseis anos do generoso gesto
2731 do casal Maria Cecília e Paulo Fontainha Geyer em doar a incomparável coleção

2732 conhecida pelo singelo e, ao mesmo tempo, expressivo nome Geyer à sociedade
2733 brasileira. Desta maneira, com base nos argumentos acima expostos e corroborando as
2734 recomendações e os pareceres do Departamento de Patrimônio Material e da
2735 Procuradoria Federal que integram os autos deste processo, em reconhecimento da
2736 importância e do caráter exemplar, como conjunto histórico e artístico singular em
2737 nosso país, declaro-me favorável ao tombamento do acervo denominado “Coleção
2738 Geyer” e à consequente **inscrição no livro de tomo Histórico e no livro de tomo**
2739 **das Belas Artes. Este é o parecer que submeto ao Pleno deste Egrégio Conselho.**
2740 **Brasília, em 04 de Dezembro de 2014. Luiz Phelipe de Carvalho Castro Andrés.**
2741 **Conselheiro do Conselho Consultivo do IPHAN”.** A Presidenta abriu a palavra para
2742 manifestação dos Conselheiros. A Presidenta Jurema Machado agradeceu ao
2743 Conselheiro Luiz Phelipe Andrés pelo parecer e afirmou que o tombamento da coleção
2744 era uma pendência de vários anos, conforme poderia ser observado pelas datas da
2745 tramitação. Ao abrir a palavra para manifestação dos Conselheiros pediu que o
2746 Conselheiro Ângelo Oswaldo, Presidente do IBRAM, falasse sobre a coleção. “O
2747 tombamento da Coleção Gaia é, de fato, muito importante, pelas mais variadas razões.
2748 Nós celebramos 450 anos do Rio de Janeiro, mas comemoramos, também, uma doação
2749 muito significativa, de um acervo raro, que não deveria ser desmembrado, como bem
2750 entendeu o casal Geyer. Com o falecimento, este ano, de Dona Maria Cecília, o IBRAM
2751 e o Museu Imperial, tomaram todas as providências para que nós pudéssemos de fato,
2752 consolidar a doação e ter acesso ao imóvel residencial no Cosme Velho, e também ao
2753 levantamento necessário que foi praticado por técnicos do Museu Imperial de todos os
2754 itens da coleção, comparando esse novo levantamento com repertório que já havia sido
2755 estabelecido anteriormente ainda em vida do Dr. Paulo Gaia”. Explicou o Conselheiro.
2756 Pediu licença à Presidenta para que o Diretor do Museu Imperial, presente na sessão,
2757 Mauricio Vicente Ferreira, acrescentasse mais dados à sua explanação. A Presidenta
2758 concedeu a palavra do Diretor do Museu: “É uma honra poder participar apresentando o
2759 relato, desses últimos anos, da relação do Museu Imperial para com o acervo que foi
2760 doado pelo casal, em 8 de abril de 1999, saudoso casal Maria Cecília e Paulo Gaia. E foi
2761 uma surpresa, eu lembro muito bem da nossa Diretora na época, Maria de Lourdes
2762 Horta, me convidar para receber, recepcionar o casal. O Sr. Paulo Gaia e a dona Maria
2763 Cecília entraram na sala dizendo que: “Olha, pretendemos doar a coleção ao Museu
2764 Imperial.” Foi uma agradável surpresa naquele momento, e essa surpresa se transformou

2765 em uma ênfase, um desejo de conhecimento, de travar uma relação mais próxima, não
2766 apenas com a coleção, mas também com a história do colecionismo, porque esse casal
2767 perseguiu e conquistou, literalmente, essas 4.255 peças, ao longo de 40 anos. Como foi
2768 dito, muito bem pelo nosso Relator, a qual eu agradeço a excelente peça de defesa, essa
2769 coleção ficou em usufruto, ou seja, o casal gozou da proximidade, do pertencimento
2770 desse conjunto até o seu falecimento que definiu pela a inserção, pela inclusão desse
2771 acervo, em definitivo ao Museu Imperial. Mas observamos que desde o falecimento do
2772 Sr. Paulo, ocorrido em 2004, a relação entre a dona Maria Cecília e o Museu foi
2773 deteriorando por diversas razões, eu acredito, por questões familiares, de outras pessoas
2774 envolvidas nesse processo, de forma que desde 2007 o Museu Imperial perdeu o acesso,
2775 ou seja, foi proibido o acesso ao conjunto, representado por essa coleção magnífica no
2776 Cosme Velho. Antes, porém, o Museu realizou entre 1999 e 2003, o inventário dessa
2777 coleção e por isso chegamos a esse conjunto, esse total de 4.255 peças, 2.590 livros,
2778 1.120 obras iconográficas, e 466 objetos decorativos. O Museu, então, passou
2779 acompanhar a distância, com muito pesar, nessa situação. Tentou através dos meios
2780 formais, na sua Procuradoria Jurídica, formas para, recuperar esse acesso, algo que não
2781 foi possível. Concluindo, já agora em junho de 2014, quando do falecimento de dona
2782 Maria Cecília, assumimos, de fato, a casa e a coleção. O primeiro passo, o primeiro
2783 movimento, foi, justamente, de conferência do inventário concluído em 2003.
2784 Concluído esse trabalho em agosto desse mesmo ano, chegamos à conclusão que 138
2785 peças não se encontravam, ou melhor, não se encontravam no espaço. Tomamos todas
2786 as medidas junto à Procuradoria Federal, junto ao IBRAM, para reaver, para
2787 restabelecer o contato essas peças, diversas ações foram implementadas, como
2788 acionamos a Polícia Federal, acionamos a Justiça Federal. Isso está sendo conduzido de
2789 uma forma muito serena, e ao mesmo tempo ágil, pela nossa Procuradoria. “Nossa
2790 expectativa é que, em breve, essas peças sejam devolvidas pelos herdeiros”, concluiu o
2791 diretor do Museu Imperial. A seguir falou o Conselheiro Marcos Azambuja que disse
2792 ser a doação uma forma de benemerência. É o sentido de devolver à sociedade,
2793 sobretudo, um grande empresário, aquilo que recebeu. Mas, no caso brasileiro, é um
2794 raro exemplo, mas extraordinário e que devem ser muito valorizados. Acrescentou, que
2795 não por não ser fácil doar. Parece ser um ato simples, mas é bastante complicado. O
2796 problema no Brasil, segundo o Conselheiro Azambuja, é que a benemerência é punida.
2797 Quem quer fazer o ato generoso de devolver a sociedade o que dela recebeu, é punido,



2798 primeiro pelo egoísmo natural da família, que quer que aqueles bens continuem na sua
2799 alçada, e dois, por um Estado que não tem a tradição de absorção. Sugeriu à Presidenta
2800 do IPHAN a criação um pequeno Grupo de Trabalho para orientar possíveis doadores,
2801 sobre como proceder, considerando que há vários colecionadores interessados, e sem
2802 base para isso, e daí fosse feito um pequeno manual, listando os procedimentos de como
2803 agir, quem quer doar, e para os doadores de coleções, criar uma espécie de legião de
2804 honra para agraciá-los, concluiu. A Presidenta Jurema Machado, disse que estava
2805 registrado, mas que seria uma ação do IBRAM com o IPHAN, na linha dos vários
2806 grupos de trabalho para temas em conjunto, com a relação a bens móveis, porque às
2807 proteções somam-se as expertises, e o destino natural dessas coleções, também, são os
2808 Museus. A palavra foi dada ao Diretor do IPHAN, Andrey Schlee. Andrey registrou que
2809 o tombamento do acervo, nesse caso, não se estende à moradia, não havendo, portanto,
2810 relação recíproca., ou seja, há o tombamento do acervo. Pediu para constar em Ata que
2811 a casa não está tombada, não está protegida do ponto de vista do instrumento do
2812 Decreto Lei do Tombamento. Alertou para o fato de que as obras, hoje, não
2813 encontradas, desaparecidas, estão tombadas, porque elas foram inventariadas e agora na
2814 conferência para a finalização do processo é que se identificou o desaparecimento de
2815 138 obras, porque a base da construção do processo é o inventário que foi realizado
2816 anteriormente. Na sequência falou o Conselheiro Arno Wehling, para apoiar a proposta
2817 do embaixador Azambuja, dada sua experiência no Instituto Histórico e Geográfico
2818 Brasileiro, importante, em relação a isso. Vem recebendo doações desde 1838, não só
2819 do acervo arquivístico, mas também do acervo museológico. De acordo com o
2820 Conselheiro, durante sua gestão na Presidência do Instituto, teve algumas experiências
2821 desagradáveis com doações, em que há, ou contestação do herdeiro, mas, também, do
2822 cônjuge sobrevivente que concordou e depois mudou de ideia. Disse ser necessário
2823 algum tipo de regramento, embora exista no Código Civil, do ponto de vista cultural, do
2824 ponto de vista da Política de Estado em relação a isso. O último Conselheiro a se
2825 manifestar foi o Professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, que disse que nem
2826 imaginava haver várias questões que estão longe de serem sequer definidas, muito
2827 menos solucionados, mas que as questões legais são de extrema importância que sejam
2828 solucionados para que a doação complete os seus objetivos. Considerou que o
2829 tombamento não afeta as relações de propriedade, mas pode criar condições favoráveis
2830 de proteção, não tanto do ponto de vista geral, mas, por exemplo, do ponto de vista

2831 político. Por isso, concluiu afirmando a extrema importância do tombamento do acervo,
2832 como uma medida salutar nessa direção. A Presidenta apontou que o tombamento
2833 confere um princípio de integridade, de unicidade da coleção, não se tratando de discutir
2834 itens isolados, mas a ideia de coleção como um todo., e, aí, e se eu acho que é o enfoque
2835 do tombamento. E como há pendências jurídicas, o IPHAN, após o tombamento,
2836 participará de todas as medidas judiciais que digam respeito a manter a integridade da
2837 coleção. Não havendo mais comentários submeteu o tombamento da Coleção Geyer a
2838 votação, solicitando que os Conselheiros favoráveis levantassem o braço, tendo então, o
2839 Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural **aprovado por unanimidade o**
2840 **tombamento da Coleção Geyer no Rio de Janeiro, e sua inscrição no Livro do**
2841 **Tombo Histórico e no Livro do Tombo das Belas Artes, nos termos do Parecer do**
2842 **relator.** A seguir a Presidenta Jurema Machado deu continuidade à reunião passando ao
2843 ponto 4.2 – **Processo de Tombamento nº 1566-T-2008 – Acervo do Museu de Artes**
2844 **e Ofícios, em Belo Horizonte - Minas Gerais, Processo 01450.010232/2008-04,**
2845 **Relator Conselheiro Acir Pimenta Madeira Filho.** O Conselheiro iniciou a leitura do
2846 Parecer: **“PARECER SOBRE A PROPOSTA DE TOMBAMENTO DO MUSEU**
2847 **DE ARTES E OFÍCIOS (MAO), DE BELO HORIZONTE.** Há quase 9 anos, no dia
2848 14 de dezembro de 2005, inaugurava-se, no coração da capital mineira, o Museu de
2849 Artes e Ofícios (MAO), com um acervo de mais de dois mil objetos (hoje ampliados
2850 para mais de 2.500), vinculados direta ou indiretamente ao mundo dos fazeres e das
2851 ocupações artesanais, doados ao IPHAN por Ângela Gutierrez, Presidente do Instituto
2852 Cultural Flávio Gutierrez e, por felicidade, nossa colega neste Conselho. O Museu,
2853 abrigado nos dois prédios históricos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos
2854 (CBTU) da Praça Rui Barbosa, mais conhecida e referida pelos locais como Praça da
2855 Estação – porque ali, desde a década de 1920, funcionava e ainda hoje funciona a rede
2856 ferroviária, além da linha de metrô, de implantação mais recente –, foi concebido como
2857 espaço de preservação e de valorização da memória e do legado do trabalho no Brasil.
2858 Singulariza-se, nesse contexto, como o único no País a recolher peças, objetos,
2859 instrumentos laborais, ferramentas e demais petrechos ligados ao mundo da produção,
2860 dos ofícios e das técnicas pré-industriais, que permitem ao visitante ver, recompor e
2861 conhecer, numa viagem fascinante no tempo e no espaço, os diferentes processos de
2862 transformação não só do mundo material e econômico brasileiro do passado, mas
2863 também de sua realidade cultural e espiritual, representada nos variados objetos



2864 devocionais, ornamentais e de uso pessoal que integram e enriquecem a coleção.
2865 Instalado em dois prédios totalmente recuperados, restaurados e revitalizados, para
2866 acomodar os objetos do acervo, na antiga estação ferroviária belo-horizontina
2867 (tombadas as duas edificações pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e
2868 Artístico de Minas Gerais), numa área de 9.200 m², que incorpora jardim-museu – para
2869 peças de grande porte –, áreas de convivência, café, loja e área de eventos, o Museu de
2870 Artes e Ofícios consiste, nas palavras de sua idealizadora, num conjunto de peças que
2871 integram um “retrato consistente das formas, métodos e processos de trabalho no
2872 ambiente pré-industrial do Brasil. São ferramentas, objetos e utensílios, datados dos
2873 séculos XVIII ao XX, colecionados ao longo de décadas e doados ao Patrimônio
2874 Público. Em seu conjunto, expressam várias formas de conhecimento e diferenciadas
2875 formas de trabalho, contando muito do ambiente produtivo no País no período que
2876 antecedeu a muitas das profissões contemporâneas”. As coleções expostas no Museu,
2877 organizadas de forma clara, didática e criteriosa, agrupam-se em duas Galerias, cada
2878 qual juntando uma pluralidade de peças segundo sua categoria de uso. Desse modo,
2879 temos na Galeria A uma série de instrumentos diretamente ligados aos seguintes
2880 afazeres: a) Ofícios do Transporte (carpinteiro da roda, carpinteiro naval, carreiro,
2881 canoeiro, tropeiro e carroceiro); b) Ofícios Ambulantes (vendedor ambulante,
2882 trabalhador de rua e mascate); c) Ofícios do Comércio (carregador e vendedor); d)
2883 Proteção do Viajante (bússola, mapas, vestimentas, botas, proteção espiritual e armas).
2884 Na Galeria B, agrupam-se, por seu turno: a) o Jardim das Energias (que reúne um grupo
2885 de engenhos e engrenagens, como rodas d’água, máquinas motrizes, moendas de cana,
2886 hidráulicas ou de tração animal etc.); b) Ofícios da Mineração (com os instrumentos
2887 laborais do garimpeiro e do minerador, inclusive um pilão hidráulico para processar o
2888 material do garimpo); c) Ofícios do Fogo (caracterizados pelos objetos da forja metálica
2889 do ferreiro, do fundidor e do funileiro); d) Ofícios da Madeira (juntando as ferramentas
2890 e utensílios do tanoeiro, do carpinteiro e do marceneiro); e) Ofícios da Cerâmica (com
2891 os objetos da rica fábrica do ceramista e do oleiro); f) Ofícios do Comércio (que
2892 povoavam os espaços mercantis do boticário e do vendedor); g) Ofícios de Lapidação e
2893 Ourivesaria (em que primavam os labores do ourives e do lapidador); h) Ofícios do
2894 Couro (com a pletera de objetos feitos ou realizados pelo seleiro, pelo curtidor, pelo
2895 sapateiro e pelo chapeleiro); i) Ofícios da Terra (com vasto ferramental e utensílios dos
2896 que, na rica fase do Brasil açucareiro, exerciam as funções de lavrador, alambiqueiro ou

2897 mestre-de-açúcar); Ofícios da Conservação e Transformação dos Alimentos (que
2898 conformaram e conformam o gosto culinário de populações marcadas pela tradição
2899 firmada pelo farinheiro, pela cozinheira, pelo açougueiro, pelo queijeiro e pelo
2900 manteigueiro); e j) Ofícios do Fio e do Tecido (responsáveis pela decisiva produção das
2901 fazendas e panos que vestiam a população, séculos afora, ou abasteciam as casas e
2902 estabelecimentos comerciais do Brasil de antanho). Desde a sua entrada em
2903 funcionamento, o Museu vem contribuindo para promover um processo contínuo de
2904 requalificação urbana de suas imediações. Até os anos 1990, a Praça da Estação,
2905 conquanto ostentasse prédios e equipamentos de grande valor histórico-cultural, era
2906 zona degradada da cidade e, de certa forma, até evitada pela população belo-
2907 horizontina. Com os investimentos e benfeitorias postos em marcha pela Prefeitura e
2908 pelo Governo do Estado, iniciou-se a revitalização do conjunto urbano, coroada e
2909 favorecida com a criação do Museu de Artes e Ofícios, que passou a exercer o papel de
2910 polo atrativo de público e catalisador de atividades culturais que hoje fazem da Praça o
2911 seu palco privilegiado. Como se pode ler na documentação anexa ao Processo de
2912 Tombamento nº 1.566-T-08, que contém a proposta em apreço, os passos iniciais para o
2913 reconhecimento da importância patrimonial do Museu de Artes e Ofícios de Belo
2914 Horizonte foram dados em agosto de 2006, menos de um ano após sua inauguração,
2915 pelo historiador Adler Homero Fonseca de Castro, técnico do Departamento de
2916 Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, que, motivado pela sugestão da
2917 historiadora Júlia Wagner Pereira, do Programa de Especialização em Patrimônio
2918 IPHAN/UNESCO, reconheceu a riqueza e a abrangência das coleções do Museu, seja
2919 por sua cobertura conceitual ou por seu tratamento étnico, e propôs à então Gerente de
2920 Proteção, Jurema Arnaut, fosse o seu acervo tombado, para melhor preservação e
2921 proteção das valiosas peças, já doadas ao IPHAN desde antes da inauguração do Museu,
2922 em 2002. Com a aquiescência da então Diretora do MAO, Célia Corsino, procedeu-se a
2923 uma série de visitas ao local e de estudos documentais, com a finalidade de provar a
2924 validade do tombamento, em razão de sua importância para a proteção dos elementos da
2925 cultura nacional ali singularmente reunidos. Na perspectiva do historiador Fonseca de
2926 Castro, a aceitação do tombamento do acervo, além de resgatar uma dívida em relação
2927 ao reconhecimento dos bens culturais ligados ao trabalho, servirá de estímulo ao
2928 aprofundamento da pesquisa e da documentação das atividades artesanais ainda
2929 praticadas no Brasil (como, por exemplo, a produção de farinha, rapadura ou queijo



2930 artesanal) e ajudará a suprir lacuna ainda existente nas atividades de registro do
2931 patrimônio imaterial, quase sempre apresentadas sem o suporte físico necessário. O
2932 Museu é abrangente e abundante na exposição dos objetos componentes desse suporte
2933 físico. Outro aspecto que julgo relevante na apreciação do valor do MAO como espaço
2934 de aprendizagem, para além de sua destacada ação museológica, é seu compromisso
2935 com a formação ou ação educativa, por meio de programas de “Recepção de Públicos”,
2936 “Formação para Multiplicadores” e “Qualificação de Pessoal e Parcerias”. A direção do
2937 Museu mantém, igualmente, programas culturais como os projetos “Ofício da Música”,
2938 “Ofício da Palavra”, que buscam, entre outros objetivos, promover e divulgar a
2939 produção artística de Minas Gerais e do Brasil, em geral. Não menos importantes e
2940 produtivas são as atividades ali desenvolvidas com os jovens das comunidades
2941 economicamente vulneráveis, que atuam como assistentes de restauradores nos cursos
2942 de “Qualificação de Jovens na Área de Conservação”. São os novos ofícios sendo
2943 estimulados e disseminados junto aos diferentes segmentos sociais que frequentam o
2944 espaço do Museu. As dezenas de milhares de visitantes que, a cada ano, passam pelas
2945 galerias expositivas da antiga estação de trens de Belo Horizonte são, desde a criação do
2946 Museu de Artes e Ofícios, atraídas para uma viagem diferente e sugestiva ao universo
2947 das técnicas e práticas laborais de um passado ainda vivo sobretudo em certas áreas
2948 rurais do País. Esses visitantes não só desvendam, ao percorrerem as galerias, a
2949 utilidade dos objetos ali expostos, do ponto de vista de seu significado econômico ou
2950 fabril: muitas vezes tomam contato com instrumentos cujos nomes já lhes tinham sido
2951 apresentados nos livros de história ou na vigorosa literatura que, mesmo marginalmente,
2952 registra os processos de produção artesanal do Brasil. Como é possível alguém não se
2953 surpreender ao deparar com peças identificadas com termos algo esdrúxulos como
2954 alfanje, almofariz, bruaca, buril, carretilha, cornicha, covo, durindana, ex-votos, goiva,
2955 graminho, lazarina, mancebo, mangual, moldeira, parol, picuá ou véstia? Quase todas
2956 presentes no MAO assim como citadas em obras de autores de proa da literatura
2957 nacional como José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Mário Palmério e João Guimarães
2958 Rosa. Não será exagero afirmar, por exemplo, que, para os leitores dos textos
2959 encharcados de poesia verbal do gênio de Cordisburgo, minucioso na descrição
2960 pormenorizada da realidade dos homens, da natureza e dos afazeres e hábitos dos
2961 sertões, uma passagem pelo Museu de Artes e Ofícios equivale a uma consulta integral
2962 e viva a um vocabulário em movimento. Em outras palavras: o acervo que se propõe

2963 tombar retira sua importância do vasto repertório de ofícios que a colecionadora
2964 (precedida por seu pai nessa tarefa) conseguiu reunir e apresentar, numa profusão de
2965 objetos e petrechos artesanais, de utilidade inegável para o conhecimento tanto das
2966 práticas fabris do Brasil manufatureiro pré-industrial, como também para a decifração
2967 do imaginário gravado e recolhido nas narrativas literárias que reproduzem o mundo
2968 dessas mesmas práticas duradouras da vida brasileira. Os mais de 50 anos de
2969 garimpagem que o engenheiro Flávio Gutierrez fez dos milhares de objetos que
2970 encontrava em seus deslocamentos por todos os cantos do País resultaram numa coleção
2971 única de peças ilustrativas do saber-fazer de outrora. Essa coleção, núcleo do acervo do
2972 MAO, representa hoje um convite ao conhecimento e à descoberta de um mundo antigo
2973 e parcialmente ainda vivo, mas em acelerado processo de transformação. Curiosa e
2974 sintomaticamente, o indez de toda a coleção foi um tear de madeira com que o pai
2975 amoroso presenteou a filha adolescente, ávida de cultura, que, mais tarde, com
2976 desprendimento e altruísmo, doou a peça junto com todos os outros objetos ao IPHAN,
2977 para a formação do Museu. Cumpridos todos os trâmites oficiais e administrativos por
2978 parte do IPHAN e dos demais órgãos relacionados com o objeto, junto com o parecer da
2979 Advocacia-Geral da União e com os comunicados de praxe ao Governo do Estado de
2980 Minas Gerais, à Prefeitura de Belo Horizonte, à Superintendência do IPHAN em Minas
2981 Gerais e ao Instituto Cultural Flávio Gutierrez, foi-me submetido, no último dia 23 de
2982 outubro do ano em curso, pelo Secretário deste Conselho Consultivo, por meio do
2983 Despacho nº029, para análise e consequente parecer, o Processo nº 0148.002237/2008-
2984 85 (Volume único, com os Anexos I, II, e “III volumes I a VI”), que propõe o
2985 tombamento do Museu de Artes e Ofícios. Após fazer a leitura atenta do amplo material
2986 documental recebido, achei por bem, com vista a uma melhor compreensão do valor
2987 patrimonial do acervo a ser tombado, realizar visita a Belo Horizonte, para
2988 reconhecimento do espaço museológico, visualização dos objetos da coleção e
2989 entrevista com a direção do Museu. Conteí, para tanto, com o apoio do IPHAN, que me
2990 proporcionou a viagem à cidade onde vivi parte de minha juventude. Fui recebido pela
2991 Senhora Gabriela Araújo Batista, Diretora de Projetos Especiais do Instituto Cultural
2992 Flávio Gutierrez, que gentilmente me guiou pelas Galerias e áreas expositivas,
2993 esclarecendo-me dúvidas e iluminando aspectos de relevo sobre o funcionamento e
2994 gestão do Museu, bem como sobre a manutenção e conservação do acervo. Concluí
2995 minha visita ao MAO com um encontro com a Presidente do Instituto Cultural Flávio



2996 Gutierrez e fundadora do Museu, Conselheira Ângela Gutierrez, que, com sua habitual
2997 hospitalidade, me acolheu e descreveu o processo de formação e a doação do acervo,
2998 bem como as tratativas que resultaram na constituição do acordo com a Prefeitura de
2999 Belo Horizonte e com a CBTU para a criação do Museu de Artes e Ofícios. Seja pela
3000 leitura da caudalosa documentação que integra o processo em exame, seja pelas
3001 informações colhidas na visita recentemente realizada a Belo Horizonte e acima
3002 descrita, estou convencido do significado e da importância do Museu de Artes e Ofícios
3003 para o conjunto patrimonial e cultural brasileiro. Como forma de garantir a preservação
3004 desse singular acervo artístico-cultural, já pertencente ao IPHAN, **acompanho o**
3005 **entendimento e a posição defendida pelo historiador Adler Homero Fonseca de**
3006 **Castro no sentido de recomendar a inscrição da coleção do Museu de Artes e**
3007 **Ofícios no Livro do Tombo Etnográfico, “por seu valor excepcional de registro de**
3008 **modos de fazer do homem comum e de toda a sociedade brasileira”, bem como no**
3009 **Livro Histórico, “pela natureza única dos objetos coletados como documentos**
3010 **históricos”. Peço que este Conselho considere os argumentos apresentados e**
3011 **delibere em favor do tombamento do acervo do Museu como patrimônio material**
3012 **da cultura brasileira. Acir Pimenta Madeira Filho. Brasília, 4 de dezembro de**
3013 **2014”. A Presidenta agradeceu ao Conselheiro Acir e abriu a palavra para os**
3014 Conselheiros. O Conselheiros Roque Laraia se inscreveu para dizer que conhece o
3015 Museu por ter morado em Belo Horizonte e que o tombamento enriquece a museologia
3016 brasileira. Em seguida, falou a Conselheira Myriam Andrade Ribeiro, dizendo que para
3017 os mineiros foi uma grande e bela aquisição e que o Museu de Artes e Ofícios é um dos
3018 mais visitados. Além disso, foi fundamental para a revitalização da praça da estação. E
3019 pediu para Ângela Gutierrez e Célia Corsino, segundo ela, duas figuras essenciais na
3020 criação do museu para detalharem como foi a organização e a conceituação do museu.
3021 A Presidenta Jurema Machado passou a palavra à Conselheira Ângela Gutierrez que fez
3022 o seguinte depoimento: “Meu pai era engenheiro construía estradas. Viajava pelo
3023 interior do Brasil, não só de Minas. Eu era a filha mais velha. Devia ter seis, sete, oito
3024 anos, e me lembro, perfeitamente, de andar com ele pelo interior e por onde as estradas
3025 iam passando, e visitávamos as fazendas, as casas daqueles pequenos povoados,
3026 municípios de pouca importância, mas principalmente, fazendas. Ele parava e falava:
3027 “Tem alguma coisa a venda aqui? Vocês estão desmanchando essa casa? Estão
3028 construindo uma casa do lado? Tem alguma coisa na casa velha que vocês queiram

3029 vender?” E a gente entrava nas casas, às vezes, ele falava, “mas essa é a casa mais
3030 antiga?” Eu, já maiorzinha, falava, papai a casa mais antiga é essa que olha que é uma
3031 casa antiga. “Não onde tem um córrego, uma aguinha correndo, um pé de laranja da
3032 terra, uma jabuticabeira bem velha, vamos lá, porque teve uma primeira casa”. Lá, eu ia
3033 com ele pelas trilhas, acompanhando um corregozinho que sempre existe no quintal das
3034 casas, e ali estavam, realmente, vestígios de uma edificação mais antiga, então ele
3035 falava: “Olha aí, está vendo a gente tem que ir até o fim, tem que ver onde é que
3036 começou.” E aí, começava a olhar em volta, e sempre, uma pedra de mó, um pedaço de
3037 madeira do que foi um dia um moinho. E ele colocava aquilo em cima da caminhonete
3038 feliz da vida. O dono da fazenda mais feliz ainda, porque um engenheiro “louco” estava
3039 limpando pasto, e íamos junto tudo aquilo na nossa fazenda, que ficava, às vezes,
3040 muitos quilômetros longe desse lugar. Chegamos, também, em algumas casas boas e
3041 bonitas, onde a minha mãe ia para comprar peças antigas para decorar a casa, relógios
3042 de oito, cadeiras de palhinha, canapés, e que é o que usavam na época. Ele ia pra
3043 cozinha e eu ia atrás. Ia para a cozinha e pra o quintal. O que está na cozinha e no
3044 quintal são sempre os objetos de trabalho utensílios, apetrechos, esse universo da dona
3045 da casa e, às vezes, do dono da casa também. Me lembro de uma casa maravilhosa, onde
3046 dono era serralheiro e a tenda onde trabalhava estava lá fora, e ele falou: “Deus me livre
3047 disso aí, não quero mais nada, estou velho, cansado disso tudo. Isso aí, é entulho. O
3048 senhor pode levar”. Levamos aquilo tudo e a minha mãe achando um absurdo, nunca
3049 concordando muito. Mas foi assim que eu aprendi, Myriam, a gostar, a me apaixonar
3050 por esse tipo de peças., Meu pai morreu muito cedo, com 58 anos, e deixou um pouco
3051 dessa coleção, mas deixou no meu coração, na minha alma, no meu espírito, como diz
3052 minha mãe, é um vírus, também, que corre no sangue, mas eu continuei a procurar esse
3053 tipo de peças, e durante uma longa fase, eu procurei sozinha. Ninguém queria carro de
3054 boi, ninguém queria pilão, ninguém queria os apetrechos de cozinha de uma fazenda do
3055 século XVIII, ninguém queria nada disso, ninguém queria as carrancas de pedras
3056 maravilhosas do Rio São Francisco, ninguém queria saber disso. Eu fui juntando e
3057 quando eu doei os oratórios, que foram motivo de anos e anos de trabalho como
3058 colecionadora, como restauradora, ficou um vazio literalmente, ali no espaço onde os
3059 oratórios ficaram por anos quase 30. Quando eu os levei para o museu, depois par o
3060 IPHAN, também, ficou um vazio aqui dentro. Eu não sabia bem como eu ia fazer, e
3061 comecei a me organizar, separando os ofícios. Nesse ponto chamei o Pierre Catel, ele



3062 estava na França, um museógrafo de importância enorme na Europa, e apaixonado pelo
3063 Brasil, que tinha montado para mim o museu do oratório. Ele chegou à minha fazenda e
3064 falou: “olha você é uma museóloga e aqui tem um museu pronto”. Viu uma grande
3065 cobertura antiga onde era um bezerreiro desativado da nossa fazenda, e ele falou “isso
3066 aqui é um museu de artes e ofícios, porque você tem a sequência dos ofícios. Tem a
3067 bateia onde o ouro apareceu, tem o instrumento do ourives. Você tem todo o processo.
3068 Então, isso aqui é um museu”. Chamei Célia Corsino e a convenci a ir trabalhar comigo,
3069 em Minas Gerais e foram quatro anos quase intensos, nos organizando para que essa
3070 sequência de ofícios ficassem didaticamente expostas para servir mesmo de escola, que
3071 esse é o papel que o museu tem hoje: as escolas vão lá, os meninos aprendem, às vezes
3072 os professores não têm a noção do que foi a origem daquele ofício, daquele trabalho
3073 contemporâneo daquela profissão contemporânea, então vão lá para aprender. E daí para
3074 cá a gente caminhou bastante, e é muito importante esse tombamento aqui hoje. Vocês
3075 não podem imaginar como é importante este tombamento, porque a Praça da Estação,
3076 era completamente esquecida pela população, e habitada por um tipo de gente que saiu
3077 de lá. Ali havia roubos, divisão de produtos roubados, a droga corria solta, e ainda, a
3078 prostituição. Quando eu entrei pela primeira vez, o túnel que liga um prédio ao outro,
3079 nós tivemos que ir jogando balde com cloro para conseguir tirar ali o grosso da sujeira
3080 para conseguir passar. Mas com o prêmio internacional que nós recebemos pela
3081 restauração do sítio no centro de uma capital, então todo mundo começou a prestar
3082 atenção nessa praça da estação e no museu, também. Então hoje aquilo ali é foco de
3083 interesse e eu tinha muito medo de que a coleção não sendo tombada e eu não estando
3084 ali mais, ou pelo menos não podendo mais ser gestora do espaço, que aquilo fosse pelo
3085 menos dividido, que aquilo virasse acervo de outros espaços e ali dentro fosse
3086 implantado alguma coisa. Então esse tombamento é muito importante, coroa o nosso
3087 trabalho e nos dá uma alegria enorme. Agora, a Célia vai falar de uma maneira bem
3088 técnica, bem didática, sobre a montagem. Eu só sei falar com coração de
3089 colecionadora”. Em seguida a Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial, Célia
3090 Corsino, também deu depoimento sobre sua participação na organização do Museu de
3091 Artes e Ofícios. Começou dizendo de sua emoção pelo tombamento, sendo a expressão
3092 material daquilo que se defende no patrimônio imaterial. Nas palavras dela, deve-se ter
3093 o mesmo respeito pela Coroa do Imperador e pelo chapéu de palha, e que tomba-se uma
3094 coleção do povo brasileiro, e isso mostra que a proteção e preservação do patrimônio

3095 cultural brasileiro são, hoje, muito mais abrangentes, e se trabalha sempre pela inclusão.
3096 Falou da liderança de Ângela Gutierrez sobre uma equipe enorme, multidisciplinar,
3097 muito afinada, mostrando que se faz um museu não só com museólogos, mas com
3098 respeito a outras profissões, estando diariamente no Museu, tomando conta de tudo.
3099 Célia Corsino, afirmou, ainda, que museus não existem apenas para preservar colecções,
3100 mas existem para fazer a diferença. A pessoa tem que entrar e sair diferente, e ele pode
3101 constatar isso no Museu de Artes e Ofícios. Completou seu depoimento dizendo que
3102 falaria sobre a experiência da montagem do Museu, “foi uma montagem do Museu com
3103 a cara do Museu, aí nós trabalhamos com várias equipes, mas a montagem mesmo da
3104 exposição, foi a equipe que estava lá no Museu. O francês ensinava como é que a gente
3105 fazia o nó no fio de nylon, e a gente fez, absolutamente, artesanalmente, toda a
3106 montagem do Museu, cada pedacinho, cada caixinha que eu pedia para fazer, era feito lá
3107 no Museu. As grandes estruturas se compraram fora, mas também, com o pessoal lá
3108 para dentro, era tudo feito, absolutamente, artesanal, com um sentimento muito grande.
3109 Foi, principalmente, uma experiência humana, um pouco que a gente tem perdido hoje
3110 nos Museus, porque você faz sempre contratações de equipes externas, que chegam ali e
3111 fazem aquele negócio e vão embora. É isso. Foi tudo construído com muito amor”. A
3112 Presidenta Jurema Machado falou da importância desses dois registros, e aproveitou
3113 para comentar sobre a solução arquitetônica do Museu, na sua relação com a linha do
3114 trem, segundo ela, sensacional. Comparou com o Museu da Luz, em São Paulo, a maior
3115 estação ferroviária do país, mas não se consegue enxergar a presença do trem. Apontou
3116 que é uma outra abordagem, mas que não há nenhuma conexão com quem passa por ali,
3117 sem qualquer indicador da existência de um museu, no caso o Museu da Língua
3118 Portuguesa, um tema que diz respeito a todos, enquanto que os passageiros do Metrô de
3119 Belo Horizonte, veem o Museu. Passa um trem de minério da Vale, pesadíssimo, fazem
3120 um barulho imenso, faz tremer as estruturas, mas é o espírito do lugar, segundo ela. O
3121 Conselheiro Ulpiano Bezerra de Meneses, declarou que poucos museus o emocionaram,
3122 com exceção para o Museu Paulista, dos qual ele foi diretor, e o Museu de Artes e
3123 Ofícios, este porque ali os objetos e sua maneira de se expor, é como experiência
3124 humana materializada. Ali, de acordo com ele, se integram o material e o imaterial.
3125 Disse endossar o parecer do relator. Dando continuidade à reunião, o Conselheiro
3126 Marcos Azambuja pediu a palavra. Disse que ficou emocionado com que ouviu das
3127 falas de Ângela Gutierrez e de Célia Corsino. Lamentou que tudo aquilo não fosse

3128 filmado, afirmando que o Brasil filma o Brasil apenas em seus piores momentos, como
3129 por exemplo situações parlamentares constrangedoras, situações políticas vergonhosas e
3130 não filmam essa decisão do Conselho. ouvi aqui hoje. “Houve depoimentos que
3131 mostram uma fidelidade ao Brasil, um amor à cultura, à civilização brasileira, uma coisa
3132 extraordinária e de graça, tudo isso, de graça. Eu acho que nós devíamos pensar de, em
3133 certos momentos, ter uma memória visual melhor do nosso trabalho. O que foi dito
3134 aqui, hoje, é um depoimento que, daqui a anos, não será mais recuperável, não haverá
3135 mais quem diga o que foi dito aqui”. Comentou que quando visitou o Museu pela
3136 primeira vez, se sentiu visitando a história do Brasil, de um Brasil trabalhador, um
3137 Brasil operário, no sentido rural, brilhantemente apresentada e que o Museu tem uma
3138 grande simplicidade com os seus objetos, e uma imensa sofisticação conceitual, um dos
3139 Museus mais sofisticados que ele conhecia. A seguir se pronunciou o Conselheiro
3140 Ângelo Oswaldo que falou da inauguração há poucas semanas de um novo Museu
3141 criado por Ângela Gutierrez, em Tiradentes, no prédio da velha cadeia pública, onde
3142 instalou um Museu de Santana, com a doação de cerca de 300 imagens de Santana,
3143 Santana Mestra, Santana Guia, colecionado por ela ao longo do tempo. Lembrou que
3144 quando ela decidiu enfrentar o desafio de instalar o Museu de Artes e de assumir a
3145 recuperação dos prédios da praça da instalação ferroviária em Belo Horizonte, foi
3146 oferecido a ela, em primeiro lugar, o prédio da antiga Faculdade de Odontologia que
3147 havia se transferido para a Cidade Universitária, em Cidade Jardins, um bairro
3148 sofisticado de Belo Horizonte, onde ela reside, e a poucos metros da sua casa, e a
3149 Ângela disse: “Aqui na cidade Jardim ninguém quer ver Museu, não. Aqui, o povo nem
3150 vai chegar. Eu não quero isso aqui, não.” Ela aceitou a possibilidade de ir para a
3151 Estação, enfrentando uma luta burocrática tremenda para conseguir e, depois, algo
3152 quase que impensável, segundo Ângelo Oswaldo, que era resgatar os prédios em ruínas
3153 e sem vida. Ambos foram completamente restaurados, com uma restauração merecedora
3154 de elogios, porque ela teve cuidado de cada detalhe, dentro de todos os padrões e todos
3155 métodos que o IPHAN recomenda, e isso implicou, depois, na restauração da Praça da
3156 Estação, uma Praça bastante extensa e bastante ampla, e hoje, é um dos lugares
3157 referenciais de Belo Horizonte, além de contribuir para a revitalização do Centro da
3158 Cidade que estava abandonado. A Conselheira Cecília Londres, após Ângelo Oswaldo,
3159 parabenizou o trabalho de construção do Museu. Destacou que Ângela possui, como
3160 colecionadora, uma visão pessoal muito ampla e totalizadora sobre patrimônio, indo de



3161 obras refinadas como as Santanas e os Oratórios, até o quintal, trazendo para o
3162 patrimônio cultural, o mundo do trabalho, com enorme dignidade, pensando no cuidado
3163 da montagem, da linguagem, da formação, da difusão. Maria Cecília Londres Fonseca,
3164 em torno do que o Conselheiro Marcos Azambuja havia falado sobre a valorização dos
3165 colecionadores, aproveitou para sugerir a transformação desses depoimentos numa
3166 publicação, como um reconhecimento e, também divulgação de uma trabalho exemplar,
3167 com o sentido de instigar novos depoimentos. Para reforçar sua ideia, apontou uma
3168 coleção do IPHAN sobre Memória Oral, com depoimentos de experiências de pessoas
3169 com o patrimônio. A Presidenta Jurema Machado agradeceu a sugestão e, não havendo
3170 mais manifestações, colocou em votação o Parecer do relator, Acir Pimenta Madeira
3171 pelo Tombamento da Coleção do Museu de Artes e Ofícios, de Belo Horizonte, Minas
3172 Gerais. **A Conselheira Ângela Gutierrez, por ser a doadora da coleção, pediu para**
3173 **se abster, tendo os Conselheiros votantes, aprovado por unanimidade o**
3174 **Tombamento da Coleção do Museu de Artes e Ofícios, com inscrição no Livro do**
3175 **Tombado Arqueológico Etnográfico e Paisagístico, e no Livro do Tombo Histórico,**
3176 **nos termos do parecer do relator.** Encerrada a pauta prevista para o período, a
3177 Presidenta Jurema Machado verificando que o horário permitia a antecipação da análise
3178 do ponto 5.2. Processo de Tombamento nº 1613-T-2010 – Impugnação do tombamento
3179 da Base Fluvial de Ladário e correção da poligonal de entorno do Forte Junqueira,
3180 respectivamente em Ladário e em Corumbá, Mato Grosso do Sul, Processo
3181 01458.003599/2010-16, a serem relatada pelo Conselheiro Synésio Scofano Fernandes,
3182 consultou o Conselho sobre a proposta de antecipação desse ponto de pauta, e os
3183 Conselheiros concordaram com a inversão. O Conselheiro relator do processo,
3184 impossibilitado de estar presente, enviou manifestação para ser apreciada pelo
3185 Conselho. O Diretor do DEPAM, Andrey Schlee, passou a esclarecer a questão: “Na
3186 verdade, é uma correção de procedimentos de um tema pautado na 76ª reunião, em 11
3187 de Setembro. E como não foi devidamente colocado em votação, geramos uma
3188 pendência do ponto de vista de um pedido de impugnação. Então, formalmente,
3189 necessitamos colocar a impugnação em votação e, no caso de os Conselheiros
3190 derrubarem a impugnação, acertamos, então, o registro do tombamento. O que
3191 aconteceu? No primeiro momento, quando foi instruído o processo do tombamento da
3192 Base Fluvial de Ladário, nós definimos uma área de tombamento, e um perímetro de
3193 entorno, como, em geral, acontece. Esse processo ele foi todo construído com a ajuda e

3194 com a discussão do próprio Exército e da Marinha, quando era o caso. E houve uma
3195 impugnação, cuja teor é o seguinte: “Por meio do Ofício nº 1.074 de 29 de junho de
3196 2011, o Comando do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil, havia se pronunciado
3197 contrário ao tombamento da Base de Ladário, pedindo sua impugnação, alegando,
3198 principalmente, os transtornos que as possíveis restrições decorrentes do tombamento
3199 sobre a área do entorno, 200 metros em torno da edificação; e a necessidade de anuência
3200 do IPHAN para intervenções na área interna da Base Fluvial, poderiam causar a sua
3201 operação.” Então nós fizemos uma reunião com a Marinha aqui, no DEPAM, e logo em
3202 seguida, quando o processo foi encaminhado ao General Synésio, ele continuou
3203 trabalhando em cima disso, e chegamos a uma proposta que era a de concentrar o
3204 tombamento no imóvel e, nesse caso, não adotar uma área de entorno. A área de entorno
3205 era de 200 metros, gerada a partir de um critério que se utilizou bastante aqui no
3206 IPHAN, que era a linha de tiro, que invadia áreas de uso, hoje, intenso, da própria
3207 Marinha. Isso incomodou bastante a Marinha, do ponto de vista das dificuldades, de
3208 cada vez que mexendo na sua área de atribuição, ter de alguma forma solicitar a
3209 autorização para o IPHAN. Nós chegamos a esse consenso, e o processo veio para cá já
3210 pacificado, no entanto, como não houve a consulta sobre a impugnação, eu vou só ler o
3211 trecho, então, encaminhado pelo General Synésio: “Manifestação do Conselheiro
3212 Relator acerca da impugnação. Embora o tombamento da muralha da base tivesse sido
3213 contestado pelo Comando da Marinha, entendimentos com o Comandante da Base e
3214 com os seus escalões superiores, possibilitara a aceitação do tombamento das referidas
3215 muralhas, sem que houvesse a necessidade de delimitar uma poligonal de um entorno,
3216 nem uma área de não edificante. Essa solução já ocorreu em outros processos de
3217 tombamento e foi aceita, unanimemente, pelo Conselho Consultivo do IPHAN, não
3218 reunião anterior.” Após a discussão, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural
3219 decidiu por **unanimidade acatar parcialmente a impugnação apresentada pela**
3220 **Marinha do Brasil ao tombamento da Base Fluvial de Ladário, opinando pela não**
3221 **delimitação de poligonal de entorno, e restringindo o tombamento às muralhas e**
3222 **acervo de artilharia, nos termos do Parecer do Conselheiro Relator, conforme**
3223 **aprovado na 76ª Reunião do Conselho Consultivo, realizada em 11 de setembro de**
3224 **2014.** Sobre a delimitação da poligonal de entorno do Forte Junqueira, após a
3225 verificação de erros contidos nos pontos descritos no Parecer originalmente apresentado
3226 pelo Conselheiro Relator, este enviou uma proposta de correção, a qual foi aceita por

3227 unanimidade. Finalizada a pauta do prevista para o período da manhã, a Presidenta
3228 encerrou a reunião, convocando os Conselheiros para o período da tarde. **PERÍODO**
3229 **DA TARDE – ÀS 14 horas do dia 4 de dezembro de 2014**, foi retomada a
3230 continuidade da 77ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para
3231 análise dos seguintes pontos de pauta: 4.3 – Processo de Tombamento nº 1627-T-02011
3232 – Terreiro Zogbodo Male Bogun Seja Unde (Roça do Ventura), em Cachoeira, Bahia,
3233 Processo 01502.000147, Relator Conselheiro Roque de Barros Laraia; Ponto 5.
3234 **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DE TOMBAMENTOS. 5.1 – Processo de**
3235 **Tombamento nº 968-T-78- Rerratificação da poligonal de tombamento do Conjunto**
3236 **Arquitetônico e Paisagístico de Icó, Ceará, Processo 01450.01602/2008, relatora**
3237 **Conselheira Cléo Alves Pinto de Oliveira; A Presidenta passou a palavra ao Conselheiro**
3238 **Roque de Barros Laraia para fazer apresentação de seu Parecer, aqui reproduzido.**
3239 **“PARECER do Processo: 01502.000147/2009-5 - Terreiro Zogbodo Male Bogum**
3240 **Seja Unde – Roça do Ventura.** O presente processo referente ao tombamento do
3241 Terreiro Zogbodo Male Bogum Seja Unde – Roça do Ventura, situado no Município de
3242 Cachoeira, Estado da Bahia, já foi analisado por este Conselho na 67ª Reunião,
3243 realizada em 3 de maio de 2011, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães, em
3244 Brasília. Nessa ocasião o Conselho aprovou o Parecer, elaborado por este mesmo
3245 Relator, que “considerou que a solução encontrada pelos técnicos do IPHAN propondo
3246 o tombamento emergencial e provisório é o mais sensato, pois permitirá a tomada de
3247 medidas necessárias para a salvaguarda do sítio, além de permitir o aprofundamento da
3248 história do grupo. Cabe lembrar ao Conselho que uma parte considerável terreiro, a
3249 chamada Roça de Cima, estava sendo alvo de intervenções ilegais por parte de posseiros
3250 e que a Superintendência do IPHAN da Bahia estava tomando as medidas cabíveis para
3251 a desocupação da área. A referida área foi sede de um dos terreiros de Candoblé
3252 fundado no século XIX por africanos da etnia Jeje, o maior grupo africano de origem de
3253 quase todo o período do tráfico de escravos na Bahia. Atualmente, essa área
3254 denominada Roça de Cima é parte da mata ocupada por espaços e árvores sagradas
3255 fundamentais para a liturgia e a memória da comunidade religiosa da atual Roça do
3256 Ventura, que herdou o terreiro da Roça de Cima ainda no século XIX. Em nosso
3257 primeiro Parecer, considerando não constar do processo um laudo antropológico,
3258 fizemos menções aos trabalhos antropológicos então disponíveis sobre a presença na
3259 Bahia, como também em Recife, dos ritos da nação Jeje, da tradição vodun, e que os

3260 mesmos foram posteriormente e superados pela tradição Yorubá. Com efeito, Nina
3261 Rodrigues, autor de Africanos no Brasil, resultante de sua pesquisa realizada entre 1890
3262 e 1905, escreveu “não possuem mais cantos ou sítios especiais de reunião. São
3263 encontrados disseminados pela cidade, uns no Campo Grande, outros na rua da Poeira,
3264 alguns no comércio, na cidade baixa ou na Baixa do Sapateiro. Como Nina Rodrigues –
3265 hoje considerado o primeiro antropólogo brasileiro – concentrou a sua pesquisa na
3266 cidade de Salvador, ignorou o fato de que os Jeje estavam se estabelecendo na região de
3267 Cachoeira. Donald Pierson – professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo,
3268 nos anos 30 e 40, realizou pesquisas na Bahia. Em seu livro Brancos e Pretos na Bahia
3269 (1942), referiu-se a uma seita da cidade de Cachoeira, “de descendência Gege mais pura
3270 da região”. Roger Bastide – antropólogo, Professor da Universidade de São Paulo –
3271 autor do clássico As Religiões Africanas no Brasil (1960) afirmou que na Bahia existem
3272 provavelmente três casas Gege. Com essas citações o Relator procurava suprir a
3273 carência, no processo, de um trabalho antropológico mais detalhado sobre os Jeje na
3274 Bahia, sobretudo em Cachoeira. Na continuidade dada ao processo, após a 67ª reunião,
3275 essa lacuna foi preenchida. O processo foi enriquecido por um parecer elaborado pelo
3276 Professor Doutor Luis Nicolau Parés, da Universidade da Bahia, como demonstra o
3277 Parecer Técnico de Maria Paula Fernandes Adinolf, daquela Superintendência. Esta
3278 elogiou a qualidade do parecer apresentado e, para dar prosseguimento ao processo,
3279 solicita a anexação da documentação utilizada. O que ocorreu em 30 de setembro de
3280 2014. Na folha de número 500 do processo consta o Despacho 001/2014, assinado pelo
3281 Sr. Superintendente do IPHAN na Bahia, Carlos Amorim, encaminhando o processo a
3282 Sra. Presidente do IPHAN. Nesta mesma folha, o Sr. Chefe do Gabinete da Presidência
3283 remeteu o Processo ao DEPAM para apreciação e posterior encaminhamento ao
3284 Conselho. Em 31 de outubro, Carolina Di Lello Jordão Silva, técnica do DEPAM, que
3285 após descrever os procedimentos do processo concluiu que “o laudo antropológico, os
3286 levantamentos arquitetônicos e as poligonais do tombamento e entorno
3287 georeferenciados atendem integralmente a exigência apresentada pelo Conselho
3288 Consultivo, sendo recomendado o retorno do processo à pauta do Conselho, conforme
3289 aprovado na 67ª Reunião, para a apreciação do tombamento do Terreiro Zagbodo Male
3290 Bogun Seja Unde- Roça do Ventura, nos livros do Tombo Histórico, Geográfico e
3291 Paisagístico”. Nessa mesma data, o Sr. Andrey Schelee, Diretor do DEPAM, firmou o
3292 seguinte parecer: “Considerando a manifestação do Conselheiro Roque de Barros

3293 Laraia, em 3 de maio de 2011, que indicou pela ratificação do Tombamento Provisório
3294 do Bem e solicitou complementação da informação processual; considerando o laudo
3295 antropológico elaborado pelo Professor Luis Nicolau Parés; considerando os mapas que
3296 delimitam e indicam as respectivas poligonais de tombamento e de entorno do Bem;
3297 considerando a atual manifestação do DEPAM sou pelo encaminhamento ao
3298 Conselheiro Roque Laraia para análise e manifestação conclusiva sobre o tombamento
3299 do Bem.” Em 5 de novembro, o Sr. Jorge Augusto Oliveira Vinha, Secretário do
3300 Conselho Consultivo, encaminhou o presente processo ao relator, Roque de Barros
3301 Laraia, que após uma nova análise do mesmo, **recomenda o Tombamento – em**
3302 **caráter definitivo – do referido Terreiro nos Livros do Tombo Histórico, e no**
3303 **Livro do tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Brasília, 3 de dezembro**
3304 **de 2014. Roque de Barros Laraia. Conselheiro”**. A Presidenta agradeceu ao
3305 Conselheiro e pediu licença para dar um depoimento, que segundo ela, já havia dado
3306 quando ainda era Conselheira, quando foi submetido pela primeira o processo ao
3307 Conselho: “Houve, houve uma coincidência que eu tinha acabado de voltar de lá, de
3308 conhecer a Roça do Ventura, porque na época eu trabalhava na UNESCO, e a UNESCO
3309 fez o lançamento daquela coleção da história geral da África, que é uma coleção muito
3310 importante para historiografia da África e de toda da questão cultural, houve um
3311 lançamento da edição em português que foi feito em Salvador e em Cachoeira. E nessa
3312 ocasião nós trouxemos aqui pela UNESCO vários historiadores africanos de projeção
3313 internacional em atividade também de várias universidades do mundo. Dos africanos,
3314 um deles que é hoje professor da Universidade de Havard, se impressionou
3315 sobremaneira com a organização do terreiro, por fazer a identificação para uma série de
3316 práticas, que ele conheceu na infância na África, embora já deslocado, vivendo na
3317 Europa há muitos anos. Os africanos de um modo geral, se impressionam muito, porque
3318 muitas dessas tradições são mantidas no Brasil, muito mais do que nos países africanos,
3319 porque também a forma como aconteceu a escravidão com a vinda para o Brasil, de
3320 povos de origens muito diferentes na África, e a mistura desses povos em um mesmo
3321 sitio, cria para eles uma certa dificuldade de compreensão da língua, da iconografia etc.,
3322 porque se fundem e são muitas Áfricas em um mesmo local, e no caso do Ventura, ele
3323 identificou exatamente, as funções do templo, a forma do rito se utilizar do território,
3324 porque na verdade, aquela indicação de uma casa que está ali, tem uma função. Mas, as
3325 principais atividades são realizadas em um córrego, em uma água que passa mais em

3326 baixo, e foi exatamente essa relação com água a presença ali do córrego, que era o que
3327 mais se assemelhava aos ritos africanos, quer dizer, houve um diálogo entre esses
3328 professores e o grupo que estava naquele momento representando o terreiro, de uma
3329 profunda assim, identidade e reconhecimento tanto da iconografia, como da organização
3330 do culto, que impressionou muito, eu acho que chama atenção, e talvez os conselheiros
3331 estejam pensando exatamente nisso. No caso da Roça do Ventura, me parece que é uma
3332 conformação bastante diferenciada em relação aos demais terreiros, que inclusive o
3333 IPHAN já fez várias tombamentos. Na Bahia, foram os terreiros de Casa Branca/ Ilê
3334 Axé Iyá Nassô Oká; o Ilê Axé Opo Afunjá; o Gantoá/ Ilê Iyá Omin Iyamassé; o Bate
3335 Folha/ Mansu Banduquenqu; Alaketu/Ilê Maroiá Laji; Oxumaré/ Ilê Axé Oxumaré, e
3336 esse era o sétimo, além da Casa das Minas, no Maranhão, a maior parte desses com
3337 conformações mais urbanas, em terrenos menores, bastante diferente dessa conformação
3338 da Roça do Ventura, que em Cachoeira, todo mundo identifica, como uma tradição oral,
3339 o que delimita, o que identifica a Roça do Ventura. É diferente da conformação da
3340 maior parte dos demais, hoje já totalmente envolvidos pela cidade. A localização da
3341 Roça do Ventura, é bem próxima do Centro Histórico, mas mais afastada, com áreas
3342 não ocupadas. Entre os limites da Roça do Ventura e a cidade há um vazio, mas não
3343 muito distante do Centro histórico de Cachoeira”. Jurema Machado pediu ao
3344 Superintendente do IPHAN na Bahia que agregasse algumas informações posteriores a
3345 instrução do processo. Carlos Amorim atendendo ao pedido da Presidenta,
3346 complementou o comentário dela, prestou o seguinte depoimento: “Boa tarde a todos,
3347 Sra. Jurema Machado, Senhores Conselheiros. O tombamento da Roça do Ventura vem
3348 completar um processo de classificação e ação do IPHAN, quanto ao patrimônio afro-
3349 brasileiro. No ano de 2009, nós fizemos um grande seminário internacional em
3350 Salvador, que resultou em uma publicação muito relevante, sobre as políticas de
3351 acautelamento do IPHAN e sua relação com os templos afro-brasileiros protegidos.
3352 Nisso ficou constatado que, para além do tombamento dos primeiros terreiros, foram
3353 muito pequenas as discussões posteriores. Hoje, é evidente, que é muito importante o
3354 programa que desenvolvemos com a Universidade Federal da Bahia para o
3355 levantamento dos aspectos intangíveis que essa cultura representa. Mas é fundamental
3356 perceber que o tombamento é, de fato, a única garantia de direito que esses bens
3357 possuem. Se não fosse a ação do IPHAN, movida junto ao Ministério Público Federal, o
3358 terreiro teria sido inteiramente dizimado em uma ação criminosa e ilegal, com uma

3359 única inspiração que era a especulação imobiliária. Apesar não ainda existir
3360 tombamento provisório, apenas o processo de tombamento aberto inspirou o Juiz
3361 Federal a garantir liminarmente a segurança do terreiro e, posteriormente, que o terreiro
3362 permanecesse íntegro, quando adveio o tombamento provisório. Então essa base
3363 territorial é onde está localizada a garantia de direito. O que se preserva, é o que Donald
3364 Pierson dizia em Brancos e Pretos na Bahia, o terreiro é como um símbolo concreto,
3365 uma pequena África. Nele se representa a familiaridade no espaço, ou seja, uma
3366 organização espacial concreta que permite que a cosmogonia se realize, se manifeste.
3367 Então, é a familiaridade do território, o cheiro do sangue da matança sacrificial do
3368 holocausto e o batuque dos tambores, que faz as divindades prestarem atenção naqueles
3369 que foram exilados, naqueles que foram expulsos de seu território. Por isso, só existem
3370 terreiros de candomblé na América. Não existem terreiros de candomblé na África,
3371 porque o espaço sagrado na África é todo ele. Nossa poligonal pretende dar conta de
3372 todo o espaço sagrado que restou a ser preservado e não é porque esse terreiro tem uma
3373 característica especificamente rural. Os terreiros tombados em Salvador, tinham essa
3374 configuração, uma parte de mata, água, uma parte de cerrado, o espaço sacrificial,
3375 muitas árvores, etc. Com o avanço da expansão urbana da cidade, com o avanço da
3376 organização da cidade de Salvador, as áreas que eram periféricas se tornaram centrais.
3377 Para quem conhece a cidade de Salvador pode perceber o seguinte: próximo à Sede do
3378 IPHAN, que é a Casa Berquó, uma casa civil de maior importância, que já ficava fora
3379 da primeira muralha da cidade de Salvador, existia uma área conhecida como Matança
3380 onde hoje está a Igreja da Barroquinha, no final do rio das tripas, hoje canalizado e
3381 sobre ele passa uma avenida. Próxima a essa matança, por volta do final do século XVII
3382 início do século XVIII, estabeleceu-se provavelmente, a primeira versão da sede do
3383 terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, que foi o primeiro bem afro-brasileiro
3384 tombado pelo IPHAN. Isso era periferia da cidade do século XVII, do século XVIII.
3385 Todos os outros terreiros, que estão tombados, estão também em áreas que foram
3386 periferia e se tornaram centrais, e o território foi maximamente reduzido, então essa é a
3387 configuração normal dos terreiros de candomblé, eles seriam todos assim quando
3388 começaram a existir, pelo menos para a nossa historiografia, por volta do século XVII e
3389 XVIII, e depois eles foram sendo reduzidos, reduzidos, reduzidos, como o caso do
3390 Oxumaré, que foi recentemente tombado, do qual restam apenas, creio que 30 ou 35%
3391 da área original, ainda que se continue a reproduzir a mata, a água, a savana, o espaço

3392 sacrificial e a parte da vegetação sacralizada. Então, tombar o terreiro é fundamental
3393 para garantir, não apenas os aspectos imateriais ou cosmogônicos, mas para garantir o
3394 direito daquela especialidade permanecer situada no futuro. Não se trata de uma política
3395 de reparação, se trata de reconhecer que essa cultura é a nossa cultura, que isso é
3396 imprescindível para nossa formação, e que isso de fato nos representa futuramente, e é o
3397 que nós somos”. A Conselheira Cecília Londres Fonseca perguntou sobre a dimensão
3398 do da área e a distância do centro de Cachoeira. Carlos Amorim respondeu informando
3399 ser muito próximo do centro e enfatizou que o Centro histórico de Cachoeira é o
3400 segundo maior do Estado da Bahia, com cerca de 2000 imóveis, em graças aos
3401 investimentos em grande quantidade do PAC Cidades Históricas e mais os do IPHAN,
3402 vive um enorme renascimento social e político, com a instalação da Universidade
3403 Federal do Recôncavo. Segundo ele, em Cachoeira foram feitas todas as ações de
3404 restauração possíveis de restauração do patrimônio tradicional, eurocêntrico. Ressaltou
3405 uma curiosidade, a restauração do cemitério dos alemães. As irmandades católicas não
3406 aceitavam pessoas de outras religiões e Cachoeira era uma cidade que tinha judeus,
3407 protestantes e pessoas ligadas ao culto afro-brasileiro que não tinham um cemitério civil
3408 para se enterrar, e o cemitério dos alemães veio a dar conta disso, pois recebia para
3409 enterrar, pessoas de todas as etnias religiosas”. A Conselheira Myriam Andrade
3410 Ribeiro de Oliveira perguntou o que significava Zogbodo Male Bogun Seja Undé.
3411 Edvaldo Buda, representante do Terreiro traduziu: Zogbodo, zo significa fogo, male,
3412 revolta dos malês (1835, Bahia) e bogum, a terra e as águas de bercé. A seguir a
3413 Presidenta colocou em votação a o parecer do relator Roque de Barros Laraia, tendo os
3414 Conselheiros **votado por unanimidade o tombamento do Terreiro Zogbodo Male**
3415 **Bogun Seja Unde (Roça do Ventura), em Cachoeira, Bahia, com inscrição do bem**
3416 **no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e**
3417 **Paisagístico, nos termos do Parecer do Relator.** (aplausos). Após a votação a
3418 Presidenta convidou o Secretário de Cultura de Cachoeira, José Luiz Bernardo, para
3419 fazer uso da palavra. O Secretário agradeceu ao Conselho o Tombamento e disse ser
3420 uma momento histórico, para o município de Cachoeira. Disse que o IPHAN tem
3421 sempre dado respostas positivas às ações em Cachoeira, principalmente nos últimos 10
3422 anos e, hoje, Cachoeira, principalmente por força das intervenções do programa
3423 Monumenta, do programa do IPHAN, sofreu uma transformação muito grande, que é
3424 visível principalmente com a instalação da Universidade Federal do Recôncavo da

3425 Bahia. E que o tombamento repercutirá muito. Vários pais e mães de santo estiveram
3426 presentes e vários grupos de terreiro tocaram tambores em comemoração ao
3427 tombamento do Terreiro. Terminadas as comemorações pelo tombamento do Terreiro, a
3428 Presidenta passou a palavra para a relatora do ponto de pauta **5.1 – Processo de**
3429 **Tombamento nº 968-T-78-** Rerratificação da poligonal de tombamento do Conjunto
3430 Arquitetônico e Paisagístico de Icó, Ceará, Processo 01450.01602/2008, relatora
3431 Conselheira Cléo Alves Pinto de Oliveira, que iniciou a leitura do Parecer.
3432 **“Rerratificação do tombamento Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade**
3433 **de Icó. Preâmbulo.** Início este parecer agradecendo a indicação da Presidenta Jurema
3434 Machado para relatar o pedido de rerratificação do tombamento Conjunto Arquitetônico
3435 e Urbanístico na Cidade de Icó. Cumpre informar que a demanda foi analisada e
3436 aprovada na 9ª sessão da Câmara Técnica de Arquitetura e Urbanismo, realizada em 14
3437 de maio de 2014, tendo sido a Ata aprovada na 75ª Reunião Deliberativa do Conselho
3438 Consultivo do Patrimônio Cultural. Porém, com base no Regimento Interno do
3439 Conselho, a Procuradoria Federal do Iphan considerou insuficiente sua menção apenas
3440 naquela Ata e solicitou um parecer de um Conselheiro. Sendo assim, início o relato.
3441 **Histórico do processo.** O então Assessor do Iphan e representante do Conselho
3442 Superior do IAB, Augusto Carlos da Silva Telles indicou o tombamento do conjunto
3443 arquitetônico e urbanístico do município de Icó em 1974, juntamente com o de Aracati.
3444 Porém, passaram-se mais de vinte anos até que os estudos sobre Icó fossem realizados.
3445 O pedido de tombamento, sob o processo 968-T-78, foi relatado pelo Conselheiro
3446 Ângelo Oswaldo de Araújo Santos e aprovado por unanimidade na 12ª reunião do
3447 Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural em 2 de dezembro de 1997. O tombamento
3448 foi homologado pela Portaria Ministerial nº 237 do Ministério da Cultura em 10 de
3449 julho de 1998, tendo o bem sido inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do
3450 Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Com isso foram protegidos 268
3451 imóveis, em uma área de 12,35 ha e 1.545 imóveis na área de entorno, em uma área de
3452 59,06 ha. Em 2013, o Escritório Técnico do Iphan em Icó verificou que haveria setores
3453 da área de entorno propensos a compor a poligonal da área tombada. Desse modo, foi
3454 feito estudo e apresentada proposta de alteração dos perímetros de tombamento por
3455 parte do Chefe do Escritório Técnico, Erick Mendes Rolim. A modificação foi
3456 endossada pelo Chefe da Divisão Técnica, Murilo Cunha Ferreira, acatada pelo
3457 Superintendente José Ramiro Teles Beserra, pela Coordenação Geral de Cidades

3458 Históricas e pelo Departamento de Patrimônio Material do IPHAN (DEPAM).
3459 Conforme procedimentos de praxe e orientação da Procuradoria Federal do IPHAN, em
3460 outubro e novembro de 2013, os interessados foram notificados sobre a rerratificação,
3461 por ofício e edital público publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande
3462 circulação, no caso dos proprietários. **Proposta de rerratificação.** Segundo o
3463 documento Icó: Estudo para tombamento Federal (volume 1), que é parte do processo, o
3464 perímetro de tombamento é justificado da seguinte forma: “Optou-se por indicar,
3465 portanto, para tombamento federal, o setor da cidade compreendido entre as atuais Ruas
3466 Dr. Inácio Dias, Ilídio Sampaio, Regente Feijó, Frutuoso Agostinho e 7 de Setembro,
3467 pois nele está concentrado o conjunto arquitetônico de maior relevância e integridade
3468 ainda existente na cidade, bem como o traçado urbanístico imposto pelas normas da
3469 coroa portuguesa. Esta área também representa o apogeu econômico e social da cidade,
3470 ocorrido em meados do século XIX, quando a maioria dos seus volumosos sobrados
3471 foram construídos. A área imediatamente contígua a este conjunto, na qual se percebe o
3472 desenho das quadras e vias que resultaram da aplicação das normas do plano urbanístico
3473 de 1850, não foi incluída no perímetro tombado em razão do alto grau de alteração do
3474 seu parcelamento e de descaracterização e deterioração visual dos imóveis aí existente”.
3475 Em seguida é justificada a inclusão no tombamento da Igreja do Rosário, do Mercado
3476 Público e da Igreja Nossa Senhora do Monte e cemitério anexo, (ligados ao perímetro
3477 de tombamento por meio de eixos de prolongamento) por serem exemplares
3478 significativos da arquitetura local, importantes para o entendimento do processo de
3479 formação e expansão da cidade. De acordo com o Parecer Técnico nº 019/13/DITEC-
3480 ETI/IPHAN-CE de 30 de abril de 2013, o Chefe do Escritório Técnico, Erick Mendes
3481 Rolim, relata que, com base na prática de gestão do conjunto tombado e em estudos
3482 realizados para subsidiar a elaboração das Normas de Preservação de Icó, seriam razões
3483 para a alteração do perímetro de tombamento o fato de que “(...) em alguns setores, as
3484 tipologias construtivas pertinentes a uma e outra demarcação propiciam leituras dúbias
3485 quanto ao seu estado de preservação. Sobretudo, tornou-se evidente que havia trechos
3486 em que várias edificações mostravam-se aptas a integrar a poligonal de tombamento, se
3487 comparadas a seus pares ‘protegidos’, embora tenham sido relegadas à área de entorno”.
3488 Assim, propôs-se ampliar a poligonal, inserindo onze quadras, em três setores
3489 imediatamente contíguos ao perímetro de tombamento e uma quadra separada, onde se
3490 localiza o Colégio Nosso Senhor do Bonfim (antigo solar dos Anteros) e Capela do

3491 Sagrado Coração de Jesus. Nesse caso, especificamente, a inclusão dos bens na área
3492 tombada justificou-se por comporem um importante exemplar preservado das antigas
3493 chácaras que ali existiam, além de ser um referencial urbano. No entanto, considerou-se
3494 não haver méritos que justificassem o tombamento isolado. A proposta foi embasada
3495 pela análise de perfis de quadras, alegando-se que algumas que faziam parte do
3496 perímetro de entorno possuem unidade rítmica e volumétrica até superiores às que
3497 foram mais rigidamente protegidas. Além disso, algumas guardam grande número de
3498 edificações preservadas, enquanto outras contribuem para a manutenção de eixos de
3499 visadas. No que se refere ao recorte histórico utilizado para a delimitação, argumentou-
3500 se que em 1997 não havia conhecimento da aquarela de José dos Reis Carvalho, “Vista
3501 da cidade do Icó”, datada de 1859, na qual é possível visualizar o prolongamento dos
3502 arruamentos principais até as atuais ruas Monsenhor Frota e Frutuoso Agostinho, onde
3503 se identificam edificações conhecidas, além da existência de outras vias também já
3504 consolidadas. Isso prova que algumas quadras existiam antes da promulgação da
3505 Resolução Provincial e considera-se que deveriam constar do perímetro tombado com
3506 base na sua importância para a manutenção da ambiência e pela estreita relação
3507 tipológica com a área protegida. É importante destacar que não foram indicadas
3508 alterações nos valores do tombamento. Quanto a este aspecto, destaca-se que não houve
3509 explicitação dos valores no processo à época, porém, o arquiteto Erick Mendes Rolim,
3510 em seu Parecer Técnico citado anteriormente, identifica dois valores associados: ser
3511 “(...) um exemplar representativo das cidades brasileiras criadas a partir de cartas régias
3512 e códigos de posturas previamente estabelecidos, e que mantêm, em linhas gerais, o
3513 ordenamento que lhes deu origem” e possuir “(...) um grande acervo arquitetônico dos
3514 séculos XVIII e XIX, bastante íntegro, em que se destacam os exemplares de arquitetura
3515 religiosa e pública que funcionam como elementos polarizadores, e juntamente com a
3516 arquitetura civil, criam contrastes interessantes com as ruas largas, as travessas e os
3517 becos estreitos, compondo um ambiente característico”. **Análise.** Com base na
3518 documentação analisada, é possível identificar a delimitação histórica que justificou a
3519 configuração dos perímetros em 1997, qual seja: restringir o perímetro de tombamento
3520 ao traçado urbanístico imposto pelas normas da Coroa Portuguesa em 1729 e delimitar o
3521 perímetro de entorno com base no desenho das quadras e vias que resultaram da
3522 aplicação das normas do plano urbanístico de 1850. No que se refere às edificações, em
3523 1997 alegou-se que o perímetro de tombamento concentraria o conjunto arquitetônico



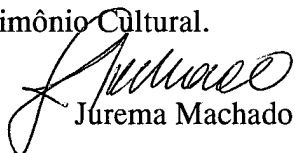
3524 de maior relevância e integridade ainda existente na cidade, enquanto no entorno
3525 identificar-se-iam descaracterizações e deteriorações visuais nos imóveis. A análise dos
3526 perfis de quadra comprova a relevância das edificações incluídas, seja por seu valor
3527 arquitetônico individual, seja pelo valor em termos do conjunto, seja pela contribuição
3528 para valorização da ambiência e das visadas do sítio protegido, o que justifica a
3529 proposição apresentada, além de estar de acordo com os valores do tombamento.
3530 Certamente é possível identificar também edificações descaracterizadas no perímetro
3531 rerratificado - no que se refere à volumetria, revestimentos, aberturas, coberturas -, pois
3532 muitas intervenções foram aprovadas tendo como base a área de entorno. Assim, a
3533 proteção das novas quadras terá como consequência um maior controle sobre as
3534 intervenções que serão realizadas nos imóveis incluídos a partir de agora, e
3535 consequentemente a diminuição no número de imóveis descaracterizados, por terem
3536 sido tratados como entorno até o momento, o que a médio e longo prazo resultará em
3537 uma maior unidade para o conjunto. No Parecer Técnico do DEPAM aprova as
3538 alterações propostas, é dito que “(...) a atual poligonal (fl.13) não é suficiente para dar
3539 conta dos valores que foram atribuídos ao sítio, dificultando o entendimento das
3540 decisões do IPHAN por parte dos moradores, e, consequentemente, as rotinas de
3541 fiscalização e emissão de Pareceres Técnicos já que determina que um conjunto de
3542 imóveis de características semelhantes e situados na mesma face de quadra estejam
3543 submetidos a regimes de proteção diferenciados (...)”. Este argumento certamente é
3544 válido e representa, de fato, um problema de gestão comum a vários centros tombados.
3545 No caso de Icó seria minimizado com o prolongamento da proteção nas ruas General
3546 Piragibe e Ilídio Sampaio e no Largo do Théberge. Entretanto, vale alertar para o fato de
3547 que o traçado delimitado para as quadras 9T, 14T, 15T e 26T possui uma forma
3548 irregular que não inclui a totalidade do quarteirão, o que recairá no problema apontado
3549 pelo DEPAM e que ensejará um esclarecimento mais cuidadoso para os moradores da
3550 área. **Conclusão.** Com base no exposto anteriormente, **considero pertinente a**
3551 **solicitação de alteração no perímetro de tombamento do Conjunto Arquitetônico e**
3552 **Urbanístico de Icó e estou de acordo com a proposta apresentada às fls. 350 a 352**
3553 **do Processo. Recomendações.** A rerratificação de um tombamento possibilita aos
3554 envolvidos voltarem o olhar novamente para o território protegido e avaliar os efeitos
3555 do ato, bem como da ação do Iphan no local, com o objetivo de identificar acertos,
3556 falhas e caminhos possíveis para uma maior efetividade da política de preservação.

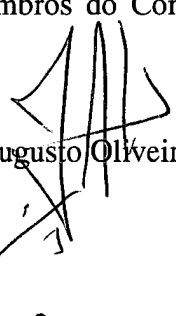
3557 Desse modo, proponho a reflexão sobre alguns pontos, bem como algumas
3558 recomendações, consubstanciadas por informações fornecidas pelo Superintendente
3559 Substituto do Iphan no Ceará, Murilo Cunha Ferreira. A gestão de um centro histórico
3560 tombado é, via de regra, um grande desafio. Isso se agrava se o poder público e a
3561 população têm uma relação conflituosa com o órgão de preservação, o que infelizmente
3562 constitui ainda um quadro comum para o Iphan. Muitas vezes as situações de conflito
3563 são motivadas pelo fato do tombamento ter sido realizado de modo estritamente técnico,
3564 sem participação da população, como foi o caso de Icó. Além disso, por mais que tenha
3565 sido criado um Escritório Técnico em 2004, este até o momento não tem sede própria
3566 nem equipe constituída, recebendo o Chefe do Escritório em visitas periódicas, o que
3567 pode aumentar a distância percebida pela população. Apesar do também grande desafio
3568 representando pela construção de um bom relacionamento após 16 anos de tombamento,
3569 acredito que a educação patrimonial seja um instrumento essencial para qualificar e
3570 intermediar o diálogo entre Iphan, o poder público e a população e possa contribuir
3571 muito para que sejam estabelecidas parcerias que se reflitam na boa gestão do
3572 patrimônio local. Felizmente o Escritório Técnico em breve deve ser instalado em um
3573 imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal, sendo prevista também a criação da
3574 Casa do Patrimônio, instância que terá a atribuição de ser um espaço de interlocução
3575 com a comunidade local, de articulação institucional e de promoção de ações
3576 educativas. O documento que baliza a relação cotidiana entre o Iphan e o município é a
3577 Norma de Preservação, cuja minuta foi elaborada por uma empresa e que no momento
3578 está sendo discutida e avaliada pelo Iphan/CE e pelo DEPAM. Infelizmente a Norma
3579 não foi elaborada em parceria com a Prefeitura Municipal (por não possuir equipe
3580 técnica específica) e nem com a população, tendo sido apenas realizada uma audiência
3581 pública. Considero que tenha sido desperdiçada uma importante oportunidade de
3582 envolver o poder público e a população na construção do documento por meio de ações
3583 educativas e participativas. Porém, pelo fato do documento ainda não ter sido publicado,
3584 ainda há chances de provocar esse envolvimento, o diálogo e a parceria, que sem dúvida
3585 terão efeitos benéficos para a gestão do patrimônio local. Icó recebeu recentemente uma
3586 unidade descentralizada da Universidade Federal do Cariri, chamada Instituto de
3587 Estudos do Semiárido (IESA). Algumas iniciativas interessantes surgiram desse fato,
3588 como a sugestão do Iphan para que algumas unidades didáticas e de extensão do campus
3589 sejam sediadas no Centro Histórico, o que foi acolhido. Além disso, há tratativas no

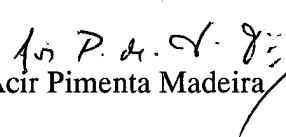
3590 sentido de manter um museu arqueológico com as peças coletadas de escavações e
3591 salvamentos no Estado do Ceará e um arquivo histórico com a documentação da
3592 Diocese de Iguatu, à qual Icó pertence. A chegada da Universidade certamente será
3593 benéfica, mas também terá muitos impactos no município. Assim, é importante que o
3594 IPHAN se empenhe para que as ações já acordadas sejam levadas a termo, mas que
3595 também procure discutir com o poder local questões relativas ao saneamento urbano
3596 conjugado à preservação do patrimônio para o recebimento dos novos moradores. Além
3597 disso, certamente deverá promover ações informativas, participativas e educativas com
3598 a nova população. Por fim, é importante informar que o Plano Diretor vigente no
3599 município é de 2003 e, segundo a Rede de Avaliação e Capacitação para Implementação
3600 dos Planos Diretores Participativos, a lei possui uma efetividade muito baixa devido a
3601 pouca aplicabilidade dos instrumentos e, no caso do patrimônio cultural a abordagem é
3602 superficial. Quando de sua revisão (assim como das demais leis urbanísticas), é
3603 necessário que o IPHAN participe ativamente para que a temática do patrimônio seja
3604 incluída de forma efetiva e detalhada nos objetivos, diretrizes e uso dos instrumentos
3605 urbanísticos, de modo a viabilizar sua aplicação. É essencial também que se busque a
3606 integração do Plano Diretor à Norma de Preservação para que os dois instrumentos se
3607 fortaleçam e não existam conflitos que dificultem ou mesmo impeçam a devida atuação
3608 dos dois órgãos. **Este é o meu parecer. Brasília, 4 de dezembro de 2014. Cléo Alves**
3609 **Pinto de Oliveira. Conselheira**". A Presidenta agradeceu à Conselheira e fez o
3610 seguinte comentário: "Como a conselheira explica no início do parecer sobre aqueles
3611 perímetros originais, a origem é um plano do século XVIII, e uma modificação do
3612 século XIX, ou seja, dois planos urbanísticos. Não a configuração dos imóveis que se
3613 encontravam lá no local. Foi baseada nesses critérios, a somatória desses dois
3614 momentos do planejamento da expansão da cidade que resultou naquele perímetro
3615 original, e aí sobraram fora dessas quadras, edificações que tinham mesmo valor,
3616 característica, volumetria etc., das anteriores. A cidade é bastante homogênea ainda,
3617 ainda mais com essa questão do traçado regular. O programa Monumenta também
3618 investiu bastante, lá, na época. Icó tem também uma característica interessante, é um
3619 polo regional, é uma cidade de uns 60, 70 mil habitantes, e que tem um papel na região.
3620 Convergência, saúde, educação e outros serviços. O monumento, na época tratou de uma
3621 grande praça, que estrutura esse desenho, e algumas edificações públicas de cinema, teatro,
3622 igreja. Parece, também que tem tido muita adesão de imóveis privados, com

3623 proprietários particulares se interessando por ter recursos para restauro de seus
3624 imóveis”. O Conselheiro Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, endossando o parecer da
3625 relatora, observou que depois de 16 anos de uma relação e de uma prática da população
3626 com o tombamento do local, muita coisa muda. Daí a importância de se discutir com ela
3627 as mudanças, a importância das alterações. Questionou, nesse aspecto, o conceito
3628 corrente de educação patrimonial, considerando-o falho. Para ele a educação é integral,
3629 não podendo ser fatiada. É preciso estabelecer uma série de interlocuções com os
3630 habitantes para poder informar, discutir, ouvir, responder. A Conselheira Cléo Pinto de
3631 Oliveira, ponderou que dentro do IPHAN, da coordenação de educação patrimonial,
3632 desde 2004, a equipe tem feito um trabalho muito interessante e construído de forma
3633 muito participativa, para que a educação patrimonial seja vista como conjunto de
3634 práticas, muito mais abrangentes, que vão levar em conta não só as ações educativas,
3635 puramente, mas a formação de uma rede, de apoio e de conhecimento, entre os
3636 interessados naquela determinada localidade, ou entre as localidades. A Presidenta
3637 Jurema Machado interveio para dizer que os dois temas, além do conjunto das
3638 recomendações feitas no relato da conselheira, eram todos pertinentes, e eram
3639 preocupação, não só com Icó, mas com um conjunto de centros históricos tombados.
3640 Explicitou uma preocupação maior com a precisão nos processos de tombamento, por
3641 exemplo. Disse que voltar ao Conselho uma rerratificação de perímetro eram coisas que
3642 na prática do IPHAN, às vezes iam se acumulando sem as revisões, e é muito frequente
3643 ver superintendências que adotam perímetros, que resultam de um senso comum, ou de
3644 um consenso interno à casa nesse sentido. Afirmou que de fato, todas as questões
3645 relacionadas com a educação, comunicação, visibilidade, discussão do sentido
3646 patrimônio, são necessárias, mas pressupõem uma clareza maior também dos critérios
3647 por parte do IPHAN, quando se coloca um coletivo para debater. Em seguida, **colocou**
3648 **em votação a aprovação da rerratificação do perímetro da cidade histórica de Icó**
3649 **no centro histórico, na forma proposto pelo DEPAM, tendo os Conselheiros**
3650 **votando a favor, nos termos do parecer da Conselheira Cléo Alves Pinto de**
3651 **Oliveira.** Encerrada a apreciação da pauta do período, Presidenta agradeceu o esforço
3652 de todos pelos dois dias de trabalho que, de acordo com ela, além de muito ricos, foram
3653 muito importantes para solucionar e dar encaminhamento a vários temas mais urgentes,
3654 e agradeceu especialmente as Conselheiros que relataram os processo discutidos, por
3655 terem sido solicitados num espaço muito curto de tempo. Por último apresentou a

proposta do Secretário do Conselho, Jorge Augusto Vinhas, para as reuniões de 2015:
dias 5 de março, 11 de junho, 10 de setembro e 26 de novembro, para agendamento dos
Conselheiros, na perspectiva de se ter quatro reuniões no ano. Nada mais havendo a
tratar, desejou Feliz Natal a todos, e deu por encerrada a 77ª Reunião do Conselho
Consultivo, da qual eu, Jorge Augusto Oliveira Vinhas, lavrei a presente Ata da qual dou
fé e assino, juntamente com a Presidenta e os membros do Conselho Consultivo do
Patrimônio Cultural.

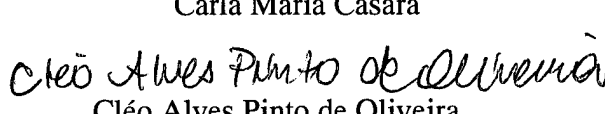

Jurema Machado

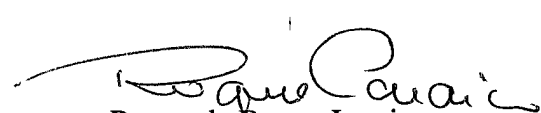

Jorge Augusto Oliveira Vinhas


Acir Pimenta Madeira

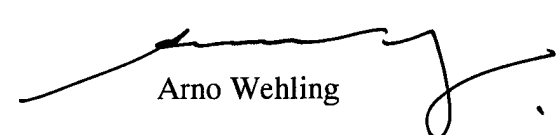

Ângelo Oswaldo de Araujo Santos

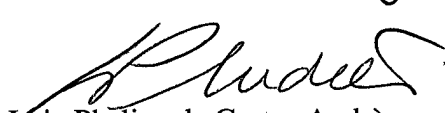

Carla Maria Casara

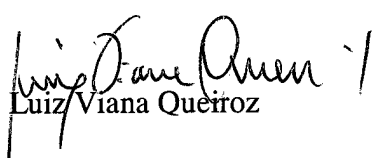

Cléo Alves Pinto de Oliveira


Roque de Barros Laraia


Angela Gutierrez


Arno Wehling

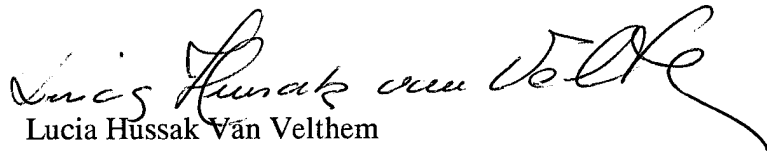

Luiz Phelipe de Castro Andrès


Luiz Viana Queiroz

3689

3690

3691


Lucia Hussak Van Velthem

3692

3693

3694


Marcos Castrioto de Azambuja

3695

3696

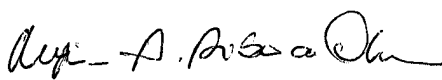
3697


Maria Cecília Londres Fonseca

3698

3699

3700


Myriam Andrade Ribeiro

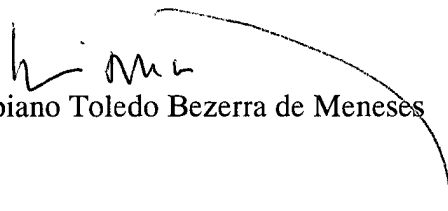
3701

3702

3703

3704

3705


Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses

